



ÉTICA

e Responsabilidade Profissional

Airton Pozo de Mattos

Ética e responsabilidade profissional

Airton Pozo de Mattos

IESDE BRASIL S/A
2018

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M395e Mattos, Airton Pozo de
 Ética e responsabilidade profissional / Airton Pozo de Mattos.
 - 2. ed. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2018.
 126 p. : il. ; 21 cm.
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-387-6432-8

1. Ética. 2. Ética profissional. I. Título.

18-47203

CDD: 174

CDU: 174

Capa: IESDE BRASIL S/A.

Imagem da capa: z_wei/iStockphoto

Todos os direitos reservados.

IESDE BRASIL S/A.

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200
Batel – Curitiba – PR
0800 708 88 88 – www.iesde.com.br

Somos parte de um todo. Dependemos de outros seres humanos para sobrevivermos e não conseguimos viver isoladamente. Nosso desenvolvimento é atingido com base nas interações com o meio e na construção sociocultural com os outros seres humanos. É nessa convivência que aprendemos a respeitar as pessoas, a formar nossa personalidade moral, a refletir sobre os princípios de nossa sociedade e nosso papel como cidadãos na construção de uma sociedade mais justa.

A proposta básica desta obra é refletir sobre a ética e a responsabilidade profissional, como uma introdução ao tema para pessoas que desejam conhecer as ideias sobre ética e moralidade nas profissões.

Entretanto, procurei introduzir, em uma linguagem simples, um pouco de visão pessoal, com base na minha profissão, experiência e pesquisa que realizo como professor. É um trabalho expositivo e de compilação de ideias, de diálogo com autores e reflexão sobre os temas.

Grande parte das ideias expressas neste livro aborda temas de importância fundamental na educação, formação e capacitação de profissionais para a transformação da sociedade em um mundo melhor, mais humano e de maior autonomia. Para tanto, foram utilizados muitos textos de autores de prestígio na construção da moral e da ética profissional.

Esta obra busca auxiliar o debate sobre a moral e servir como uma reflexão a respeito da sociedade, sua estrutura, as profissões e suas contribuições para uma sociedade mais justa.

Bons estudos!

Airton Pozo de Mattos

Doutor e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), especialista em Linguística Aplicada pela PUCRS e licenciado em Letras Português/Inglês pela mesma instituição.

Sumário

1	A crise de valores na sociedade e a ética	9
1.1	A crise	12
1.2	Os valores	13
1.3	Os determinantes dos valores	15
1.4	Os fundamentos da moral e da ética	16
1.5	A crise dos fundamentos morais e éticos	16
2	A sensibilidade e o comportamento moral	21
2.1	O que é moral?	21
2.2	O que é ética?	22
2.3	Práticas sociais como determinantes da formação moral e ética	23
2.4	A abordagem da afetividade	23
2.5	Moral é um processo de construção?	24
2.6	O agir profissional e a ética	26
3	A razão e o comportamento moral	29
3.1	O conhecimento moral como construção	29
3.2	Estágios para a construção da moral	30
3.3	O papel da razão e da afetividade no agir moral e ético	31
3.4	O ser humano: um sujeito integral	32
3.5	A religação ética	33
4	Campo ético e senso moral	35
4.1	Consciência moral	36
5	O nascimento da ética: ética e história	41
5.1	A ética e os gregos	42
5.2	Ética cristã medieval	44
5.3	A ética segundo a religião	44
5.4	A ética cristã filosófica	45
5.5	A ética moderna	45
5.6	A ética contemporânea	46
5.7	Existencialismo	46
6	Ética e responsabilidade profissional	

5.8	Pragmatismo	48
5.9	Psicanálise e ética	48
5.10	Marxismo	48
5.11	Neopositivismo e filosofia analítica	49
5.12	Ética do discurso	49
5.13	A religação ética	50
6	Os valores, as decisões e ações que nos tornam humanos	55
7	Conhecimentos necessários para a conduta pessoal e profissional	61
7.1	O que são regras, princípios e valores	62
7.2	O mundo complexo	65
8	O juízo moral e a ética	71
9	A evolução do juízo moral e agir adulto	77
9.1	Nível pré-convencional	78
9.2	Nível convencional	78
9.3	Nível pós-convencional	79
10	O fundamento social na moral e na ética	83
11	Aprendizado da moral e da ética	89
12	A universalidade da ética e os conflitos morais	97
13	Práticas sociais, morais, éticas e o cidadão	103
13.1	Contextos de educação e formação moral e ética	103
13.2	O conceito de <i>prática</i>	104
13.3	Prática moral	105

14	A ética e a ação profissional	111
14.1	A formação profissional	112
14.2	A capacitação e a atuação profissional	112
14.3	Os códigos de ética	113
14.4	Os componentes do código de ética	114
15	Ética e responsabilidade profissional	117
15.1	A responsabilidade profissional e seus atos	117
15.2	Os deveres e os códigos profissionais	118
15.3	A ética profissional e a influência do mercado	119
15.4	O que é um código de ética	119

A crise de valores na sociedade e a ética

▣ Vídeo



No século XX, a ciência e a tecnologia transformaram rapidamente os costumes, produzindo novas formas de transporte, automação e comunicação eletrônica. O modelo de trabalho também sofreu alterações, já que a informática e os autômatos utilizados nas fábricas deram origem à linha de montagem e à produção em série, fazendo com que os índices de produtividade aumentassem consideravelmente. Aviões, rádios, televisão, internet e satélites são exemplos da produção desse período. Com essas novas tecnologias, os negócios tornaram-se globais.

De acordo com Lipovetsky (2005, p. 61), o período moderno, no qual essas transformações estão inseridas, “tornou-se uma revolução, uma ruptura nítida na trama do tempo, uma descontinuidade entre o antes e o depois e afirmação resoluta de uma outra ordem”. É interessante perceber que, segundo Hobsbawm (apud BOFF, 2003), a quantidade de mudanças ocorridas desde a Idade da Pedra até a modernidade é muito inferior àquelas dos últimos 50 anos. Tudo isso evidencia a importância desse período para a humanidade, podendo ser considerado um marco em nossa história.

Lipovetsky (2005, p. 62) afirma que a “fórmula paradoxal do modernismo destrói e desvaloriza implacavelmente o que ela institui, o novo se torna rapidamente antigo, não se afirma mais nenhum conteúdo positivo e o único princípio que comanda é a própria mudança”. Em outras palavras, as transformações trazidas pela modernidade não foram apenas benéficas. Com o passar dos anos, os aspectos negativos ficaram mais evidentes. A revolução moderna gerou, então, um individualismo ilimitado, hedonista.

Com o crescimento da sociedade consumista, o consumismo individualista, símbolo da revolução moderna, tornou-se um comportamento usual, em massa, sustentando o capitalismo.

Sobre isso, Lipovetsky (2005, p. 64) revela:

Com a difusão em larga escala de objetos considerados até então de luxo, com a publicidade, a moda, a mídia de massa e, principalmente, o crédito – cuja instituição solapa diretamente o princípio da poupança –, a moral puritana cede lugar aos valores hedonistas encorajando a gastar, a aproveitar a vida, a ceder aos impulsos: a partir da década de 1950, a sociedade americana e até mesmo a europeia se tornam fortemente presas ao culto do consumismo, do ócio e do prazer. A ética protestante foi minada não pelo modernismo, mas, sim, pelo próprio capitalismo. O maior instrumento de destruição da ética protestante foi a invenção do crédito. Antes era preciso primeiro economizar para depois comprar. Mas com o crédito tornou-se possível satisfazer imediatamente todos os desejos.

O autor ainda afirma que a realização do eu tornou-se um princípio axial da cultura moderna. Para ele, a sociedade moderna está

fragmentada, não tem mais característica homogênea e se apresenta como a articulação complexa de três ordens distintas – a técnico-econômica, o regime político e a cultura – obedecendo cada qual a um princípio axial diferente, até mesmo adverso. Essas esferas “não estão conformes umas com as outras e apresentam ritmos diferentes de mudança. Obedecem a normas diferentes, que justificam comportamentos diferentes e até mesmo opostos. As discordâncias entre essas esferas são responsáveis por diversas contradições da sociedade”.

Lipovetsky (2005, p. 64-65) também explicita que

A ordem “técnico-econômica” ou “estrutura social” (organização da produção, tecnologia, estrutura socioprofissional, divisão de bens e serviços) é regida pela racionalidade funcional, quer dizer, pela eficiência, pela meritocracia, pela unidade e pela produtividade. Em troca, o princípio fundamental que rege a esfera do poder e da justiça social é a igualdade: a exigência de igualdade não cessa de se ampliar e não mais se refere apenas à igualdade de todos diante da lei ao sufrágio universal, à igualdade das liberdades públicas, mas também à “igualdade dos meios” (reivindicação de igualdade de chances, explosão de novos direitos sociais relativos à educação, à saúde, à segurança econômica) e até mesmo à “igualdade de resultados” (exames especiais às minorias a fim de remediar a

disparidade dos resultados, demanda de uma participação igual de todos nas decisões concernentes ao funcionamento de hospitais, universidades, jornais ou bairros: é a era da “democracia da participação”).

Lipovetsky (2005, p. 65) vê, assim, uma “disjunção das ordens, uma tensão estrutural entre três ordens fundadas sobre lógicas antinômicas: o hedonismo, a eficiência, a igualdade”. Para esse autor, a crise das sociedades modernas é, antes de tudo, cultural e espiritual.

Essas transformações, somadas à crescente explosão demográfica e à urbanização, foram responsáveis pelas mudanças no estilo de vida e nos relacionamentos entre as pessoas. A sociedade moderna também trouxe modificações importantes no que diz respeito aos valores e aos princípios morais que utilizamos para compreender e viver em uma sociedade.

Boff (2003) acredita que se vive, neste momento, uma crise mundial de valores, pois a maneira como as pessoas estão agindo atualmente demonstra que as noções de certo e errado se perderam. O projeto moderno da certeza, da objetividade, não se realizou completamente, a incerteza diariamente presente nos faz sentir uma insegurança que, por sua vez, gera tensão nas relações sociais.

O modelo modernista dá ênfase ao mercado, implementando a lógica da competição, que gera exclusão e falta de cooperação entre os seres humanos. Sobre isso, Boff (2003, p. 32) afirma que

a cultura dominante é culturalmente pluralista, politicamente democrática, economicamente capitalista e, ao mesmo tempo, é materialista, individualista, consumista e competitiva, prejudicando o capital social dos povos e precarizando as razões de estarmos juntos. Com muito poder e pouca sabedoria, criaram o princípio da autodestruição. Pela primeira vez podemos liquidar as bases de sobrevivência da espécie, o que torna a questão ética (como devemos nos comportar) premente e inadiável.

Boff (2003, p. 28) identifica duas fontes que ainda orientam a ética e a moral das sociedades nos dias atuais: as religiões e a razão. Para ele,

as religiões continuam sendo os nichos de valor privilegiados para a maioria da humanidade [...] a religião é uma força central, talvez a força central que motiva e mobiliza as pessoas. O que em última análise conta para as pessoas não é a ideologia política nem o interesse econômico, mas aquilo com que as pessoas se identificam são as convicções religiosas, a família e os credos.

Por meio da razão, tentou-se instituir códigos éticos universalmente válidos. Para Boff (2003), a fundamentação racional da ética e da moral (ética autônoma) representou um esforço admirável do pensamento humano desde os clássicos (como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino), passando pelos pensadores modernos (como Immanuel Kant, Henri Bergson, Martin Heidegger, Hans Jonas, Jürgen Habermas, Enrique Dussel) e chegando aos filósofos contemporâneos (Henrique de Lima Vaz e Manfredo Oliveira). Boff (2003) acredita que a razão

não é o primeiro nem o último momento da existência. Por isso não explica tudo nem abarca tudo. Ela se abre para baixo, de onde emerge de algo mais elementar

e ancestral: a afetividade. Abre-se para cima, para o espírito, que é o momento em que a consciência se sente parte de um todo e que culmina na contemplação e na espiritualidade. Portanto, a experiência de base não é: “penso, logo existo”, mas “sinto, logo existo”. Na raiz de tudo não está a razão (*logos*), mas a paixão (*pathos*).

Boff (2003, p. 29) também afirma: “a crise cria a oportunidade de irmos às raízes da ética e nos convida a descermos àquela instância na qual se formam continuamente os valores”.

1.1 A crise

O termo *crise* transmite a ideia de uma situação difícil, que tem como resultado algo negativo. Normalmente, esse termo é associado a sentimentos de medo, tensão e até desespero. A ideia de crise dentro do contexto da ciência é abordada por Kuhn (1962) em *A estrutura das revoluções científicas*. Nessa obra, Kuhn explicita o conceito de paradigma e de desenvolvimento científico. É na prática científica que algumas regras e condutas estabelecidas socialmente são familiarizadas. O conhecimento, a cultura e todas as formas de normas e padrões aceitos e utilizados no cotidiano de determinada comunidade são a essência da formação dessas regras e condutas. Kuhn chama de *paradigma* o modo de pensar, falar e agir de um membro dessa comunidade. Tudo isso servirá como um modelo de conduta quando problemas científicos forem defrontados.

Kuhn também utiliza a expressão *matriz disciplinar*, composta de elementos ordenados, tais como: as generalizações simbólicas, os modelos, os valores e os exemplares. Quando algum problema ocorre, esse conjunto de princípios e de fundamentos é utilizado para solucioná-lo. As ações são, normalmente, baseadas no modelo de *ciência normal*, definida por Kuhn como a utilização dos conhecimentos adquiridos como forma rotineira de solução de problemas, sem que haja um questionamento dos paradigmas utilizados para isso.

Muitas vezes, no entanto, as soluções desejadas não são encontradas, pois o conhecimento que se tem não é suficiente para solucionar os problemas que se apresentam. Quando o número de problemas cresce e começa a colocar em dúvida a validade desses conhecimentos (o paradigma), a crise se estabelece. Com a crise, novas teorias, paradigmas, formas de pensar e de agir se instauram.

Convive-se, então, com a insegurança e com a instabilidade teórica e prática. Conhecido como *período de ciência extraordinária*, oportuniza a revolução científica, ou seja, é um momento de mudança de formas de pensar, agir, falar. A crise, para Kuhn, é algo único, pois é nela que se pode avaliar a verdadeira capacidade de as pessoas enfrentarem a mudança.

O papel da crise na história das mudanças de pensamento e de ações no mundo é, portanto, positivo, pois com ela é possível modificar a forma de agir, pensar e falar de uma sociedade, que passa a aceitar um novo paradigma. Assim, a crise pode ser uma maneira de retornar às raízes dos valores, dos princípios, além de ser um convite a uma profunda reflexão sobre como os valores morais e éticos são construídos.

Vamos analisar, na sequência, os tipos de crise.

1.1.1 Síndrome da substituição

Na sociedade da era moderna, tudo é descartável, até mesmo as pessoas e os relacionamentos. Tudo é usado e jogado fora em seguida (MORIN, 2005). Compramos em excesso com a justificativa de aproveitar a oportunidade. Esse comportamento recebe o nome de *síndrome do descartável*, remetendo às embalagens de refrigerantes, de leite, de alimentos, entre outros.

Presenciamos, dessa forma, a *cultura do excesso*. Compramos, acumulamos, desejamos sempre mais para guardar, acumular, ter. Não é suficiente ter apenas uma televisão, um rádio, um computador, é preciso ter três ou mais. A acumulação compensa a solidão de espírito. Esvazia-se o *ser* para substituí-lo pelo *ter*.

1.1.2 Síndrome da pressa

Segundo Morin (2005), a *síndrome da pressa* é outro mal da sociedade moderna, assim como a *síndrome da vigília e do ato de plugar*. Lojas abertas 24 horas, bares, boates. As pessoas estão sempre prontas para fazer algo, para que os olhos permaneçam abertos, aproveitando a vida dia e noite. O barulho é necessário para ocuparmos nosso pensamento. Não há tempo para refletir. O desenvolvimento das pessoas, dos animais e das situações de convivência humana é acelerado. Essa é a globalização em todos os seus sentidos.

1.1.3 Crise da razão

Outra crise que atormenta a modernidade é a *crise da razão*, da racionalidade, da reflexão, resultado da tentativa de criar uma ética sem fundamento, sem reflexão, a ética da estética, do prazer absoluto, independente dos outros.

Essa crise de valores, da razão e da sociedade é a crise dos fundamentos morais e éticos. Segundo Morin (2005, p. 27), ela produz e é produzida pelo aumento da deterioração do tecido social; enfraquecimento da solidariedade; fragmentação e dissolução da responsabilidade social; desenvolvimento do egocentrismo; desativação do vínculo entre o indivíduo, espécie e sociedade; desmoralização da sociedade, do indivíduo e a supervalorização do dinheiro.

1.2 Os valores

Câmara (apud ZILLES et al., 1992, p. 32) descreve valor como “o próprio ser, visionado racionalmente, numa perspectiva teleológica, em livre posicionamento de conformidade dos dinamismos do ser com seus fins”. Já para Zilles (1992, p. 33), valor é a conjugação da liberdade com a exigência, com o desejo da vontade que quer o bem e clama pela sua realização.

O homem é um ser que sente necessidade de cuidado e zelo. É carente, precisa aprender tudo, trabalha de maneira criativa para permanecer e sobreviver. De acordo com a

definição antropológica do termo, a *cultura* é resultado das transformações que o homem realiza no mundo.

Heidegger desenvolve a teoria do ser, segundo a qual o ser humano é um ser no mundo, ou seja, ele é um ser em um mundo que já existe e tem outro objetivo além de realizar coisas: alcançar a felicidade. Não vem ao mundo, portanto, com um projeto pronto para a vida. Por isso, ele precisa ser educado e formado constantemente para enfrentar o mundo. Sua busca pela felicidade é uma tensão essencial entre satisfazer suas necessidades (como o prazer, a saúde, o bem-estar, a paz, a justiça, o amor, a felicidade) e a obrigação com sua consciência e com o meio que o circunda. Para atingir esse objetivo, o ser humano fundamentou-se na ciência. O relacionamento dos homens com o *mundo da vida* (expressão encontrada em Habermas que denomina as coisas que já existiam antes de o ser existir) e com o universo, mediante a ciência, é dado pelos valores, pelos ideais e pelos princípios.

A situação real, concreta e objetiva, o sujeito em elaboração subjetiva e a resposta comprometida e de caráter operativo são elementos que orientam o ato de atribuir valor à experiência. Esse valor é incorporado em um processo dinâmico; é vivido pelo sujeito que se enriquece e se valoriza em uma integração que acontece do interior para o exterior. A pessoa passa a ser portadora do conhecimento do dinamismo de valoração pelo seu modo de agir, na sua caminhada própria em um mundo de relações. O valor também está circunscrito na relação que estabelece a característica pessoal do sujeito e a construção social. Todo valor possui uma essência estabelecida em uma escala pessoal que se manifesta pela existência em potência e atos.

Os valores podem ser divididos em existenciais, estéticos, intelectuais, morais e religiosos, os quais estão caracterizados a seguir.

1.2.1 Valores existenciais

São aqueles que têm uma relação direta com a nossa permanência como seres humanos e também com a possibilidade da vida no planeta Terra. Representam a dignidade e a igualdade entre os seres humanos. Podem ser vitais ou econômicos.

1.2.2 Valores estéticos

Estabelecem relação com a subjetividade e a manifestação do eu do indivíduo na construção de sua personalidade e de seu autoconceito. Os valores estéticos podem ser sensoriais ou artísticos.

1.2.3 Valores intelectuais

Podem ser científicos ou culturais. Demonstram todo o potencial do ser humano em relação ao meio de transformação e de trabalho, produzindo a cultura, ou seja, eles compõem a capacidade do ser humano de produzir sua própria forma de sobrevivência. Essa tarefa de construção por meio do trabalho e da técnica produz o conhecimento científico.

1.2.4 Valores morais

Podem ser éticos ou sociais e são ligados à formação do indivíduo e da comunidade, pois envolvem os princípios morais, os contextos sociais e as necessidades do indivíduo como membro de um grupo social.

1.2.5 Valores religiosos

Esses valores estão relacionados com as formas de crenças, fé e esperança que temos para que possamos nos realizar como seres humanos na medida em que realizamos os princípios de Deus na Terra. Os valores religiosos podem ser divinos ou profanos.

1.3 Os determinantes dos valores

1.3.1 Família

Estrutura holística composta de partes inter-relacionadas e interdependentes, isto é, as partes contribuem para o funcionamento do todo. Como agente primário da socialização, a família deve ser o espaço no qual as crianças adquirem os primeiros princípios morais e em que descobrem valores, atitudes e comportamentos considerados adequados e aceitos pela comunidade.

1.3.2 Escola

Tem papel importante no desenvolvimento e no processo de socialização da criança. A escolarização deve oferecer espaços e situações para o progresso cognitivo, social e moral, mediante práticas sociais e morais. Além de promover a construção do conhecimento, a escola propicia o aprendizado de regras, normas e princípios que devem ser respeitados dentro da sociedade.

1.3.3 Cultura

O contexto cultural em que vivemos afeta a forma como aprendemos e nos comportamos, como construímos conhecimentos, além de nossas crenças, costumes e tradições.

1.3.4 Os meios de comunicação

Exercem importante papel na formação e orientação das pessoas, pois funcionam como um elo entre sociedade, valores, princípios e a forma como o mundo produz maneiras morais de avaliar os atos, os acontecimentos, pois informar significa ser formado.

1.3.5 Grupos de companheiros

O grupo de amigos representa outro modo de socialização e aprendizagem de princípios e normas dentro de uma sociedade. Há um universo novo de interações que ocorre nesses momentos de companheirismo. O contato com os amigos é decorrente das relações da escola, do bairro, do clube, da comunidade e ocupa grande parte do tempo de lazer e das atividades da escola.

1.3.6 Fatores pessoais

A personalidade, os interesses e a busca por modos pessoais de realização como sujeito dentro de um grupo social leva os indivíduos a descobrirem características pessoais que oportunizam momentos de desenvolvimento e de aprendizagem.

1.3.7 Tempo

No decorrer do tempo, e por meio do desenvolvimento psicossocial, o indivíduo constrói sua personalidade, sua autobiografia, seu autoconceito, preparando-se para enfrentar as novas etapas de sua vida e de seu desenvolvimento.

1.4 Os fundamentos da moral e da ética

As palavras *ética*, de origem grega (*ethos*), e *moral*, de origem latina (*mos*), significam, de acordo com o senso comum, a mesma coisa: caráter, costumes. São conjuntos de regras e preceitos que servem de base para a construção de um sujeito com bom caráter, que seja justo e obtenha a felicidade, praticando atos com virtude. A partir desses valores, o homem edifica-se de maneira íntegra e humana.

Para compreender melhor os fundamentos da ética e da moral, é necessário estabelecer uma diferença entre esses dois termos: a *moral* está no âmbito do que devo fazer e a *ética* no nível do que desejo fazer. Também se diferenciam na dimensão do refletir sobre a formação do caráter moral e do refletir sobre a formação do caráter-ético.

1.5 A crise dos fundamentos morais e éticos

Situa-se na crise geral dos fundamentos da certeza apresentada como única alternativa na revolução moderna. A ciência trouxe a ideia de certeza, de um lugar seguro no qual poderíamos construir uma sociedade baseada na justiça e na igualdade e a educação para todos foi vista como uma promessa de melhoria da sociedade.

O desenvolvimento científico mostra um elevado avanço na área da medicina. Com a Revolução Industrial e o consumismo, houve uma maior oferta de trabalho e, consequentemente, surgiu a necessidade da elaboração de leis trabalhistas que beneficiassem tanto empregados como empregadores. Mesmo com as mudanças que atingiram a sociedade naquele período, nem todos conseguiram comprar os bens necessários para sobreviver com dignidade.

O campo tecnológico – com invenções como o rádio, a televisão, a internet, o computador, o fogão, o ar-condicionado, a geladeira e o carro – contribuiu para o conforto dos cidadãos. No entanto, o que é presenciado atualmente, depois de todas essas mudanças, não é uma sociedade melhor para viver, como era de se esperar. Os benefícios da vida moderna concentram-se nas mãos de poucos. Ainda há miséria, filas para o atendimento à saúde, divisão de classes e exclusão.

A crise da modernidade é a crise também da moral e da ética, isto é, a crise dos fundamentos da sociedade. É necessário reconhecer que a sobrevivência da humanidade depende da religação dos seres humanos uns aos outros e à Terra-Pátria, conceito elaborado por Morin (2005). Sendo assim, a ética nunca está pronta, deve ciclicamente regenerar-se. *Regenerar* é a palavra-chave comum à vida, para Morin (2005, p. 200), “tudo o que não se regenera, degenera”.

Para esse mesmo autor, o sentido da ética é “o da resistência à crueldade do mundo e da barbárie humana”. Seguindo esse pensamento, Morin também escreve que “o tempo de uma vida humana pode ser totalmente submetido à necessidade de sobreviver, ou seja, sofrer com o trabalho sem ter a garantia de gozar a vida, a não ser por *flashes*. Assim, em lugar de sobreviver para viver, vive-se para sobreviver” (MORIN, 2005, p. 202).

Concluimos esse capítulo com o pensamento de Morin, sobre a crise dos fundamentos: “o progresso da ciência precisa estar ligado de forma indissociável ao progresso da ética e dos valores da vida” (MORIN, 2005, p. 207).

Atividades

1. De acordo com o texto, o que é crise de valores? Cite exemplos de valores que você considera fundamentais em uma sociedade.
2. Conforme o que foi explicitado neste capítulo, o que é a “lógica da competição, que gera exclusão e falta de cooperação”?
3. Em que consiste a ética e a moral? Qual é o papel desses valores na formação do ser humano?

+ Ampliando seus conhecimentos**Ética e democracia em tempos de crise**

(REGO; PALÁCIOS, 2016, on-line)

[...] Existe uma ideia comum de que vivemos uma crise ética, ou uma crise moral, ou, ainda, uma crise de valores em nosso País. Na verdade, uma das razões para a indefinição sobre a “crise” está possivelmente na confusão que muitos fazem entre ética e moral e na sua relação com valores em geral. A fim de esclarecermos essa questão, afirmamos que entendemos a moral como as normas que nos são impostas pelo meio social em que vivemos, normas essas que são externas a nós. Temos, assim, diferentes normas morais, que podem ser religiosas ou profissionais, por exemplo. Já a ética é entendida como um discurso de segunda ordem sobre os problemas morais. Ou seja, a ética é uma reflexão crítica sobre a moral. Assim, não seria correto falar em código de ética profissional, mas em código da moral profissional. Todavia, essa distinção está mais reservada para as discussões acadêmicas propriamente ditas, já que a distinção não é de uso corrente na sociedade em geral. Guardemos, pois, a distinção.

Muitos associam essa crise moral a um partido político específico; outros, à democracia como um todo; outros, entretanto, preferem responsabilizar a natureza humana, o narcisismo, que cada vez mais se afirma como uma característica da Pós-Modernidade. Enfim, há uma crise? Essa crise é brasileira? A crise é da humanidade, da Pós-Modernidade?

Falemos inicialmente da ideia de crise. Seu significado, *lato sensu*, refere-se a qualquer alteração significativa no *status quo* de algo. Assim, pode-se falar em crise do crescimento, em geral, referindo-se às mudanças que ocorrem em um indivíduo em decorrência de seu crescimento (seja ele fisiológico ou não); crise de nervos, quando a estabilidade emocional de um indivíduo se vê abalada, seja em decorrência do que for; crise da meia-idade, crise do casamento e outras situações que envolvem indivíduos isoladamente. Mas temos, também, as crises sociais, que afetam coletividades, como a crise econômica, quando os parâmetros regulares de funcionamento e avaliação da economia são afetados de forma significativa; crise política, quando a estabilidade política de uma comunidade está alterada significativamente, e por aí vai. Mas podemos, também, referir-nos à crise ética, crise moral e mesmo crise de valores. Mas será que é pertinente e apropriado focarmos nossa reflexão em cima da ideia de crise como algo desestabilizador e com a concepção inerente de ameaça que ela frequentemente traz?

A rigor, a crise é inerente à vida, individual e social. Compreendemos que nada está estático, mas, sim, em permanente transformação. O mundo físico se transforma, mesmo que sem a intervenção do homem, apenas pela ação de elementos da natureza, como o ar, a água, o fogo e as partículas físicas. Uma pedra é moldada seja pela ação do vento, seja da água ou mesmo do fogo. Um organismo biológico cresce e se desenvolve e está sendo transformado permanentemente, mesmo depois que a chamada vida se extingue.

Da mesma maneira, o mundo social também está em permanente transformação. As sociedades mudam, as formas como os humanos se relacionam mudam, como se organizam, como trabalham, como se divertem. Sim, e essas mudanças estão muitas vezes relacionadas ao desenvolvimento da técnica e do conhecimento, resultado do próprio desenvolvimento humano. Será que isso significa que todas as crises trarão resultados positivos? Que as mudanças são sempre boas ou, ao menos, desejáveis?

[...]

Dica de estudo

Filme: A.I. – Inteligência Artificial. Direção: Steven Spielberg. Hollywood: Warner Bros, 2001, 146 min. O filme problematiza o que é ser um ser humano por meio da figura de um androide menino criado para amar e que se vê inserido em um mundo onde não há lugar para ele.

A sensibilidade e o comportamento moral

📺 Vídeo



O comportamento moral adequado é o que se busca no desenvolvimento dentro de um grupo social ou de uma sociedade. A sensibilidade é a capacidade de perceber as ações em determinada circunstância e avaliar as normas a que somos submetidos diariamente.

2.1 O que é moral?

Para entender o que é um comportamento moral, é necessário conhecer, primeiramente, a definição do termo *moral*. Para Pereira (1991, p. 11), a moral é “tudo aquilo (ato, comportamento, fato, acontecimento) que realiza o homem, que o enraíza em si mesmo e, por ele e para ele, ganha sentido humano”. Vázquez (1990, p. 14) escreve que “moral vem do latim *mos* ou *mores*, ‘costumes’, no sentido de conjunto de normas e regras adquiridas por hábito”, ou seja, é um comportamento ou modo de ser conquistado pelo homem.

Seguindo o mesmo pensamento, Cordi et al. (1995, p. 46) revelam que moral “é um conjunto de normas, prescrições e valores que regulamentam o comportamento dos indivíduos na sociedade”. Aranha e Martins (2003, p. 301) afirmam que “moral vem do latim: *mos, moris*, que significa ‘costume’, maneira de se comportar regulada pelo uso, e de *moralis*, moral, adjetivo referente ao que é ‘relativo aos costumes’. A moral é o conjunto das regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de pessoas”. Chauí (2003, p. 307) também escreve sobre isso: “moral vem de uma palavra latina: *mos, moris*, que quer dizer ‘o costume’, e no plural, *mores*, significa os hábitos de conduta ou de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas”.

Em todos esses pensadores, observamos que a moral é tratada como algo da vida concreta, como uma prática objetiva e real das pessoas, que se expressam nas ações, nos costumes, nos hábitos e nos valores que a cultura produz.

2.2 O que é ética?

Cortina (2003, p. 14) afirma que ética é “uma parte da filosofia que reflete sobre a moral, e por isso recebe também o nome de ‘filosofia moral’”. Para Boff,

ética é parte da filosofia. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores, orienta pessoas e sociedades. Partamos dos sentidos da palavra *ethos*, donde se deriva ética. Constata-nos que a escrita da palavra *ethos* aparece em duas formas (com e longo), significando a morada humana e também caráter, jeito, modo de ser, perfil de uma pessoa; e (com e curto), querendo dizer costumes, usos, hábitos e tradições. (BOFF, 2003, p. 37-38)

Cordi et al. (1995, p. 45) afirmam que “ética, ou filosofia moral, é uma reflexão sistemática sobre o comportamento moral. Ela investiga, analisa e explica a moral de uma determinada sociedade. A ética não diz o que deve ser feito (moral), a ética tira conclusões, elaborando princípios sobre o comportamento moral”.

Aranha e Martins (2003, p. 305) explicam que “ética vem do grego *ethos*, que tem o mesmo significado de ‘costume’. Ética ou filosofia moral é a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral”.

Para Chauí (2003, p. 307), “ética vem de duas palavras gregas: *ethos*, que significa ‘o caráter de alguém’, e *êthos*, que significa ‘o conjunto de costumes instituídos por uma sociedade para formar, regular e controlar a conduta de seus membros’”. Em Valls,

a ética é tradicionalmente entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até tecnológica, sobre costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento. (VALLS, 1992, p. 7)

Em outras palavras, reunindo todos esses excertos de diferentes pensadores, observamos que a ética é parte da filosofia que reflete sobre a moral, sobre as concepções de fundo acerca da vida do universo, do ser humano e de seu destino, ela institui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. É, também, uma reflexão sistemática sobre o comportamento moral que investiga, analisa e explica a moral de uma determinada sociedade, além de avaliar e refletir sobre os costumes considerados corretos.

2.3 Práticas sociais como determinantes da formação moral e ética

As práticas sociais são formas coerentes e complexas de atividades humanas cooperativas, estabelecidas socialmente. Essas formas de atividades definem a capacidade de atingir objetivos, tendo sempre em mente as necessidades comuns aos seres humanos, como os fins e bens a que aspiram.

Entre as práticas sociais, é possível citar a família, a escola, a cultura, os meios de comunicação, o trabalho e o Estado. A família é uma microestrutura de relações entre seus componentes e na qual são transmitidas as primeiras orientações sobre princípios, normas, regras e formas de conduta diante das circunstâncias da vida.

A escola é uma estrutura mais complexa, pois é nela que a criança deve receber orientações de situações formais de aprendizagem, de participação, cooperação e solidariedade. Na escola acontece a socialização: há o contato com pessoas diferentes e em circunstâncias variadas; são aprendidas condutas, regras e normas de convivência e formas de práticas sociais adequadas; incita-se o descobrimento de conhecimentos.

A cultura é o conjunto de normas, princípios, valores e regras assumidas ou absorvidas em situações sociais e utilizadas em relacionamentos com os outros seres humanos em determinada circunstância.

Os meios de comunicação têm um papel importante nas práticas sociais, pois por meio deles é possível ter acesso a outras opiniões, formas de conduta, culturas e sociedades.

O trabalho é a forma de realização do ser humano como ser que transforma o mundo e o meio ao seu redor com suas ações, para obter mais conforto e realizar-se. Mediante o trabalho é possível buscar metas e desenvolver-se na sociedade.

O Estado funciona como mediador entre as forças do mercado e os seres que formam a sociedade, isto é, o Estado se constitui de práticas sociais, pois permite as relações entre as pessoas e as organizações para que assim possam realizar-se da melhor maneira possível como seres humanos, sociedade, cultura e trabalho.

2.4 A abordagem da afetividade

Segundo La Taille (2006), a questão da moral e da ética recebeu variadas interpretações sociais, políticas e psicológicas. Entretanto, ele relaciona quatro abordagens para discutir o

papel da razão e da afetividade na moral: a de Émile Durkheim, a psicanálise de Sigmund Freud e os construtivismos de Jean Piaget e de Lawrence Kohlberg.

Para La Taille (2006, p. 12), as duas primeiras linhas de pensamento ressaltam o papel afetivo das condutas morais e “não definem um conteúdo preciso para a moral”, ao passo que as outras duas enfatizam a importância da razão e relacionam a moral a questões de justiça, igualdade e reciprocidade.

A abordagem afetiva tem como sustentação, por um lado, o sentimento do sagrado, do medo e da força superior e, por outro, o desejo despertado pelo ser que tem sonhos e vontades. Assim, é necessário respeitar o sagrado, o coletivo, ou seja, aquilo que é construído para que todos na sociedade possam ser respeitados. Deve-se calar os desejos e os impulsos em nome do coletivo.

O comportamento moral se dá com base na luta entre as forças afetivas – pulsões, sentimentos, desejos – e a obediência a algo exterior ao sujeito: os mandamentos da sociedade.

A abordagem racional privilegia o papel da razão considerando que somente por meio da reflexão se consegue superar a heteronomia, alcançando a autonomia e a valorização de normas e regras da sociedade.

Tais abordagens não conseguem superar a distância entre afetividade e racionalidade, pois sempre apresentam os polos como alternativas: guiar-se pela afetividade, o que não é permitido pela sociedade, ou guiar-se pela racionalidade, deixando de lado os desejos e as vontades pessoais.

2.5 Moral é um processo de construção?

O ser humano se distingue dos animais pelos seguintes aspectos: linguagem, racionalidade, criatividade linguística, capacidade de fazer ciência, sociabilidade, virtude, altruísmo, eticidade, aprendizagem e por viver em sociedade – ou por todos esses aspectos integrados, interagindo em harmonia.

Para Hoffman (apud CARMICHAEL, 1970), três doutrinas filosóficas dominaram a área referente ao desenvolvimento moral da criança: a doutrina do pecado original, que admite intervenção precoce dos adultos, representantes de valores sagrados e seculares, e constitui a única salvação possível de uma alma; a doutrina da pureza inata, que afirma ser a sociedade, especialmente a dos adultos, uma influência essencialmente corruptora e, por isso, deveria ser minimizada nos primeiros anos; a doutrina que supõe que o bebê não é nem corrupto nem puro, mas uma tábula rasa infinitamente maleável.

A versão do pecado original tem como representante a psicanálise. A terceira abordagem teria como representantes as teorias de aprendizagem. Essas abordagens, de certa maneira, têm orientado todas as pesquisas sobre a moralidade.

Assim, há basicamente duas abordagens (HOFFMAN, 1978) para o processo de desenvolvimento. Uma é a abordagem baseada no desenvolvimento cognitivo (de Piaget), que

dá ênfase à idade e às mudanças cognitivas a ela associadas como fatores que influenciam o desenvolvimento moral. A outra é a da aprendizagem social (incluindo as teorias psicanalíticas e as teorias da aprendizagem), que salienta a influência do ambiente social, principalmente as técnicas de socialização empregadas pelos adultos.

A internalização de padrões morais é o conceito orientador da maioria das pesquisas sobre o desenvolvimento moral, principalmente no que se refere à internalização de proibições e ordens socialmente sancionadas. Essa visão é um legado de Freud e Durkheim, os quais afirmam que o indivíduo não passa toda a sua vida considerando as normas centrais da sociedade como pressões externas e coercitivamente impostas, às quais ele deve se submeter (HOFFMAN, 1978).

Inicialmente, as normas são externas, mas aos poucos são adotadas pelo indivíduo graças aos esforços dos seus primeiros socializadores: pais, professores. O controle por meio dos outros é substituído pelo autocontrole.

Para Émile Durkheim, um dos representantes dessa abordagem, toda sociedade consiste em um conjunto de crenças e sentimentos solidários que os indivíduos procuram salvaguardar. O núcleo dessas crenças é o sentimento do sagrado, origem das morais e das religiões. É criminoso tudo o que ofende os estados fortes e definidos desse sentido coletivo, e todo crime é sacrilégio. Assim, toda moral é imposta pelo grupo ao indivíduo e pelo adulto à criança. Os princípios lógicos ou morais são exteriores ao indivíduo, no sentido de que a consciência individual sozinha não bastaria para elaborá-los.

As noções fundamentais de moral dividem-se naquelas impostas pelo adulto e em outras nascidas da colaboração das próprias crianças em seu desenvolvimento. O respeito unilateral que está na origem da consciência do dever consiste em uma fusão de medo e amor, desejo, vontade e punição.

A moralidade em Durkheim é um sistema de mandamentos e, em grande medida, a consciência individual é o produto da interiorização desses imperativos coletivos. Longe de contrariar o desenvolvimento do indivíduo, a disciplina permite o desabrochar das personalidades. Os indivíduos não têm valor moral inato; só o grupo constitui valor legítimo. A moral é obra da sociedade.

A autonomia consiste em compreender o porquê das leis que a sociedade impõe e que não são passíveis de recusa. É preciso, então, uma disciplina firme e uma penalidade sancionando essa disciplina. Toda autoridade deriva da sociedade.

Na teoria de Freud, a dimensão afetiva-energética da ação, das pulsões e dos sentimentos, o evento fundamental no desenvolvimento da moralidade, é o processo de identificação e da força do ego. Somente se o ego do sujeito for forte é que ele será capaz de seguir os ditames da sua consciência e evitar o sentimento de culpa.

O indivíduo apresenta sempre um caráter conflitivo, pois, por um lado, deve submeter-se aos princípios da sociedade e, por outro, ele sabe que, se o fizer, não poderá realizar seus desejos, sonhos, sua liberdade. O indivíduo, dessa forma, segue as regras por medo das sanções.

Em Piaget (1932), a moralidade é uma construção que se dá paralelamente ao desenvolvimento intelectual, social e biológico. A moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é homogênea porque a própria sociedade não é uma coisa única. Ela é o conjunto das relações sociais: relações de coação (imposição de um sistema de regras) e relações de cooperação (fazer nascer no próprio interior a consciência das normas). As primeiras representam a maioria dos estados de fato de cada sociedade (relações entre crianças e o ambiente adulto); as segundas constituem um equilíbrio-limite.

Há, para Piaget (1932), “uma relação entre as normas morais e as normas lógicas: a lógica é uma moral do pensamento, como a moral, uma lógica de ação”.

Piaget também afirma que a inteligência sensório-motora movimenta as operações de assimilação e de construção dos elementos da racionalidade e da moralidade. No próprio funcionamento das operações sensório-motoras há uma procura de coerência e de organização. Esse funcionamento busca um equilíbrio ideal, que é alcançado pela constituição de estruturas por meio de uma tomada de consciência adequada, dando origem a regras de organização.

O autor reforça que o indivíduo, sozinho, não é capaz de tomar consciência das regras e, conseqüentemente, de construir normas. A vida social, portanto, é fundamental para que o indivíduo possa tomar consciência do funcionamento do espírito e formar normas. De acordo com Piaget, é o contato com os julgamentos e as avaliações dos outros que formam nossas regras lógicas e morais.

Piaget diz que, para uma conduta ser caracterizada como moral, é necessário mais do que um acordo entre o seu conteúdo e o das regras admitidas. É preciso que haja avaliação das regras e reflexão sobre elas, a cooperação como criador de valores construtivos partilhados.

A cooperação, para Piaget, é fonte de crítica e de individualismo ocasionado pela comparação mútua das intenções últimas e das regras que cada um adota, o que faz com que o indivíduo julgue objetivamente os atos e as ordens de outrem, incluindo os adultos. A heteronomia dá lugar a uma consciência do bem, cuja autonomia resulta da aceitação das normas de reciprocidade. A obediência cede lugar à noção de justiça.

Com base nessas discussões, é possível observar que tanto a afetividade quanto a racionalidade contribuem para a necessária tomada de consciência do indivíduo na construção moral do ser humano. Em resumo, podemos afirmar que a moralidade é relativa ao que devo fazer, enquanto as questões éticas têm relação com o que desejo fazer.

2.6 O agir profissional e a ética

A ética no agir profissional é uma construção do sujeito que assume uma atividade profissional e é também uma categoria profissional. Essa categoria segue alguns princípios morais e a reflexão sobre eles leva à construção da ética, ou seja, à conduta desse sujeito, tendo como base a sociedade e sua participação como sujeito, indivíduo socialmente construído.

Atividades

1. Qual a relação existente entre moral e ética?
2. Qual é o papel da afetividade e da racionalidade na construção moral?
3. De acordo com o capítulo, os sujeitos nascem morais?

Ampliando seus conhecimentos

Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum

(PEDRO, 2014)

[...] Frequentemente, confundimos moral e ética quando nos referimos indistintamente ora ao universo das normas e dos valores sociais *tout court*, ora quando aludimos ao fato de que a ética e a axiologia têm o mesmo significado, não estabelecendo quaisquer fronteiras e limites entre cada uma delas, dada a natureza da sua proximidade, por um lado, nem efetuando as respectivas interações de complementaridade que entre si se podem tecer, por outro.

Uma das razões para tal acontecer reside no fato de existirem duas palavras para mencionar o domínio valorativo da ética e da moral através da sua origem grega e latina, de raiz etimológica distinta: assim, o termo *ética* deriva do grego *ethos*, que pode apresentar duas grafias – *êthos* – evocando o lugar onde se guardavam os animais, tendo evoluído para «o lugar onde brotam os actos, isto é, a interioridade dos homens» (RENAUD, 1994, p. 10), tendo, mais tarde passado a significar, com Heidegger, a *habitação* do ser, e – *éthos* – que significa comportamento, costumes, hábito, caráter, *modo* de ser de uma pessoa, enquanto a palavra moral, que deriva do latim *mos* (plural *mores*), se refere a costumes, normas e leis, tal como Weil (2012) e Tughendhat (1999) referem.

Para além disso, os termos *ética* e *moral* aplicam-se quer a pessoas quer a sistemas ou teorias morais, o que agrava, ainda mais, o estado de confusão, pois, quando desejamos classificar a natureza da ação humana e de sistemas mais alargados em que os sujeitos se inserem, o cidadão comum oscila sempre indistintamente sobre a utilização de cada um desses termos.

Há quem considere, no entanto, que não faz qualquer sentido estabelecer estas distinções, pois todas acabam por referir-se ao mesmo universo; contudo, não é bem essa a nossa opinião por considerarmos estar subjacente à identificação e delimitação destas diferenciações terminológicas um modo de agir e de pensar

interrogativo e reflexivo distinto daquele que sucederia, caso não as reconheçêssemos como tal.

Também Ricœur (2012) menciona esta diferenciação entre ética e moral, reservando o “terme d’éthique pour tout le questionnement qui précède l’introduction de l’idée de loi morale et de désigner par morale tout ce qui, dans l’ordre du bien et du mal, se rapporte à des lois, des normes, des impératifs”.

Por outras palavras, Ricœur, em *Soi-même comme un autre* (1990), atribui: “1) la primauté de l’éthique sur la morale; 2) la nécessité pour la visée éthique de passer par le crible de la norme; 3) la légitimité d’un recours de la norme à la visée... La morale ne constituerait qu’une effectuation limitée, quoique légitime et même indispensable, de la visée éthique, et l’éthique en ce sens envelopperait la morale” (RICOEUR, 1990, p. 200-201).

Neste sentido, por exemplo, não terá significado idêntico referenciar moral e ética sob a mesma perspectiva para falarmos de uma única realidade valorativa, pois, enquanto a moral se refere a um conjunto de normas, valores (ex: bem, mal), princípios de comportamento e costumes específicos de uma determinada sociedade ou cultura (SCHNEEWIND, 1996; WEIL, 2012), a ética tem por objeto de análise e de investigação a natureza dos princípios que subjazem a essas normas, questionando-se acerca do seu sentido, bem como da estrutura das distintas teorias morais e da argumentação utilizada para dever manter, ou não, no seu seio determinados traços culturais; enquanto a moral procura responder à pergunta: *como havemos de viver?*, a ética (meta normativa ou meta ética) defronta-se com a questão: *por que havemos de viver segundo x ou y modo de viver?*

A ética é essencialmente especulativa, não se devendo dela exigir um receituário quanto a formas de viver com sucesso, dado que se preocupa, sobretudo, com a fundamentação da moral; a moral é eminentemente prática, voltada para a ação concreta e real, para um certo saber fazer prático-moral e para a aplicação de normas morais consideradas válidas por todos os membros de um determinado grupo social. Por outro lado, a ética não é um conjunto de proibições nem a moral algo definível somente num contexto de ordem religiosa (SINGER, 1994, p. 11; DIAS, 2006; GONTIJO, 2006).

[...]

Dica de estudo

Filme: Código de honra. Direção: Robert Mandel. EUA: Paramount Film, 1992, 107 min. Esse filme mostra como a cultura de determinado grupo gera normas e códigos que passam a ser assimilados por todos sem qualquer questionamento.

A razão e o comportamento moral

📺 Vídeo



3.1 O conhecimento moral como construção

Biaggio (2002) afirma que o desenvolvimento moral é um assunto de grande interesse para áreas como psicologia, sociologia, filosofia e educação. Neste capítulo, procuramos responder às seguintes questões sobre a constituição da conduta moral: o ser humano nasce sem princípios morais? Como o ser humano convive em grupos sociais?

Para Piaget, há uma interação das estruturas cognitivas, biologicamente determinadas, com o meio ambiente. Ele afirma que o julgamento moral se desenvolve em etapas paralelas ao progresso cognitivo. Biaggio (2002, p. 22-23) identifica os estágios dessa construção, revelando que

O primeiro estágio constitui uma fase de exercício sensório-motor, em que as crianças seguem orientações sem haver propriamente regras. No segundo estágio, o pré-operacional, a criança segue o realismo moral em que as crianças se apegam mais às aparências das coisas. No terceiro estágio, das operações concretas, há uma “cooperação nascente” e as crianças começam a compreender a necessidade da existência de regras, para que haja um respeito mútuo e bom funcionamento das relações em grupo. No último estágio, das operações formais, ocorre a codificação de regras, assim como uma compreensão da natureza arbitrária e convencional de certas regras em sociedade. A evolução do julgamento moral em todos esses aspectos tem por base a dimensão heteronomia-autonomia, isto é, a criança passa de uma moral de autoridade imposta de fora, por outros, para uma moral autônoma, da própria consciência individual.

Piaget (1994) considera a moral um processo de construção. Para ele, há um processo psicogenético evolutivo de construção da moralidade humana.

La Taille (2006, p. 18) assim compreende a pesquisa de Piaget: “na conceituação piagetiana, a criança passa da heteronomia – onde o bem é entendido como obediência a um dever preestabelecido – à autonomia moral – onde o bem é agora concebido como equidade e acordo racional mútuo das consciências”.

Esse autor destaca que a teoria de Piaget sobre as estruturas da inteligência apresenta quatro eixos (LA TAILLE, 2006). Esses eixos seriam: o sujeito epistêmico, a gênese, a construção e a interação. O sujeito epistêmico, ou sujeito do conhecimento, é aquele que elabora conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesmo. A construção desse sujeito se dá pela gênese, pelo desenvolvimento, que ocorre por diversas etapas ou fases, cada uma superando a anterior.

Compreendemos, dessa forma, que as estruturas lógicas e o conhecimento físico começam a ser elaborados desde o nascimento e o que faz a diferença entre uma criança e um adulto não é a presença ou ausência de certas capacidades, mas sim o nível de sofisticação de cada uma delas.

Esse desenvolvimento é fruto da maturação biológica, das experiências de vida e dos ensinamentos formais. Esses três fatores interagem pelo processo de equilibrção, que, segundo Piaget, é a capacidade de autorregulação, ou auto-organização, inerente a todos os indivíduos.

Com base nessa relação, podemos compreender a tese construtivista de Piaget, pois as estruturas da inteligência e a construção do conhecimento são resultantes de um esforço individual de auto-organização do ser humano. As interações do sujeito com o meio são mediadas pelas ações desse mesmo sujeito sobre o meio.

3.2 Estágios para a construção da moral

De acordo com Piaget, o sujeito sai de uma fase de anomia (pré-moral) e vai para uma de autonomia, passando por uma fase de heteronomia. As palavras *anomia*, *heteronomia* e *autonomia* possuem o sufixo *nomia*, que em grego significa regras. Anomia refere-se à situação em que o sujeito age sem perceber ou conhecer as regras de convívio social. Na heteronomia o sujeito age atendendo às regras de convívio social, por coação ou respeito unilateral. A autonomia refere-se à ação por cooperação, pelo respeito mútuo, reciprocidade. Piaget enfatiza que esse processo é comum a todos os indivíduos e resulta no desenvolvimento moral, que é fruto de uma construção, de uma constante auto-organização, ocorrida em contextos de interação social. A esse respeito La Taille (2006) conclui que a razão possui destaque na teoria de Piaget sobre o desenvolvimento moral.

Araújo (1999, p. 33) assim analisa os estágios de Piaget:

Nos primeiros meses de vida, a criança encontra-se na anomia, em um estado de egocentrismo e adualismo que não permite perceber a existência dos outros nem conhecer as regras de convivência social. Ao interagir com o mundo e com as

pessoas à sua volta, passa por um processo de descentração cognitiva que leva à construção lenta de estados de heteronomia, quando vai percebendo a existência de regras para o convívio social. Só que essas regras não provêm de sua consciência e sim dos mais velhos. Assim, nessa fase de predomínio da heteronomia, a criança acredita que a fonte das regras é externa a ela e que as normas e os deveres que aceita provêm dos adultos.

Segundo Araújo (1999, p. 33), durante o desenvolvimento humano, “o egocentrismo infantil cede lugar a um processo mais amplo de socialização e coloca a criança em contato com um mundo cada vez mais complexo e rico na convivência constante com os sujeitos coetâneos”.

Em momento posterior, abre-se espaço para o comportamento cooperativo, favorecendo o surgimento do respeito mútuo. Esse estágio permite que as relações da criança deixem de ser de obediência e passem a sustentar a reciprocidade. A cooperação, para Araújo (1999), pode levar à ética da solidariedade e da reciprocidade, gerando autonomia, que pode ser compreendida como produto do processo de socialização. Nesse ponto, o sujeito sai do egocentrismo, do estado de heteronomia, para cooperar com os outros e seguir regras sociais.

3.3 O papel da razão e da afetividade no agir moral e ético

A teoria de Piaget sugere uma harmonização entre afetividade e razão, tentando superar as barreiras entre essas duas dimensões, enrijecidas pelo tempo. Para tanto, afirma que o sujeito que alcançou a moral autônoma possui uma necessidade racional de agir de acordo com a moral do bem. Esse sentimento de dever vinculado à razão estabelece relação entre afetividade (querer) e razão (dever) na ação do sujeito em busca do bem.

Para Araújo (1999), parece ser difícil compreender como acontece a relação entre o sentimento de obrigatoriedade e o sujeito psicológico com seu desejo.

La Taille (2006, p. 25), por sua vez, constata duas posições em relação à construção da moralidade: uma que explica a moralidade pela afetividade e a outra que explica a moralidade pela razão. O autor, então, propõe a construção de uma abordagem que relacione essas duas posições:

[...] para explicar a moralidade, notadamente do ponto de vista da afetividade, é preciso analisar se ela não estaria relacionada a algo que não se reduz a um conjunto de deveres. Dito de outra maneira, é preciso verificar se as motivações que levam um indivíduo a dar respostas à pergunta “como devo agir?” não seriam em parte as mesmas que o levam a responder à outra pergunta: “que vida quero viver?”.

La Taille (2006, p. 25) conclui que as teorias em discussão tentam explicar “psicologicamente o dever moral sem referências a outras dimensões existenciais”.

3.4 O ser humano: um sujeito integral

Morin (2005, p. 103) afirma que “o ser humano percebe o outro como um eu simultaneamente diferente e igual a ele. O outro partilha, assim, uma identidade comigo embora conservando a sua diferença”. Dessa forma, o homem carrega um programa egocêntrico e outro altruísta. Para ele, o homem é *homo sapiens*, *homo faber*, *homo economicus*, *homo ludens*, *homo socialis*. Assumir a condição humana é procurar compreender e viver a realidade que é o *homo complexus*, o homem integral. Além disso, Morin (2005, p. 153) enfatiza que o problema crucial do nosso tempo é o da necessidade de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, ou seja, captar as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades ao mesmo tempo solidárias e conflituais. O autor usa um trecho de Pascal, que esclarece:

Todas as coisas sendo causadas e causadoras, provocadas e provocadoras, mediadas e imediatas, e tudo se inter-relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes. (MORIN, 2005, p. 153)

Morin (2005) também acredita ser necessário compreender a insustentabilidade do planeta da forma como a humanidade o constitui e religar o homem à natureza e ao planeta. Para isso, o autor elenca alguns mandamentos:

1. tomada de consciência da identidade humana comum na diversidade individual, cultural e de línguas;
2. tomada de consciência da comunidade de destino, que liga cada destino humano ao do planeta, até na vida cotidiana;
3. tomada de consciência de que as relações entre seres humanos são devastadas pela incompreensão dos próximos, mas também dos estranhos e distantes do nosso planeta;
4. tomada de consciência da finitude humana no cosmo;
5. tomada de consciência ecológica da nossa condição terrestre;
6. tomada de consciência da necessidade vital da dupla pilotagem do planeta: combinação da pilotagem consciente e reflexiva da humanidade com a pilotagem eco-organizadora inconsciente da natureza;
7. a prolongação no futuro da ética da responsabilidade e da solidariedade com os nossos descendentes;
8. tomada de consciência da Terra-Pátria como comunidade de destino/origem/perdição.

O bem e a virtude estão sempre ameaçados, portanto, é preciso resistir. Para Morin (2005, p. 193), “precisamos resistir à crueldade do mundo e à crueldade da humanidade pela solidariedade, pelo amor, pela religação e por comiseração pelas infelizes vítimas. O combate essencial da ética é a dupla resistência à crueldade do mundo e à crueldade humana”.

3.5 A religação ética

Segundo Morin (2005), é necessário realizar a ética da religação, isto é, o retorno aos princípios fundamentais da concepção humana: amor, solidariedade, respeito ao ser humano, cooperação e dignidade. O pensamento complexo é o que religa a nós mesmos, religa-nos aos outros e à Terra. Religa compreensão, solidariedade e compaixão.

Atividades

1. Como o ser humano passa a ser moral?
2. Como se dá a construção da moralidade?
3. Quais são as concepções e os autores que dialogam sobre construção da moral?

Ampliando seus conhecimentos

Desenvolvimento moral no Ensino Médio: concepções de professores e autonomia dos alunos

(CARVALHO; ALMEIDA, 2011, p. 189)

[...] O suíço Jean Piaget, com sua epistemologia psicogenética construtivista, estudou o desenvolvimento cognitivo, buscando saber como o ser humano desenvolve o pensamento e constrói o conhecimento. Para Piaget, ocorre uma interação entre as estruturas cognitivas biologicamente determinadas e os estímulos provenientes do ambiente social no qual o sujeito está inserido. Paralelamente ao desenvolvimento cognitivo, ele afirma que ocorre o desenvolvimento do julgamento moral (DALLEGRAVE, 2000). Na concepção piagetiana, o desenvolvimento do raciocínio moral acompanha o desenvolvimento das estruturas cognitivas do sujeito, e os aspectos afetivos ocupam um lugar secundário, embora sua importância não tenha sido descartada por Piaget. Para o autor, “toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1977, p. 11). Ao dedicar-se ao estudo do julgamento moral, Piaget analisou os efeitos da coação de adultos em problemas relativos a mentiras, roubos e outros “deslizes” cometidos pelas crianças e observou que, diante de situações de danos intencionais, as crianças julgavam o ato do personagem (sua intenção) e o prejuízo causado. A partir daí, concluiu que todos os seres

humanos passam por estágios de desenvolvimento quanto ao julgamento moral, iniciando-se pela anomia, passando pela heteronomia e atingindo a autonomia, independentemente da cultura da qual fazem parte.

Ao organizar os estágios do raciocínio moral, Piaget (1932/1994) afirma que as primeiras formas de consciência do dever, pela criança, são heterônomas (estágios 2 e 3). A partir das relações de cooperação com o outro, a conquista da autonomia moral torna-se possível.

No primeiro estágio do desenvolvimento moral, em Piaget, está presente a anomia. Na faixa etária compreendida entre 0 e 2 anos, as crianças exercitam seus sentidos e movimentos sem que sigam propriamente regras estabelecidas. Já o segundo estágio é egocêntrico (2 aos 6 anos de idade), no qual a criança percebe que outras pessoas seguem determinadas regras e que estas são sagradas e imutáveis, advindas de uma autoridade. O respeito unilateral das regras foi denominado *heteronomia*. Com relação ao terceiro estágio (7 aos 12 anos), as crianças percebem a necessidade da existência das regras e da importância de que elas sejam respeitadas e seguidas, proporcionando um ambiente de respeito mútuo entre as pessoas (PIAGET, 1932/1994).

No último estágio (12 anos em diante), ocorre uma compreensão acerca da natureza arbitrária das regras. Estas não são mais seguidas de maneira literal, mas começam a ser questionadas, o que foi denominado por Piaget de *autonomia*. Nessa perspectiva, as relações de coação vão sendo substituídas por relações de cooperação.

A escola possui papel primordial na promoção do desenvolvimento moral de seus alunos. Por meio de intervenções educativas, em que prevaleçam relações de cooperação e respeito mútuo, o educador pode propiciar que crianças e adolescentes desenvolvam o julgamento moral em direção à autonomia e à consciência crítica de si e do mundo.

[...]

Dica de estudo

Filme: Gênio indomável. Direção: Gus Van Sant. EUA: Lawrence Bender: dist. Buena Vista International/Miramax Films, 1997, 126 min. Esse filme mostra a caminhada do ser humano em busca da autonomia e da liberdade, mantendo sua ética e o respeito aos direitos dos outros.

Campo ético e senso moral

▮ Vídeo



A compaixão é uma característica humana. Sentimentos de indignação, piedade e revolta são, muitas vezes, despertados quando as pessoas se deparam com seus iguais em situações de miséria, por exemplo, tendo que pedir esmola nas ruas para conseguir comprar algo para comer. A mesma coisa acontece quando uma pessoa muito esforçada passa a ser prejudicada de alguma maneira, no seu trabalho ou na vida pessoal. Em contrapartida, diante da cena de pessoas ajudando umas às outras, surgem outros sentimentos: emoção e orgulho. Resumindo, as ações desencadeiam sentimentos e estabelecem o campo de ação ético e o senso que, a partir das interações, é desenvolvido. Dessa forma, as interações são utilizadas para avaliar situações do cotidiano.

Para Chauí (2003), os sentimentos manifestos por alguma emoção forte (como medo, orgulho, vaidade e covardia), as avaliações e apreciações (honestidade, justiça, altruísmo) desenvolvem no ser humano habilidades que exprimem o senso moral, isto é, a maneira como examinamos e julgamos a ação e o comportamento de outras pessoas.

4.1 Consciência moral

Para Freitag (1992), a questão da moralidade responde às perguntas: como devo agir? Como posso julgar minha ação? E a dos outros? Que critérios utilizo para julgar? Que princípios devem orientar minhas ações? Como posso saber se esses princípios são corretos? Qual é a correlação entre moralidade do indivíduo e moralidade social?

A autora lembra que “a ação moral pressupõe um sujeito da ação, livre, dotado de vontade e razão, capaz de controlar e orientar os seus atos segundo critérios e princípios, disposto a assumir conscientemente as consequências desses atos, responsabilizando-se por eles” (FREITAG, 1992, p. 13).

Da mesma forma, as crianças se deparam com problemas morais em suas relações cotidianas. Elas precisam decidir sobre coisas, ações, quantidades, situações e também resistir a tentações o tempo todo. Problemas como os citados aparecem em nosso dia a dia. Como lidamos com eles, como aprendemos? Recebemos por herança? Desenvolvemos hábitos? O que é certo e o que é errado? Para quem? Como julgamos moralmente as ações dos outros?

Para Freitag (1992), o processo central presente em todas essas situações e perguntas é o desenvolvimento de um conjunto de regras internalizadas e culturalmente definidas que governam o comportamento. Costuma-se chamar esse desenvolvimento de consciência moral. A autora divide essa construção nas seguintes etapas: comportamento moral, sentimento moral e julgamento moral.

As teorias da aprendizagem social enfatizam que a solução para o comportamento moral reside no condicionamento clássico. Isso significa que, se uma criança é repetidamente punida depois que faz algo “errado”, então a sensação ruim que acompanha a punição será associada a essa ação, inibindo ações semelhantes posteriormente.

Bandura (apud FREITAG, 1992) afirma que as crianças aprendem o certo e o errado por meio do direcionamento dado por seus pais e observando o que eles e outros modelos (amigos, professor, personagem da TV) realmente fazem. Portanto, o julgamento moral depende da construção das regras sobre bons e maus comportamentos feita pela criança. O mesmo autor lembra que com frequência os pais são inconsistentes quanto ao que eles fazem e dizem. Assim, a criança acaba desenvolvendo um comportamento moral também inconsistente.

O desenvolvimento moral está relacionado aos sentimentos das pessoas em relação às ações e seus desfechos. O sentimento de medo – da punição, da perda do amor – e as retiradas de privilégios podem levar as pessoas a controlar seu comportamento moral e resistir às tentações.

Para Marilena Chauí (2003, p. 305), o senso moral refere-se à maneira como cada um avalia situações e comportamentos seguindo noções como justiça e injustiça, certo e errado. A autora diz que “emoções e sentimentos também exprimem nosso senso moral, isto é, a maneira como avaliamos a conduta e a ação de outras pessoas segundo ideias como as de mérito e grandeza da alma”.

Situações dramáticas ocorrem cotidianamente. As decisões em relação a elas determinam o senso moral de cada pessoa e exercitam a consciência moral, pois são requeridas razões para nossas decisões e percepção dos efeitos delas sobre as outras pessoas e a si mesmo. Chauí (2003) afirma que

senso moral e consciência moral referem-se a valores (justiça, honradez, espírito de sacrifício, generosidade) e a sentimentos provocados pelos valores (admiração, vergonha, culpa, remorso, contentamento, cólera, amor, dúvida, medo) e as decisões que conduzem a ações com consequência para nós e para os outros.

A autora expressa que o senso e a consciência morais dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidas ao bem e ao mal, ao desejo de felicidade e ao exercício da liberdade. O senso e a consciência morais são, por isso, constitutivos da existência intersubjetiva, isto é, da relação de um indivíduo com outros sujeitos morais. Compreendemos daí que, para que uma conduta seja considerada ética, é fundamental que exista um sujeito consciente, aquele que distingue o bem e o mal.

Para a autora em questão, o campo ético “é constituído pelo agente livre, que é o sujeito moral ou a pessoa moral, e pelos valores e obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, ou seja, as virtudes ou as condutas e ações conformes ao bem” (CHAUÍ, 2003, p. 308).

O agente moral é o sujeito consciente de si e dos outros, dotado de vontade, ser responsável (que se reconhece como autor da ação, capaz de avaliar os efeitos e as consequências dela sobre os outros e sobre si e assumi-la) e ser livre (não estar submetido a poderes externos).

Chauí define liberdade como “capacidade para se autodeterminar” e diferencia o comportamento ativo e o passivo da seguinte maneira: o sujeito passivo é aquele que se “deixa governar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade”. Por sua vez, o sujeito ativo é

o virtuoso, aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo e, como tal, verdadeiramente livre. (CHAUÍ, 2003, p. 309)

A ética exprime, segundo Chauí (2003, p. 309), “a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito”. A ética, portanto, não é alheia às condições históricas, políticas, econômicas e culturais da ação moral, pois ela se transforma para responder a exigências novas da sociedade e da cultura em seu tempo.

O campo ético também comporta os meios para que o sujeito realize os fins. A relação entre meios e fins requer que o sujeito tenha capacidade de discernir os meios morais dos imorais.

Moral, direito e religião, segundo Cortina (2003, p. 29), tratam de dar orientações para as ações humanas e são considerados saberes práticos. Entende-se por moralmente bom o estado de perfeito juízo humano. Mas o que é o perfeito juízo humano? As religiões buscam levar “as pessoas à sua plenitude vital”. Kant (apud CORTINA, 2003) afirma que a religião trata de responder muito mais à pergunta “Que posso esperar?” do que “O que devo fazer?”. Seu lugar se coloca no âmbito da esperança, não do dever.

Cortina (2003, p. 30) diz que “as religiões nascem da experiência vivida por pessoas concretas e por povos concretos, de que Deus salva do pecado, da morte e do absurdo, o que tem muito a ver – tudo a ver – com alcançar a felicidade”.

Para Cortina (2003, p. 31), a ideia de que “Deus é aquele que salva” ficou esquecida e institui-se que “Deus é aquele que manda”, que proíbe. Todas as religiões, conclui a autora, acarretam uma moral e todas as morais atuais têm origens religiosas.

Por outro lado, a moral autônoma gerou a ética cívica ou ética civil. Cortina (2003, p. 31) denomina ética cívica como “o conjunto de valores morais compartilhados pelos diferentes grupos de uma sociedade moralmente pluralista, que lhes permitem construir seu mundo juntos precisamente porque essa base comum é compartilhada”.

Segundo a autora, aproximar a legislação do cidadão “deve ser desejável para esse cidadão, e o cidadão deve conhecê-la e deve conhecer as razões pelas quais ela é promulgada – é um dever moral” (CORTINA, 2003, p. 36). A autora conclui que, sem atender à dimensão moral das pessoas, é impossível que uma sociedade seja justa.

A moral pode ser analisada a partir da pergunta “Como devo agir?”. Freitag (1992) afirma que essa pergunta inicial dá origem a outras: “Como posso julgar a minha ação ou a dos outros?”, “Quais os critérios segundo os quais eu faço esse julgamento?”, “Quais máximas, princípios ou valores devem orientar as minhas ações ou as dos outros?”, “Como posso ter certeza de que os princípios (ou valores) pelos quais oriento a minha ação ou julgo a ação dos outros sejam certos, justos e corretos?”, “Qual a relação entre a moralidade individual e a normatividade social?”.

Atividades

1. O que está por trás do senso moral e da consciência, de acordo com Chauí?
2. Explique o sentido das palavras *moral* e *ética* segundo Chauí.
3. Chauí analisa as condições para que haja uma pessoa moral. Quais são essas condições?

+ Ampliando seus conhecimentos

Ética na empresa: o indivíduo e suas relações no trabalho

(REZENDE; CASTRO, 2011, p. 5-6)

[...] Tendo compreendido aspectos conceituais de ética e moral, é necessário, neste instante, refletir sobre quem será esse sujeito capaz de “agir eticamente”.

Segundo Chauí (1999), para que exista uma conduta ética é preciso que haja um agente consciente, ou seja, o indivíduo com capacidade de discernir entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, o permitido e proibido, a virtude e o vício. A percepção dessas diferenças se dá através da consciência moral, pois por meio dela o indivíduo é capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e agir em conformidade com os valores morais, tornando-se responsável por suas ações, por seus sentimentos e assumindo as consequências daquilo que sente e faz. Na consecução de uma vida ética a consciência e a responsabilidade se tornam indispensáveis.

Ainda de acordo com a autora, a manifestação da consciência moral se dá pela capacidade que tem o indivíduo de tomar decisões diante de alternativas que se apresentam como possíveis. Ao realizar a escolha, o indivíduo avalia suas motivações e suas exigências para tomar esta ou aquela decisão e assume para si toda a responsabilidade que aquela decisão implica, bem como arca com os meios que utilizou para alcançar seus fins. Entra em cena então a vontade, que é o poder deliberativo do agente moral. É imperativo para a realização da vontade o aspecto da liberdade, que assegura que a ação não está submetida a um outro indivíduo e nem ao sabor dos instintos e das paixões. É necessário ter o poder sobre eles.

Resta saber então quem são os agentes da moral:

Os agentes morais, em primeiro lugar, são indivíduos concretos que fazem parte de uma comunidade. Seus atos são morais somente se considerados nas suas relações com os outros; contudo, sempre apresentam um aspecto subjetivo, interno, psíquico, constituído de motivos, impulsos, atividade da consciência que se propõe fins, seleciona meios, escolhe entre diversas alternativas, formula juízos de aprovação ou de desaprovção, etc.; neste aspecto psíquico, subjetivo, inclui-se também a atividade subconsciente. (VAZQUEZ, 2000, p. 29)

Chauí (1999) afirma ainda que serão as questões Socráticas que irão inaugurar a ética ou a filosofia da moral, “[porque] definem o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidos, ao encontrar seu ponto de partida: a consciência do agente moral” (p. 341). Será a ética, através de seus questionamentos e reflexões, que irá proibir moralmente que o ser humano se transforme em coisa usada e manipulada por outros. Assim:

É sujeito ético moral somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais. Sócrates afirma que apenas o ignorante é vicioso ou incapaz de virtude, pois quem sabe o que é bem não poderá deixar de agir virtuosamente. (CHAUÍ, 1999, p. 341)

Sendo os indivíduos os agentes da moral, cabe ainda ressaltar o que efetivamente constitui um agir de maneira ética. A esse respeito, Chauí (1999) aponta quatro atributos que caracterizam o sujeito ético-moral, ou seja, o próprio homem:

Ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele; ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis; ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas consequências, respondendo por elas; ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para o autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta. (CHAUÍ, 1999, p. 337-338)

[...]

Dica de estudo

Filme: A rede social. Direção: David Fincher. EUA: Sony Pictures, 2010, 120 min. O filme demonstra as complicações pessoais e legais, bem como os dilemas éticos de Mark Zuckerberg, um dos fundadores do Facebook..

O nascimento da ética: ética e história

📺 Vídeo



Os princípios éticos surgem das relações sociais entre os homens com o objetivo de construir a própria sociedade. O desenvolvimento humano está diretamente ligado aos conceitos morais e à forma como a sociedade se constitui historicamente. Portanto, os fundamentos éticos devem ser interpretados histórica e culturalmente, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constitui sua história.

Podemos concluir que, quando a vida social muda, a vida segue o mesmo curso e isso gera uma nova ética, pois quando princípios, regras e valores de uma época entram em crise, ou seja, não conseguem mais explicar as ações da comunidade naquele momento, há necessidade de substituí-los por outros. Dessa forma, podemos compreender o surgimento e o desenvolvimento de novos princípios morais.

Chauí (2003, p. 310) expressa que “cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta e à incorreta, válidos para todos os seus membros”. A filosofia moral ou a disciplina denominada ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes.

5.1 A ética e os gregos

5.1.1 Os sofistas

Vázquez (1998, p. 237) explica que os sofistas

constituem um movimento intelectual na Grécia. A palavra *sofista* originalmente significa mestre ou sábio, como mostra sua semelhança com a palavra grega *sofia* (sabedoria). O sofista reage contra o saber a respeito do mundo porque considera estéril e se sente atraído especialmente por um saber a respeito do homem, particularmente político e jurídico.

Segundo o autor, os sofistas “se transformam em mestres que ensinam principalmente a arte de convencer, ou retórica” (VÁZQUEZ, 1998, p. 237), pois, em uma sociedade em que o cidadão intervém ativamente, é muito importante a arte de expor, argumentar ou discutir. Aranha e Martins (2003) acreditam que os sofistas rejeitam a tradição mítica ao admitir que os princípios morais resultam em convenções humanas.

5.1.1.1 Sócrates

Para esse filósofo, que nasceu em Atenas em 470 a.C., o saber fundamental é a respeito do homem, que se caracteriza pelos seguintes fundamentos: é um conhecimento universalmente válido, ao contrário do que sustentam os sofistas; é, antes de tudo, conhecimento moral; é um conhecimento prático (conhecer para agir retamente). Essa teoria ficou famosa por sua máxima: “conhece-te a ti mesmo”.

Logo, a ética socrática é racionalista e nela encontramos, segundo Vázquez (1998, p. 238), uma concepção do bem como felicidade da alma e do bom como útil para a felicidade. Também encontramos a tese da virtude (do grego *areté*, capacidade radical e última do homem) como conhecimento e do vício como ignorância (quem age mal é porque ignora o bem e, portanto, ninguém faz o mal voluntariamente) e, finalmente, a tese da origem sofista, segundo a qual a virtude pode ser transmitida e ensinada.

Assim, para Sócrates, bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçam estreitamente. O homem age retamente quando conhece o bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e é feliz.

Para Chauí (2003, p. 311), “as questões socráticas inauguram a ética ou filosofia moral porque definem o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidas pela determinação de seu ponto de partida: consciência do agente moral”. A autora define sujeito ético ou moral como “aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais”.

5.1.1.2 Platão

Discípulo de Sócrates, Platão nasceu em Atenas em 427 a.C. e morreu em 347 a.C. Para ele, a moral tem relação fundamental com a *pólis* (palavra grega que significa cidade),

enquanto a ética estabelece uma relação com a política (termo derivado da palavra grega *pólis*). Ética e política dependem da concepção metafísica (isto é, dualismo do mundo das ideias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade e se consolidam na ideia do bem, da divindade) e de sua doutrina da alma (princípio que anima o mundo ou move o homem). Essa doutrina constitui-se de três partes: razão, vontade e apetite. A razão é considerada superior, pois é por meio dela que a alma se eleva ao mundo das ideias. O objetivo final é purificar-se ou libertar-se da matéria para contemplar o que realmente é o fim: a ideia do bem. Para tanto, é necessário agir de maneira a atingir esse bem, praticar várias virtudes de acordo com as três partes citadas. A virtude da razão é a prudência; a da vontade ou ânimo, a fortaleza; e a do apetite, a temperança. A virtude da justiça se alcança com a harmonia das partes.

O homem é bom na medida em que sua cidadania se realiza na comunidade, no grupo, na cidade. Aranha e Martins (2003, p. 353) enfatizam que, para Platão, “o sábio é o único capaz de se soltar das amarras que o obrigam a ver apenas sombras e, dirigindo-se para fora, contempla o sol, que representa a ideia do bem”.

5.1.1.3 Aristóteles

Nasceu em Estagira, Macedônia, em 384 a.C. e foi discípulo de Platão em Atenas. Para Aristóteles, a ideia não existe separada dos indivíduos concretos, ela existe somente nos seres individuais. No ser individual existe o ato (o que é) e a potência (o que tende a ser). A mudança é a passagem da potência ao ato. Existe somente um ser que é ato puro, sem potência: Deus. O homem, portanto, é atividade, passagem da potência ao ato. Para Aristóteles, o fim último do homem não é a felicidade (*eudaimonia*) nem o prazer (*hedoné*), e sim a vida teórica ou contemplação, a razão.

Para alcançar esse fim, certos hábitos devem ser adquiridos quanto às virtudes, que, apesar de não serem inatas, podem ser obtidas com exercício. Há virtudes intelectuais (razão) e práticas (ou éticas – operam no irracional). O homem é racional e irracional ao mesmo tempo. A virtude, portanto, consiste em ser o termo médio, ou seja, o equilíbrio entre o racional e o irracional.

A virtude nos leva à felicidade. Atingir a felicidade requer certas condições, tais como: ter maturidade, liberdade pessoal e saúde. Portanto, dispor dessas condições isoladamente não nos leva à felicidade.

O homem só pode viver na cidade ou *pólis*, pois é por natureza um ser político ou social, isto é, que não pode viver isoladamente, ele é membro de uma comunidade. A vida moral é um meio para atingir o fim fundamental: o humano, a vida teórica, a felicidade. A vida teórica pressupõe a vida em comum (sem exclusão), o homem (o sábio) deve ser um bom cidadão (VÁZQUEZ, 1998).

5.1.2 Estoicos e epicuristas

Surgem, de acordo com Vázquez (1998), no processo de decadência e de ruína do mundo antigo greco-romano. O estoicismo tem como principais representantes Zinco de Cedeu,

Ceninha, Epíteto e Marco Aurélio (Roma). O epicurismo é representado por Epicuro e Tito Lucrécio Caro. Para essas duas correntes, a moral não está relacionada à *pólis*, mas ao universo. Esse problema diz respeito à necessidade física, natural do mundo. A física é o fundamento ético.

Na percepção dos estoicos, o mundo (cosmos) é um único grande ser que tem Deus como princípio, alma ou razão. Deus é o animador, o coordenador. No mundo só se realiza o que Deus quer. Não existe liberdade nem acaso. O homem deve aceitar o seu destino e agir consciente dele. Vázquez (1998) afirma que o bem supremo é viver de acordo com a natureza, com a consciência de nosso destino. É não deixar que as paixões nos conduzam, o homem sábio se firma contra as suas paixões.

Já para os epicuristas, tudo é formado por átomos materiais que possuem certo grau de liberdade. Não há envolvimento divino nos fenômenos físicos nem na vida do homem. O homem busca o bem, pois o bem é o prazer. Para eles, também é importante seguir em busca dos prazeres estáveis, os prazeres do espírito, que trazem a paz da alma.

Aranha e Martins (2003) afirmam que Epicuro (347-270 a.C.) considerava os prazeres do corpo causadores da ansiedade e do sofrimento. Para permanecer imperturbável, a alma precisaria desprezar os prazeres materiais, o que leva Epicuro a privilegiar os prazeres espirituais, sobretudo os que dizem respeito à amizade.

Vázquez (1998) conclui que o epicurista alcança o bem retirando-o da vida social, sem cair no sobrenatural, rodeado por um pequeno círculo de amigos, em tranquilidade e satisfeito. Nesse período, a ética epicurista e estoica se distancia da política.

5.2 Ética cristã medieval

Para Vázquez (1998, p. 243), “o cristianismo se eleva sobre as ruínas da sociedade antiga; depois de uma longa e sofrida luta, transforma-se na religião oficial de Roma (século IV) e termina por impor seu domínio durante dez séculos”. A moral e a ética passam a refletir o conteúdo religioso em todas as manifestações da vida medieval.

5.3 A ética segundo a religião

A ética cristã, segundo Vázquez (1998), tem como base as verdades reveladas a respeito de Deus, as relações do homem com o seu criador e o modo de vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo. Deus é um ser bom, onisciente e todo-poderoso, exige a obediência e a sujeição a seus mandamentos. O homem vem de Deus e deve orientar-se para ele. A essência da felicidade é a contemplação de Deus.

Sobre isso, Vázquez (1998, p. 244) revela que

o cristianismo pretende elevar o homem de uma ordem terrestre para uma ordem sobrenatural, na qual possa viver uma vida plena, feliz, e verdadeira, sem as imperfeições, as desigualdades e injustiças terrenas. Propondo a solução de

problemas graves do mundo num mais além, o cristianismo introduz uma ideia de enorme riqueza mortal: a da igualdade dos homens. Todos os homens, sem distinção – escravos e livres, cultos e ignorantes –, são iguais diante de Deus e são chamados a alcançar a perfeição e a justiça num mundo sobrenatural.

Segundo Vázquez (1998, p. 244), “a mensagem cristã da igualdade é lançada num mundo social em que os homens conhecem a mais espantosa desigualdade: a divisão entre os escravos e homens livres, ou entre servos e senhores feudais”. Para ele, “a ética cristã medieval não condena essa desigualdade social e chega, inclusive, a justificá-la”, pois “a igualdade e a justiça são transferidas para um mundo ideal, enquanto aqui se mantém e se sanciona a desigualdade social”.

Nesse contexto, a ética cristã regula o comportamento dos homens na perspectiva do “outro mundo” (sobrenatural), com Deus. A realização moral só é alcançada quando o homem se eleva ao sobrenatural, seguindo os mandamentos dos quais derivam todas as regras de conduta. A ética cristã, portanto, traz uma inovação moral: a ideia do dever, o qual não se relaciona apenas às coisas visíveis, mas também aos desejos, às intenções invisíveis.

5.4 A ética cristã filosófica

No campo filosófico, verificamos também a existência de uma ética limitada e influenciada pela matriz religiosa e dogmática.

Em Santo Agostinho (apud VÁZQUEZ, 1998) ocorre na elevação ascética até Deus. Santo Tomás (apud VÁZQUEZ, 1998) afirma que Deus é o bem e o objetivo supremo, ele é a felicidade. A contemplação e o conhecimento são os meios mais adequados para atingir esse fim.

5.5 A ética moderna

5.5.1 A ética antropocêntrica no mundo moderno

A ética moderna surge no século XVI e se estende até o XIX. Assume uma tendência antropocêntrica, em oposição à ética teocêntrica da Idade Média. Ela acompanha um conjunto de modificações no mundo nos mais diferentes campos:

- Economia – incremento nas forças produtivas, desenvolvimento científico e das relações capitalistas de produção.
- Social – surgimento e fortalecimento da burguesia com o objetivo de aumentar seu poder econômico e político.
- Estado – surgem os grandes Estados modernos, centralizados. Essa transformação social não é planejada nem uniforme, gerando diferenças e exclusões.
- Espiritual – a religião deixa de ser um guia. A razão separa-se da fé; a natureza de Deus; o Estado da Igreja; o homem de Deus.

Vázquez (1998) afirma que o homem adquire um valor pessoal, espiritual, corpóreo, racional e possui vontade, desejo. Ele não apenas contempla, também age. O homem passa a ser o centro do universo. A nova ética, agora livre do jugo religioso, tem como fundamento o homem, o seu desejo de agir e de transformar as coisas.

5.5.2 A ética em Kant

Para Kant, o homem é o sujeito cognoscente (ou moral ativo), é o criador e está no centro da moral e do conhecimento. Sente-se responsável pelos seus atos e tem consciência do seu dever. Essa consciência, portanto, supõe a necessidade do homem de ser livre.

A ação moral é baseada na razão. A lei moral descoberta pela razão deve ser universal, pois não é uma atividade subjetiva (ARANHA; MARTINS, 2003). Para Kant (apud ARANHA; MARTINS, 2003), é necessário que o ser humano “aja de tal modo que a máxima de sua ação possa sempre valer como princípio universal de conduta”. Kant considera esse mandamento um imperativo categórico.

Com base na questão da moralidade, é possível postular que o homem age de acordo com o bem. Deve-se agir com bondade. A vontade boa ocorre quando se age por puro respeito ao dever.

Vázquez (1998, p. 250) afirma:

Se o homem age por puro respeito ao dever e não obedece a outra lei a não ser a que lhe dita a sua consciência moral, é – como ser racional puro ou pessoa moral – legislador de si mesmo. Por isso, tomar o homem como meio parece a Kant profundamente imoral, porque todos os homens são fins em si mesmos e, como tais – isto é, como pessoas morais –, formam parte do mundo da liberdade ou do reino dos fins.

Aranha e Martins (2003, p. 354) acreditam que o homem deve agir “sempre de tal modo que trate a humanidade, tanto na sua pessoa como na do outro, como fim e não apenas como meio”.

5.6 A ética contemporânea

Segundo Vázquez (1998), a ética contemporânea surge em uma época de grande progresso científico, tecnológico e de desenvolvimento das forças do trabalho. Nasce os sistemas políticos, destacando-se o socialismo, ocorre também o processo de descolonização, as mudanças sociais e uma reavaliação de princípios, regras e valores da sociedade moderna.

5.7 Existencialismo

O filósofo Kierkegaard (1813-1855) é considerado o pai do existencialismo. Para ele, o que vale é o homem concreto, o indivíduo como tal, isto é, a sua subjetividade. O indivíduo

existe somente no campo plenamente subjetivo. Segundo esse pensador, há três estágios na existência do indivíduo: o estético, ético e religioso. O estágio superior é o religioso, em que sua relação de fé com Deus é subjetiva. No estágio o ético, o indivíduo pauta seu comportamento por normas gerais e, nesse momento, perde sua subjetividade em autenticidade. O estágio estético é o último.

Max Stirner (1806-1856), considerado o precursor do anarquismo moderno, acredita ser necessário recuperar o homem concreto no eu, na vontade individual, no único, que ele chama de *egoísmo integral*.

Heidegger (1984) elabora a teoria do ser, na qual o ser humano é um ser no mundo, aquele ser que mora no mundo, mas não está tenuamente ligado a ele, ou seja, o ser apenas estoura, eclode no mundo. Aranha e Martins (2003) explicam que, para Heidegger, o ser-aí não é consciência separada do mundo, mas está numa situação dada, toma conhecimento do mundo que ele próprio não criou e ao qual se acha submetido em um primeiro instante: a facticidade.

Segundo Aranha e Martins (2003), a partir do ser-aí, o indivíduo é lançado no mundo de maneira passiva, mas pode tomar a iniciativa de descobrir o sentido da existência e orientar suas ações nas mais diversas direções (transcendência). As autoras afirmam que, nesse processo, o ser humano descobre a temporalidade, pois, ao tentar compreender o seu ser, dá sentido ao passado e projeta o futuro. Dessa relação surge a angústia da tensão entre o que ele é e aquilo que virá a ser, como dono do seu próprio destino. As autoras concluem que a autenticidade ou a inautenticidade da vida deriva do sentido que o ser humano imprime à sua ação. Para elas,

o indivíduo inautêntico é o que se degrada vivendo de acordo com verdades e normas dadas; a despersonalização o faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que Heidegger chama *mundo do man* (em alemão, *man* significa se) e que designa a impessoalidade: come-se, vive-se, bebe-se, como todos comem, bebem, vivem. Ao contrário, a pessoa autêntica é aquela que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro. A existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas. (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 357)

Jean-Paul Sartre, filósofo nascido em Paris no século XX, considera o homem fundamento sem fundamento (sem razão de ser) dos valores. Para ele, o homem é liberdade, sua única fonte de valor. Segundo Sartre, a existência precede a essência. Isso significa que o homem primeiramente existe, descobre-se, surge no mundo e só depois se define. Então, não há natureza humana, visto que não há Deus para concebê-la. O homem não é apenas como ele se concebe, é como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após esse impulso para a existência; o homem não é mais do que aquilo que ele faz (ARANHA; MARTINS, 2003). Sartre acredita que não há valores objetivamente fundados, cada um deve criar ou inventar os valores ou as normas que guiem seu comportamento.

Sartre (apud ARANHA; MARTINS, 2003, p. 359) adverte:

Mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade de sua existência [...] o homem é responsável por todos os homens. [...] o que escolhemos

é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos. Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, esta imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade.

5.8 Pragmatismo

Em meados do século XIX, surge nos Estados Unidos uma corrente filosófica chamada pragmatismo, que teve como principais pesquisadores Charles S. Pierce, William James e J. Dewey.

Com o progresso e o desenvolvimento tecnológico, ocorre o desenvolvimento do comércio e os negócios mercantis passam a ter uma nova postura em relação aos seres humanos, visando ao espírito de empresa. Esse espírito se afasta das questões contemplativas e abstratas e se direciona para as coisas práticas e úteis – uma identificação com a ideia da verdade como algo útil. O útil nos ajuda a viver e a conviver melhor.

No campo ético, isso significa que algo é bom quando nos leva a obter um fim, um resultado, um êxito. Logo, valores, regras e princípios são reconsiderados e seus conteúdos redirecionados para o valor de utilidade, que varia de acordo com as situações. Valoriza-se o individualismo, o egoísmo e o êxito pessoal.

5.9 Psicanálise e ética

Sigmund Freud (1856-1939) foi o pai da psicanálise, uma ciência cujo pressuposto básico é o estudo do inconsciente. No inconsciente são armazenadas recordações, desejos, impulsos reprimidos que lutam para se tornar conscientes. Para Freud, o inconsciente é algo dinâmico e que influencia o comportamento do sujeito.

Vázquez (1998, p. 256) descreve as três zonas da personalidade para Freud: o *id*, conjunto de forças, impulsos ou tendências inconscientes; o *ego*, a consciência em sentido próprio; e o *superego*, que tem a função de ser um vigilante dos valores e das normas morais adquiridas no período da educação. Sendo parte do inconsciente, o superego entra em conflito com o consciente, reprimindo-o.

Fromm (apud VÁZQUEZ, 1998, p. 257) não crê que o comportamento do homem possa ser explicado somente pela força dos instintos (explicação mecânico-naturalista), mas também pelas relações do homem (relações abertas e não instintivamente determinadas) com o mundo externo: processo de assimilação de objetos e de socialização ou de relações com outras pessoas ou consigo mesmo.

5.10 Marxismo

Marx (apud VÁZQUEZ, 1998, p. 258) deseja recuperar o homem concreto, que é real, um ser indissolúvel, espiritual, sensível, natural e humano, teórico e prático, objetivo e

subjetivo. O homem é *práxis*, um ser produtor, transformador, criador; mediante seu trabalho, transforma a natureza externa, nela se plasma e, ao mesmo tempo, cria um mundo à sua medida, isto é, à medida de sua natureza humana. Essa objetivação do homem no mundo externo, pela qual produz um mundo de objetos úteis, corresponde à sua natureza de ser produtor, que também se manifesta na arte e em outras atividades.

Para Marx, o homem é um ser social e histórico que produz e cria, com isso, relações sociais, chamadas de *relações de produção*. As mudanças que ele provoca na base econômica modificam também as concepções morais. Algumas das principais teses de Marx são:

1. a moral, como toda forma de superestrutura ideológica, cumpre uma função social, que pode ser a de sancionar as relações e condições de existência de acordo com os interesses da classe dominante;
2. existem diferentes morais de classe e em uma mesma sociedade podem coexistir várias morais;
3. a moral de cada sociedade, ou de cada classe, tem um caráter relativo;
4. a história está sujeita a uma necessidade objetiva e é nesse processo que as morais surgem;
5. uma nova moral torna-se necessária para regular as relações dos indivíduos, tanto em vista da transformação da velha sociedade como para garantir a unidade e a harmonia entre os membros da nova sociedade socialista;
6. a necessidade da moral na transformação radical da sociedade não significa cair em um moralismo;
7. o homem deve intervir na transformação da sociedade porque, se não o fizer, pode ocorrer um retorno à barbárie ou, até mesmo, a extinção da sua espécie.

5.11 Neopositivismo e filosofia analítica

A filosofia analítica é uma corrente no âmbito do neopositivismo que reduz a tarefa da reflexão ética a uma análise das proposições morais ou da linguagem, declara-se neutra no terreno moral e não toma posições nas grandes questões morais. Nela, os conceitos éticos não descrevem nem representam alguma coisa. Conceitos como *bom* e *dever* não existem, são somente expressões das emoções do sujeito.

5.12 Ética do discurso

A situação das questões morais no mundo contemporâneo, para Aranha e Martins (2003), conduz a dois polos:

1. ao prevailecimento da ordem subjetiva das vivências, emoções, a anarquia dos princípios ou a simples ausência deles;
2. à razão dominadora, instrumento de repressão.

Jürgen Habermas (apud ARANHA; MARTINS, 2003), examinando a questão da moral na contemporaneidade, desenvolve a teoria da ação comunicativa, com o objetivo de compreender a ética do discurso. Essa ética recorre à razão para a sua fundamentação: a razão comunicativa, que se apoia no diálogo, na interação entre os indivíduos do grupo e é mediada pela linguagem, pelo discurso.

A validade das normas, para Aranha e Martins (2003, p. 360), “não deriva de uma razão abstrata e universal nem depende da subjetividade narcísica de cada um, mas do consenso encontrado a partir do grupo, do conjunto dos indivíduos”. As autoras acreditam que toda a subjetividade se transforma em intersubjetividade, e elas afirmam que

a interação entre os sujeitos precisa se fazer sem as pressões típicas do sistema econômico (força do dinheiro), ou do sistema político (exercício do poder). A ação comunicativa supõe o entendimento entre os indivíduos que procuram, pelo uso de argumentos racionais, convencer o outro (ou se deixar convencer) a respeito da validade da norma: instaura-se aí o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade, da cooperação. (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 360)

5.13 A religação ética

No fim do século XIX, várias foram as críticas feitas à razão – considerada uma maneira de abafar as emoções, os sentimentos, a instintividade e os valores da vida – por diferentes grupos (jovens, seitas religiosas, movimentos ecológicos, pacifistas, feministas, homossexuais, entre outros) que buscavam expressar suas insatisfações, gerando diversas morais, evidenciando o problema da perda e da fragmentação do humano.

Morin (2005, p. 103) afirma que o “ser humano percebe o outro como um eu simultaneamente diferente e igual a ele”. Esse fato implica reconhecer que o “outro partilha, assim, uma identidade comigo, conservando a sua diferença”, assim, quando aparece como semelhante, carrega um potencial de fraternidade; quando aparece como diferente, carrega um potencial de hostilidade.

O autor acredita que o sujeito humano “carrega um duplo programa, um egocêntrico, o outro altruísta; a rejeição do outro fora da identidade comum produz o fechamento egocêntrico e é produzida por este; a inclusão do outro em nós produz simultaneamente a abertura altruísta e é produzida por esta” (MORIN, 2005, p. 103). Ele também afirma que a civilização atual separa mais do que liga. Dessa forma, é necessário que haja religação, pois presencia-se uma aventura desconhecida. Sentimentos como amizade, amor e fraternidade são necessários nesse momento. A religação passa a ser, então, um imperativo ético primordial.

O outro não pode ser tratado como objeto nem manipulado, desprezado, degradado. É preciso reconhecer o outro como ser humano na sua integridade. Para isso, faz-se necessário instituir a ética da tolerância, da amizade, do amor.

Nesse contexto, Boff (2003) afirma que a presente crise de valores, de uma visão mais humanitária e generosa da vida, leva a uma reflexão sobre a crise de óptica que gera uma crise de ética. O autor propõe alguns aspectos para essa religação ética na pós-modernidade:

- a ética que procura (a ética da razão) não consegue mais dar conta das necessidades que irrompem em nossa sociedade. Essa ética não desenvolveu ferramentas para responder aos desafios atuais que estão relacionados ao futuro da humanidade;
- o modelo ético que vivenciamos evidencia a dificuldade em aceitar o outro, pois o outro me obriga a tomar uma atitude prática de acolhida, de indiferença, de rechaço, de destruição. O outro significa uma proposta que pede uma resposta com responsabilidade. O outro faz surgir em mim o *ethos* que ama, fundando assim um novo sentido de viver. Amar o outro é dar-lhe razão de existir. O amor é fonte dos valores;
- essa nova ética nos leva a reconhecer que, quando amamos, passamos a exigir cuidado, categoria fundamental no novo paradigma. Para o autor, o cuidado reveste-se de dupla função: prevenção de danos futuros e regeneração de danos passados;
- nesse novo paradigma, precisamos dar respostas eficazes aos problemas que nos chegam da realidade complexa atual. De acordo com Boff, isso só será possível com amor, cuidado e responsabilidade. A responsabilidade emerge “quando nos damos conta das consequências de nossos atos sobre os outros e a natureza” (BOFF, 2003, p. 51). O autor ainda cita Hans Jonas, o filósofo de *O princípio da responsabilidade*, que afirma: “aja de tal maneira que as consequências de suas ações não sejam destrutivas da natureza, da vida e da Terra”;
- para alguns pensadores, o momento atual é de barbárie. Para enfrentar esse desafio, Boff (2003, p. 53) acredita ser necessário haver uma “revolução ética, política, vale dizer, despertar um sentimento profundo de irmandade e de familiaridade que torne intolerável essa desumanização e impeça os vorazes dinossauros do consumismo de continuarem em seu vandalismo individualista”. Precisa-se de um *ethos* que se solidarize. A solidariedade encontra-se na raiz do processo de hominização;
- para que o ser possa realizar-se plenamente, ele precisa de compaixão, ou seja, de desapego, cuidado, altruísmo e amor;
- a ética deve levar à integração do eu, do nós, do(s) outro(s), da Terra, por meio da fraternidade, da união e do amor.

Atividades

1. Como era a moral e a ética na Grécia Antiga?
2. Como é a moral e a ética moderna?
3. Qual é a característica fundamental da ética marxista?

+ Ampliando seus conhecimentos

Ética profissional

(OLIVEIRA, 2012, p. 15-17)

[...] A palavra *êthos*, da qual deriva “ética”, não significa somente “uso” ou “costumes” como tradicionalmente lembram os estudos introdutórios aos compêndios de Ética. Heidegger, muito oportunamente, recorda que tem também uma outra etimologia, mais antiga, fundamental e sugestiva: “moradia”, “lugar onde se habita” [...]

Para apreender o sentido mais profundo dessa afirmação, Heidegger retoma um episódio relatado por Aristóteles: chegaram uns estrangeiros que queriam conhecer Heráclito e – para sua profunda decepção – encontram o famoso sábio prosaicamente aquecendo-se junto ao fogão. Ante o olhar de frustração dos visitantes, Heráclito dá de ombros e responde: “Mas, se também aqui estão os deuses...”.

E conclui: “como diz o próprio Heráclito: a morada (familiar) (*geheure Aufenthalt*) é para o homem, o aberto para a presentificação (*Anwesenung*) de Deus (o in-familiar)”. Em suas análises, nosso autor volta-se para a forma da justiça e mostra que a morada do homem é o ser! [...]

O ser humano não habita apenas uma casa feita de tábuas ou de tijolos. Como ser “humano”, vivendo junto com outros seres humanos, sua habitação – seu *ethos* – é feito de hábitos, de costumes e tradições, de sonhos e de trabalhos, formando um verdadeiro *habitat*, um ambiente vital onde a vida humana pode nascer, crescer e multiplicar-se.

Como toda casa necessita de alicerces, a ética necessita de estruturas e para a ética: são os princípios os seus alicerces, de maneira que os fundamentos da ética são absolutamente necessários para que ela possa se sustentar. Há também vigas-mestras para apoiar os assoalhos e as paredes. Na ética, são os padrões, os modelos que determinam os espaços do que é ético e do que fica do lado de fora da ética.

Há, evidentemente, o telhado de uma casa, ou seja, para a ética aquilo que irá protegê-la para que não fique exposta continuamente às crises, às intempéries e aos ventos de doutrinas estranhas.

Os detalhes e acabamentos também são importantes em uma casa. As repartições que organizam de modo harmonioso o lugar de dormir, o lugar de comer,

o lugar de acolher o hóspede, podem ser comparadas com as diversas orientações da ética: a intimidade das pessoas, a necessidade da economia, o desejo de relações sociais.

Enfim, como na casa, a ética ganha vida através de pequenos detalhes cotidianos. O lar é feito de um café da manhã, de uma música na sala, de um remédio à cabeceira, das fraldas do menino, do chinelo na porta.

A ética se dá através de pequenos e firmes costumes. Afinal, como na casa, quando esquecemos dos alicerces, das vigas-mestras internas e das paredes até o telhado, nada nos oferece de garantias para abrimos a janela e respirar as folhas orvalhadas ao primeiro raio do sol ou pelo costume de tomar um chá antes do repouso, ou de beijar a amada ao sair para o trabalho, pois se torna uma casa frágil.

A ética é a casa, a estrutura global, feita de alicerces, vigas, paredes e telhados. A moral abrange os costumes estabelecidos, as normas de funcionamento da vida dentro da casa, os detalhes variados e às vezes tão arraigados nos costumes. Se esquecermos deles na vida nos tornamos frágeis aos vícios e maus costumes.

[...]

Dica de estudo

Filmes:

Gladiador. Direção: Ridley Scott. EUA: Columbia Tristar Pictures, 2000, 150 min.

O Rei Artur. Direção: Antoine Fuqua. EUA: Touchstone Pictures: Buena Vista Pictures, 2004, 130 min.

Tróia. Direção: Wolfgang Petersen. EUA: Warner Bros., 2004, 163 min.

Esses filmes demonstram a evolução dos conceitos de moral e ética e os conceitos históricos em que se desenvolvem, mostrando a dinâmica da construção da moral do ser humano.

Os valores, as decisões e ações que nos tornam humanos

▮ Vídeo



A crise de valores, que atualmente expõe a sociedade e desampara o homem, está relacionada à forma como é feita a gestão dos princípios, dos valores e às regras que servem de base para a ação do homem. Esses princípios enfatizam a ação do sujeito para tornar-se humano.

A necessidade de ser competente para atuar em um mercado disputado leva as pessoas a desenvolverem estratégias competitivas, classificatórias, meritocráticas. O sujeito precisa transformar-se e adaptar-se aos mandamentos do mercado. Como consequência dessa corrida pela superação diária, constata-se o fim das virtudes, o desaparecimento dos princípios, levando à corrosão do caráter e causando o afastamento das pessoas. Para evitar que isso aconteça, é preciso procurar religar as contradições entre aceitar o mercado e sua forma de impor-se sobre as pessoas e manter os princípios humanos.

Santos (2003, p. 98) afirma que a crise de valores que paira sobre a sociedade atinge todas as áreas do saber humano. Para a autora, no século XVIII

a casa separou-se do local de trabalho, hoje a moral familiar é que se aparta da moral do trabalho. A flexibilização, como recurso das empresas, transfere-se para a flexibilidade moral. O homem terá que se adaptar, abandonando os valores outrora seguros. Ele terá que construir um “sistema aberto” e habitar a desordem, mostrando a capacidade de administrar os riscos. O termo “emprego” é substituído por projetos temporários e o remanejamento do pessoal é constante, resultando em convivência efêmera. Estas relações de trabalho afetam os indivíduos com novos requerimentos, demandando valores comportamentais, tais como: flexibilidade no ser, abertura à mudança, metas em curto prazo, superficialidade, subjetividade narcisista, “parecer” é mais importante que “ser”, capacidade de assumir riscos, espírito de competição, estar sempre à deriva; caráter não conta; não há papel fixo; não há regra definida nem autoridade; aptidão social, sorriso cativante, arte de fingir na equipe, sobrevivência a todo custo.

A autora também declara que

o homem é um ser adaptável, mas, ao mesmo tempo, um ser ansiógeno em contínua busca de mais conhecimento e de uma vivência plena. Um ser de vida comunitária, que acumula, recicla e transmite conhecimentos históricos. A necessidade da convivência tem-lhe desenvolvido o amor, sentimento este que se desdobra em solidariedade, cooperação, amizade, confiança, as quais, por sua vez, possibilitam a vida social e identidade em relação a outros seres do planeta, tornando prazerosa a existência em grupo. (SANTOS, 2003, p. 98)

Para Maturana (1999), desde o ângulo biológico, o amor – sentimento de aceitação do outro, contrário à competição, que é negação desse outro – é construtivo da vida humana e fundamento do social.

O que acontece, no entanto, “é um domínio da lógica da exclusão. Os valores tradicionais como solidariedade, cooperação, respeito mútuo, lealdade, compromisso, ajuda mútua, amizade, confiança, autonomia, independência, honestidade e integridade são colocadas em função da produtividade” (SANTOS, 2003, p. 99). O sentimento solidário, cooperativo e participativo não é algo inato, mas uma construção psicossociocultural.

Com a crise dos valores expressa claramente na ação das pessoas e com a influência do mercado, as normas de atuação do sujeito começam a passar por modificações representativas. Consequentemente, a ética também precisou modificar-se, acompanhando a crise ou a evolução do mercado. Devido a tudo isso, a ética expandiu-se e passou a ser usada na área médica, na economia, na política, na comunicação, visando a uma normatização das ações das áreas. Essa atuação passou a ser conhecida como *ética aplicada*, que compreende a bioética, a ética da informação, a ética econômica e empresarial, a ética dos negócios, a ética da ciência e da tecnologia e a ética das profissões.

A internalização de padrões morais é o conceito orientador da maioria das pesquisas sobre o desenvolvimento moral, principalmente no que se refere à internalização de

proibições e ordens socialmente sancionadas. Essa visão é um legado de Freud e Durkheim (apud HOFFMAN, 1978). Para eles, o indivíduo não passa toda a sua vida considerando as normas centrais da sociedade como pressões externas e coercitivamente impostas, às quais ele deve se submeter (HOFFMAN, 1978).

Leia a situação a seguir e reflita sobre como o sujeito deveria agir para que os princípios estudados até o momento fossem respeitados:

A mulher de Heinz estava à morte, pois tinha câncer. Somente um remédio, que o farmacêutico da cidade tinha descoberto, poderia salvá-la. Mas o farmacêutico estava cobrando uma fortuna pelo remédio, que estava dez vezes acima do seu preço de custo. Heinz, o marido da mulher enferma, pediu dinheiro a todos os amigos, mas só conseguiu juntar a metade do que solicitava o farmacêutico pelo remédio. Explicou então a este a situação. Contou-lhe que a mulher estava morrendo e pediu que vendesse o remédio pela quantia que obtivera ou que permitisse pagar o restante mais tarde. Mas o farmacêutico foi implacável, não se dispondo a vender o remédio senão pelo preço inicialmente estipulado. Heinz, desesperado, resolveu arrombar a farmácia e levar o remédio para a mulher. Heinz estaria agindo corretamente? (COLBY; KOHLBERG, 1987)

Na situação apresentada, o principal fator a ser levado em consideração é o valor da vida. É certo deixar que alguém morra por falta de recursos ou auxílio médico? O profissional que produz algo tem o direito de obter vantagem de seu conhecimento? A questão do mercado, da oferta e do direito legal devem ser mais relevantes do que a vida em risco? O desespero do marido justifica o fato de o sujeito ter invadido e roubado uma propriedade para obter o remédio? Até que ponto os fins justificam os meios?

A cooperação e a solidariedade também são princípios que precisam ser considerados nessa situação. As pessoas pedem auxílio, mas ninguém pode ajudar, pois estamos tão afastados uns dos outros, mesmo estando tão próximos fisicamente. O dinheiro passou a ser fundamental para viver, para sobreviver. Então o dinheiro passou a ter valor maior do que a vida?

Todos pensam que a vida sempre tem valor bem maior. A decisão tomada pelo marido foi justa (pois sua esposa morreria se ele não tomasse aquela atitude), mas desrespeita um outro princípio fundamental: não roubar. Como resolver esses dilemas em nossas vidas de maneira ética? As decisões tomadas nessas situações sempre exigem um equacionamento, pois envolvem uma série de outros eventos ao mesmo tempo. É preciso ter sensibilidade moral para que a decisão mais adequada seja feita.

As crianças, quando analisam essa situação, apresentam soluções que levam em consideração a moral da autoridade, isto é, a moral do dever e da obediência. No entanto, a ideia do justo e não atendido leva a uma confusão com o conteúdo da norma estabelecida e ao medo da sanção na possível decisão contrária.

A moral, dessa forma, é obra da sociedade e deve variar de acordo com as sociedades e o tempo. Os sentimentos morais são estabelecidos pela interação dos seres humanos nas mais diferentes situações e contextos. Os contatos entre os indivíduos estão baseados em normas,

princípios e valores gerados a partir do respeito. É o respeito que faz com que as normas emanadas da relação entre os seres humanos adquiram força de lei na consciência das pessoas.

Piaget (1994), em suas pesquisas, declara já haver um sentimento moral presente na sociedade, pois ele existe em cada indivíduo, permitindo assim a construção de uma sociedade por meio de interações interpessoais.

Logo, parece que a moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é totalmente homogênea como consideravam os pensadores, pois a própria sociedade não é única nem é homogênea. A sociedade ou as sociedades formam um conjunto de relações sociais. Essas relações vão desde a coação – imposição de um conjunto de regras e normas – a relações de cooperação – gerar regras e normas que sejam resultado da sensibilidade, da racionalidade, da consciência, da solidariedade, da cooperação do agir humano, para seres humanos em benefício da sociedade humana. Portanto, é possível construir-se como um sujeito ético.

Atividades

1. Quais são os elementos mais importantes para a constituição do ser humano?
2. De que forma o mercado influenciou na crise dos valores?
3. Qual é o papel da ética e da crise de valores?

Ampliando seus conhecimentos

Ética, organização e valores ético-morais em contexto organizacional

(DIAS, 2014, p. 96)

A base de qualquer organização são as pessoas cujas capacidades intelectuais lhe permitem seguir modelos de pensamento, mas também de comportamento. No entanto, estão sujeitas a influências que podem vir de diversos ambientes, tanto de dentro como de fora da organização. Por isso, as experiências que podem ser boas ou más, os sucessos e insucessos, conhecimentos que se interiorizaram, e continuam a interiorizar, determinam os comportamentos que podem ser identificados como éticos ou antiéticos.

Quanto mais complexas são as organizações, mais difícil se torna a sua organização e mais afastadas são as relações, existindo uma maior necessidade de regras

claras e objetivas (AMBLARD, 1996; ETZIONI, 1994; MOREIRA, 1999 & DÉCIO, 2002). Sente-se, cada vez mais, a necessidade baseada numa organização que seja vista como uma coletividade, havendo a preocupação não só nas alterações das relações laborais, mas também, nos valores e atitudes do conjunto dos participantes na organização. Portanto, são também a interação entre as pessoas, os grupos, interação com outras organizações e com todo o ambiente.

Neste contexto, torna-se oportuno enquadrar o conceito de organização, potenciando a sua ligação com a ética, associada aos comportamentos das pessoas, torna-se fundamental consolidar a prática da ética nas organizações.

Nesta perspetiva a ética nas organizações remete para os deveres relacionados com a responsabilidade que cada membro da organização tem no seu trabalho. Não ter uma atitude ética é ir contra os deveres profissionais, é não cumprir compromissos assumidos, por escrito ou verbalmente, perante as suas funções e estatutos nas organizações (FERREIRA & DIAS, 2005, p. 25). A organização não é uma abstração, é uma estrutura física e são as pessoas concretas, é também por isso que a ética se prende com comportamentos concretos.

Parece-nos que estas considerações, sobre a ética em relação com a organização, demonstram bem o sentido de que as organizações são muito mais do que simples recursos financeiros ou equipamentos. As organizações além de uma estrutura física e financeira são também compostas por estruturas ou sistemas humanos, o que exige a integração de pessoas diferentes, com uma vida própria. Esta observância obriga a uma integração harmoniosa de todos os seus membros com objetivos de sucesso das organizações. É nesta perspetiva que entendemos o fenómeno da interdependência entre uma organização e a ética, no seu sentido mais significativo, tanto para a dignidade das pessoas como para o sucesso da organização. Este reconhecimento justifica a análise, o enquadramento e a relação entre estes dois conceitos que são a ética e a organização.

Podemos concluir, sem alguma dificuldade, que uma organização é um sistema complexo, onde as pessoas são o centro, por isso os seus métodos e as suas dinâmicas devem ser baseadas na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, as suas prioridades devem estar sempre nas pessoas. A ética é condição necessária nas relações interpessoais, o que só é possível quando há confiança entre as pessoas que direta ou indiretamente estão relacionadas com a organização.

[...]

+ Dica de estudo

Filme: O sorriso de Monalisa. Direção: Mike Newell. EUA: Columbia Pictures, 2003, 125 min. O filme apresenta a personagem em situações dramáticas nas quais deve tomar decisões baseadas em princípios e valores, mas os valores de sua sociedade não são os mesmos do grupo no qual está convivendo no momento.

Conhecimentos necessários para a conduta pessoal e profissional

📺 Vídeo



A construção de um sujeito ético para atuação humana e profissional envolve um processo de construção gradativo: começa em um estágio no qual não se tem consciência da importância das normas para o convívio; então, passa por um processo de aprendizagem e desenvolvimento no qual os indivíduos compreendem a necessidade e a adequação das normas para a constituição de um grupo social; e finalmente o último estágio é alcançado e nele se compreende que as pessoas agem por determinadas regras, princípios e valores e refletem sobre a permanência ou a necessidade de modificá-los para manutenção e aperfeiçoamento da sociedade.

Todo o processo ocorre por meio de vivências, experiências ou práticas sociais. Não é suficiente apenas conhecer, é preciso colocar as normas e os princípios em prática para que os indivíduos compreendam e tenham as emoções e os sentimentos necessários para a constituição de um grupo social que partilhe princípios, valores e constitua regras adequadas ao modo de viver da sociedade e do próprio grupo.

Esses conhecimentos construídos durante o desenvolvimento serão utilizados para que a conduta do indivíduo seja aceita moral e eticamente. A moral dá o direcionamento do que é certo ou errado e relaciona-se aos princípios ou às máximas que o ser humano precisa seguir, levando em consideração o bem-estar, a justiça e a igualdade. Esses princípios encerram valores, elementos que dedicam maior investimento emocional e afetivo. Assim, podemos pensar que essa ordenação *valores, regras e princípios* teriam como objetivo ser a construção ao final da aprendizagem, a busca da autonomia. No entanto, quando observamos a forma como fomos educados, ou expostos às práticas sociais, a sequência parece alterar: conhecemos primeiro as *regras*, depois os *princípios* e finalmente os *valores*. Portanto, parece que a dimensão normativa é a mais importante, paramos nas regras e pensamos que o mais fundamental a ser aprendido são elas, e não a reflexão sobre a necessidade delas.

7.1 O que são regras, princípios e valores

Regra é aquilo que regula, dirige, rege ou governa, é a fórmula que indica ou prescreve o modo correto de fazer algo, é aquilo que está determinado pela razão, pela lei ou pelo costume. As regras formam um conjunto explícito e formal de prescrições e proibições que expõem os principais requisitos quanto à atitude do indivíduo que integra uma determinada sociedade. Pode, então, ser considerada um mandamento, algo que deve ser cumprido, seguido. *Os Dez Mandamentos do Antigo Testamento* são exemplos de regras.

Por princípios, as definições sugerem momento, local ou trecho em que algo tem origem, começo; causa primária; preceito, regra, lei; fonte ou causa de uma ação; proposição que se põe no início de uma dedução, que não é deduzida de nenhuma outra dentro do sistema considerado. Dessa forma, é a partir dos princípios que derivam as outras questões, como as regras.

La Taille (2006, p. 74) sustenta:

as regras morais correspondem ao “mapa” e os princípios correspondem à “bússola”. Ora, como é com bússolas que se fabricam os mapas, e não ao contrário, possui maior sofisticação moral quem sabe, além de ler mapas, empregar bússolas. [...] sem tradução por meio de regras, a moral corre o risco de permanecer demasiado abstrata e de difícil operacionalização. A regra permite dar corpo à moral, situá-la no tempo e no espaço.

O autor conclui:

Se é verdade que sem regras a moral correria o risco de permanecer um vago conjunto de boas intenções, também é verdade que, apenas com ela, ela arrisca a assemelhar-se a um regulamento preciso, mas limitado [...] Podemos dizer que a regra corresponde à formulação “ao pé da letra” e que o princípio corresponde a seu “espírito”. (LA TAILLE, 2006, p. 74)

O que são valores então? Os valores implicam uma relação afetiva, são vivenciados, experienciados e levam a assimilar sua importância, sua força durante a ação. Entretanto, os valores também podem ser refletidos, pensados, avaliados enquanto potencialidade.

Portanto, os princípios, as regras e os valores são os conhecimentos sob os quais fundamentamos nossas condutas. Eles são essenciais à formação moral e ética, sendo construídos pelo sujeito moral. Aprende-se a ser moral por meio de vivências concretas, experiências e interações.

O processo que faz com que essas vivências se tornem aprendizagem é a ação, a atividade, composta por um conjunto de ações, que estão ligadas a um conjunto de operações, que, por sua vez, estão sujeitas a condições espaço-temporais concretas. Logo, as ações devem ser mediadas, pois, entre um sujeito que atua e o mundo, coloca-se um elemento mediador que transforma o sujeito, o mundo e a relação entre ambos (PUIG, 1996).

Puig (1996, p. 46) lembra que “toda conduta humana deve ser compreendida relacionalmente, ou seja, em relação com o seu contexto, meio, situação, prática, atividade”. A consciência não é algo exclusivamente natural, mas é um resultado de complexos processos culturais.

O conhecimento cultural também é essencial à conduta pessoal e profissional. Quanto a conhecimento cultural, La Taille (2006, p. 76) entende: “aquele que incide sobre os costumes de vida, adotados por diversas comunidades em diversas épocas. Logo, o conhecimento cultural leva-nos a apreender a diversidade de modos de viver, a diversidade de valores, a diversidade das formas de pensar o sentido da vida”. O autor sustenta que o conhecimento cultural se torna um “alimento cognitivo que pode ter pelo menos dois efeitos: a descentração e a inspiração” (LA TAILLE, 2006, p. 76).

La Taille afirma ainda que a cultura na qual vivemos nos impõe hábitos de pensamento e conduta. Portanto, para obter o distanciamento necessário, é preciso conhecer novas culturas, pois isso “oferece a ocasião de pensar, com distanciamento, sobre os valores, princípios e regras próprios, de verificar se são limitados a uma forma de viver determinada ou se, pelo contrário, são reencontrados, sob formas diversas, em outras civilizações” (LA TAILLE, 2006, p. 78).

Esse distanciamento pode fazer com que o indivíduo aceite as regras e os princípios da outra cultura, fortalecendo seus próprios princípios, regras e valores ou levando-o a reformulá-los. Nesse caso, pode-se pensar em inspiração.

Esses conhecimentos – princípios, valores, regras e cultura – estão ligados à moral. As regras tomam vida nas ações, os princípios dão origem aos valores e às regras e o contato com outras formas de cultura possibilita a percepção das diferenças e semelhanças que existem entre as culturas, fortalecendo, abalando ou inspirando a caminhada do ser humano.

Esses saberes são necessários para a conduta pessoal e profissional adequada. Entretanto, não são suficientes. Segundo La Taille (2006), é preciso saber colocá-los em ação, utilizando-os, relacionando-os, aplicando-os em situações reais. Essa reflexão faz com que o saber sobre a moral e o agir de modo moral em determinadas situações e sociedades seja questionado. As formas de reagir envolvem o equacionamento e a sensibilidade moral.

Podemos observar no exemplo a seguir como se dá o equacionamento moral:

Judy, de 12 anos, queria ir ao concerto de *rock*. A mãe já tinha dado autorização, desde que Judy pagasse a entrada com o seu dinheiro. Judy trabalhou e conseguiu a soma necessária. Nesse meio-tempo, a mãe havia mudado de ideia, esperando que Judy gastasse o dinheiro ganho em roupas que necessitava. Alegando

visitar uma amiga, Judy foi ao concerto. Uma semana depois, confessa para Louise, sua irmã mais velha, que mentiu para a mãe. Louise deve silenciar ou comunicar o incidente à sua mãe? Como poderia justificar uma ou outra decisão? (COLBY; KOHLBERG, 1987, p. 281)

É possível observar, nesse exemplo, a autoridade da mãe, o dever da filha e o respeito às normas estabelecidas pela mãe. Novamente, essa é uma situação em que é preciso tomar decisões, mantendo em mente o conjunto de princípios que conduzem a vida. Esses princípios possibilitam a construção de regras e normas para o agir. A ação humana deve sempre ter base em valores humanos para representar o respeito ao outro e a expressão da humanidade.

Judy utiliza o respeito mútuo, pois já havia sido dada uma autorização. A moral do respeito mútuo, que é do bem e da autonomia, conduz a pessoa a buscar a justiça e a responsabilidade das decisões tomadas, a igualdade de direitos, a construção da justiça participativa e a reciprocidade. Para o equacionamento dessa situação, é possível fazer os seguintes questionamentos:

1. A irmã mais velha deve contar à mãe a verdadeira história? Judy confia na irmã?
2. A decisão da mãe de não permitir mais que a filha fosse ao *show* está correta? Por que uma promessa deve ser mantida?
3. A filha deve obedecer à mãe em qualquer circunstância?

O equacionamento moral, segundo La Taille (2006, p. 81), “consiste em, diante de uma situação na qual regras, princípios ou valores morais conflitantes aparecem com clareza, destacar estes elementos, ponderá-los e, para tomar a decisão, estabelecer uma hierarquia de valor entre eles”.

Quando, por exemplo, se está diante de uma situação em que o ato cometido contraria totalmente os princípios e as regras – como a tortura, humilhação, o roubo, assassinato, desvio de dinheiro público –, não há muito o que equacionar. Entretanto, há situações nas quais não é possível saber com certeza o que deve ser feito, como naquelas dilemáticas, dramáticas, em que não existe apenas uma posição possível, levando em consideração o contexto. Nesses casos, o equacionamento moral não tem a função de levar todas as pessoas ao mesmo julgamento ou resultado, pois não existem respostas certas.

A sensibilidade moral, para La Taille (2006, p. 88), “corresponde à capacidade de perceber as dimensões morais de certas ações ou situações nas quais estas não aparecem com evidência”. O equacionamento moral envolve o conhecimento das regras, dos princípios, valores e da cultura, relacionando moral e regra.

Partimos da ideia de que a regra é gerada a partir de princípios. Então, quando são enfrentadas situações morais, é preciso conhecer quais são os princípios que estão fundamentando a ação do indivíduo. Esses princípios devem seguir certos valores fundamentais na vida do indivíduo, levando-o a basear suas decisões neles e na cultura em que está inserido.

A moral se constitui com base em uma relação entre princípios, valores e regras que ocorre culturalmente. O desenvolvimento moral se dá mediante estágios, resultantes de interações intersubjetivas. Em toda interação o sujeito constitui-se partindo de seus princípios, gerando regras para que possa conduzir-se adequadamente ao contexto e às situações diárias.

Em um primeiro momento, a moral estabelece a questão do dever, isto é, as pessoas realizam seus atos seguindo os valores e os princípios da sociedade em que vivem. As regras devem ser resultado da reflexão dos princípios, precisam indicar o modo de agir de cada um saindo da constatação da necessidade feita pelos valores e pelos princípios.

Como consequência dessas relações práticas entre os princípios – valores, regras e cultura –, surge o agir pessoal e profissional. O agir torna-se um ato legítimo, pois está fundamentado em princípios. Da mesma forma que uma pessoa deve buscar o sentido para o seu agir em valores e regras, a sociedade como um todo precisa de regras e valores para que a convivência de todos possa ser saudável.

A moral também estabelece relações com as leis jurídicas, pois, quando os grupos sociais se desenvolvem muito e as regras morais não são suficientes para organizar a sociedade, surge a necessidade de elaborar leis que possam ser seguidas e cumpridas por todas as pessoas daquela sociedade. Portanto, as leis jurídicas têm como fundamento fazer com que todos possam se basear em normas que levam à justiça e à igualdade.

Para La Taille (2006, p. 85), “o equacionamento moral não implica que todas as pessoas cheguem ao mesmo julgamento. Não se trata, portanto, de encontrar a resposta certa. Dito de outra maneira, ‘o saber fazer moral’, diferentemente de outros tipos de saberes, não pressupõe que sempre haja apenas um juízo correto ao qual todo mundo deveria chegar”.

7.2 O mundo complexo

A epistemologia complexa estabelece como pontos fundamentais (MORIN, 1994):

- o pensamento complexo comporta dificuldade, o emaranhamento de ações, de interações, de retroações; todas as coisas estão ligadas;
- todos os objetos que conhecemos são sistemas dotados de organização;
- a organização é o que liga um sistema, que é um todo constituído de elementos diferentes encaixados e articulados;
- as emergências são as qualidades do todo; o todo é maior ou menor, mais do que a soma das partes, podendo, entretanto, ser menos do que as partes;
- a organização viva é auto-eco-organizadora;
- a complexidade comporta os princípios dialógico, recorrente e hologramático;
- todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução que respeita a dialógica compreender-explicar;
- o universo é resultado da dialógica ordem-desordem;
- o conhecimento complexo exige um sujeito observador conceituador, comportando a incerteza;
- o pensamento complexo é racional/empírico/técnico, simbólico/mitológico e mágico.

Para Mattos (1997), estamos experimentando os sinais transformadores de uma grande revolução paradigmática. Com base nessa proposta paradigmática em que a dialógica é a forma como as relações levam à espiral gerador-gerado, incluímos a interdisciplinaridade como um polo organizador de integrações e interações.

Essa interação significa deslocar os elementos de um sistema para outro, formando uma nova organização, na qual as partes formam um todo que contém as partes. A nova organização vai conhecer a realidade a partir do diálogo entre compreensão, explicação, problematização e interpretação (reconstrução) da realidade por meio das representações mentais.

Nessa nova concepção paradigmática, devemos pensar nas novas ações e suas consequências dentro da constituição da sociedade, tendo sempre presentes o equacionamento e a sensibilidade moral como etapas do agir pessoal e profissional.

Pense sobre as seguintes situações:

1. um pai emprega seu filho na empresa em que trabalha e acaba oferecendo benefícios a ele sem sinais de merecimento;
2. “um professor tem seu filho como aluno. Ele deve corrigir a prova de seu filho?” (LA TAILLE, 2006, p. 87);
3. um gerente comenta com clientes a situação financeira de outro cliente durante seus encontros comerciais.

Como se deve agir, pessoal e profissionalmente, em situações como as apresentadas? Essa decisão depende da capacidade de equacionamento e de sensibilidade moral de cada um.

Muitas vezes, as pessoas têm dificuldade de perceber as dimensões morais presentes nas situações encaradas. Nesse caso, é preciso recorrer à sensibilidade moral, que, para La Taille (2006, p. 87), é “a capacidade de perceber questões morais em situações nas quais elas não aparecem com toda clareza”.

Examinando os exemplos, é preciso levar em consideração os conhecimentos estudados até agora para poder decidir as ações. O primeiro caso trata de uma questão moral e ética: benefícios concedidos a um funcionário sem que haja o efetivo merecimento. No segundo caso, um professor tem a tarefa de atribuir nota à prova de seu próprio filho. O terceiro exemplo é referente ao sigilo que deveria ser mantido em uma relação profissional como a em questão.

Ricoeur (apud LA TAILLE, 2006, p. 95) afirma que “a solicitude é necessária para se desenvolver a sensibilidade moral; o distanciamento é condição para o equacionamento. E tanto o equacionamento quanto a sensibilidade são condições necessárias à ação moral”.

Notamos, assim, que o conhecimento moral é necessário pelo fato de que a vida em sociedade solicita a presença de regras e normas de conduta.

La Taille (2006, p. 27) também estabelece uma relação entre a esfera pública e privada para explicitar a relação entre moral e ética:

[...] reservar-se-ia o conceito de moral para as regras que valem para as relações privadas (os comportamentos que devem ter um bom pai ou uma boa mãe, por exemplo) e o conceito de ética para aquelas que regem o espaço público. Dá as referências aos códigos de ética de variadas profissões ou da presença de expressões como ética na política, comitês de ética para a pesquisa em seres humanos.

Os códigos de ética profissional envolvem um trabalho de elaboração intelectual, de reflexão sobre a moral, pois é necessário conhecer as regras de convivência em uma sociedade e as particularidades da atuação de um grupo profissional em uma sociedade. Observe como se dá a aplicação das normas éticas nas áreas a seguir:

- Ética na política: refere-se a um conjunto de condutas que devem ser aceitas e um grupo de condutas que não devem ser praticadas por pessoas que estão no ramo da política.
- Ética empresarial: significa um conjunto de regras e normas que devemos obedecer para podermos conviver em harmonia em uma organização.
- Ética médica: implica um conjunto de princípios, regras e normas que o profissional deve seguir para prestar um serviço digno à população.
- Ética do consumidor: refere-se a um conjunto de normas que devem ser seguidas para que o consumidor possa ter resguardado o seu direito de obter produtos que estejam dentro das normas de qualidade e distribuição.

Ainda segundo o autor:

Fala-se muito em ética – na verdade, pensa-se muito na moral, mas com medo de empregar o terrível vocábulo – porque se julga que algo vai mal nas relações sociais, que a desonestidade se banaliza, assim como se banalizam as incivildades e a violência, que a honra se esvai e que reina a desconfiança. Todo o problema consiste em saber se a multiplicação das normas resolve o problema, ou se não estamos caindo na “fetichização da regra” (CANTO-SPERBER), decorrência de uma falta de reflexão sobre os princípios de onde derivam. (LA TAILLE, 2006, p. 28)

Atividades

1. Quais os conhecimentos necessários à conduta pessoal e profissional?
2. O que são princípios, regras e valores?
3. Qual é a relação da moral e dos códigos de ética profissional?

+ Ampliando seus conhecimentos**Educação e ética em busca de uma aproximação***(JOHANN, 2009, p. 57-62)*

A durabilidade do mundo é produzida pelo trabalho. Enquanto o labor é marcado pela fugacidade das coisas que produz e que duram somente o tempo necessário para a sua produção e seu consumo, o trabalho fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui ao artifício humano (ARENDT, 2007, p. 149). O produto do trabalho são objetos duráveis, embora não de forma absoluta. Também estes envelhecem e, na medida do tempo, haverão de sofrer o desgaste, acabarão sendo substituídos e acabarão desaparecendo. Sua durabilidade é relativa tanto pelo seu uso quanto pelo seu desuso. Se não forem utilizados, acabarão sofrendo a ação do próprio tempo e, aos poucos, perdendo sua consistência, até sucumbirem e retornarem ao ciclo vital da natureza. O que diferencia o desgaste de um produto do trabalho é que a sua finalidade não é desaparecer como algo produzido pelo labor, cujo sentido é ser consumido imediatamente. Esta condição o torna independente de quem o produz e de quem o utiliza. Será um objeto em si mesmo, sempre disponível para sua utilização por quem quer que seja, conferindo assim uma certa estabilidade à vida humana. Diz Arendt (2007, p. 150), contra a subjetividade dos homens, ergue-se a objetividade do mundo feito pelos homens. É o ser humano arrumando a casa para nela se instalar. O mundo lhe oferece facilidades e dificuldades. É preciso minimizar as dificuldades e aumentar as facilidades de toda ordem. A natureza precisa ser domada para se ajustar às condições da existência humana. Assim ele cria meios para se proteger das intempéries, para vencer as distâncias, para preservar alimentos, para se vestir, para curar as doenças, etc. O mundo natural precisa da artificialidade para se tornar habitável. Isto quer dizer que os produtos do labor são de consumo e os produtos do trabalho são de uso. Todavia, existe uma certa similaridade entre o labor e o trabalho no que diz respeito aos seus produtos. Ambos serão consumidos. Uns de forma imediata e outros mais lentamente. Este último, porém, é provido de uma certa reificação, ou seja, mantém a sua durabilidade enquanto é cuidado através de constante manutenção, podendo ser usado por muito tempo.

[...] Arendt (2007) conclui o capítulo sobre o trabalho dizendo que o que é certo é que a medida não precisa ser nem a compulsiva necessidade da vida biológica e do labor, nem o instrumentalismo utilitário da fabricação e do uso (p. 187). É indiscutível a importância e o significado do mundo produtivo, resultante do trabalho laborioso que fabrica as coisas tão necessárias para uma condição humana de existência. O que se transforma numa questão ética

preocupante é quando tudo é reduzido à produção e ao consumo. O próprio ser humano passa a ser avaliado e adquire o seu sentido na medida de sua capacidade de produzir e consumir. O que importa não é mais o seu ser, mas o ter. Na busca desenfreada da consecução deste objetivo, ele sucumbe em um ativismo que o massacra e tritura até a morte. Ele trabalha tanto, no afã de obter as coisas que lhe são impostas como necessidades, que acaba descarregando sobre o próprio corpo o fardo de suprir o artificialismo de suas metas de consumo e de acumulação.

Diante desta realidade, voltamos a repetir as perguntas que se constituem no eixo de nosso problema de investigação: a educação, como um instrumento que reflete e que reproduz a realidade, precisa se aproximar da ética para que se formem seres humanos plenos e não máquinas?

[...]

Dica de estudo

Filme: O sucesso a qualquer preço. Direção: James Foley. EUA: New Line Cinema, 1992, 100 min. Nesse filme, é possível refletir sobre questões morais e éticas no ambiente profissional.

8

O juízo moral e a ética

📺 Vídeo



A internalização de padrões morais é o conceito orientador da maioria das pesquisas sobre o desenvolvimento moral, principalmente no que se refere à internalização de proibições e ordens socialmente sancionadas. Essa visão é um legado de Freud e Durkheim. Esses cientistas afirmam que o indivíduo não passa toda a sua vida considerando as normas centrais da sociedade como pressões externas e coercitivamente impostas, às quais ele deve se submeter (HOFFMAN, 1978).

Observe a situação a seguir e reflita sobre as perguntas nela inseridas:

Um navio afunda. No escaler encontram-se três sobreviventes: o capitão, um marinheiro jovem e inexperiente e um cientista velho. O equipamento e as reservas de combustível e alimentação para assegurar o salvamento efetivo dariam para somente duas pessoas. Um dos três sobreviventes teria de saltar ao mar. Qual deles? Quais seriam os argumentos a favor e contra em cada um dos casos? Quem deveria tomar a decisão? (COLBY; KOHLBERG, 1987, p. 281)

Nesse caso, que critérios devem ser considerados para a decisão? O sacrifício de uma das vidas compensaria a sobrevivência das outras? Que bases morais devem ser seguidas? Algumas pessoas podem pensar que o jovem marinheiro deve sacrificar-se, pois poderia atrapalhar a sobrevivência dos outros, caso não soubesse agir em situações de dificuldade. Outros escolheriam o cientista velho, alegando que ele já viveu o suficiente. Poucos, no entanto, optariam pelo capitão, já que sua experiência no mar e sua capacidade de orientação seriam essenciais nessa situação. No entanto, é possível afirmar que esses critérios tornam a decisão mais justa? Quem vai tomar a decisão final?, o capitão, o cientista ou o jovem inexperiente? Mais uma vez é necessária uma equação muito complexa para solucionar essas questões que envolvem sensibilidade, conhecimento e humanidade, entre tantos outros elementos.

A moral da autoridade (do dever e da obediência) leva à confusão do que é justo em relação ao conteúdo da lei estabelecida e a aceitação da sanção expiatória. A moral do respeito mútuo (do bem e da autonomia) conduz, no campo da justiça, ao desenvolvimento da igualdade, noção construída da justiça distributiva e da reciprocidade.

Durkheim afirma que toda sociedade consiste em um conjunto de crenças e sentimentos solidários que os indivíduos procuram salvaguardar. O núcleo dessas crenças é o sentimento do sagrado, origem das morais e das religiões. É criminoso tudo o que ofende os estados fortes definidos desse sentido coletivo e todo o crime é sacrilégio. Toda moral é imposta pelo grupo ao indivíduo e pelo adulto à criança. Os princípios lógicos ou morais são exteriores ao indivíduo, isto é, sua consciência individual por si só não basta para elaborar esses princípios.

Para o autor, a moral tem como base o espírito da disciplina, por ser um sistema de mandamentos. A disciplina, longe de contrariar o desenvolvimento do indivíduo, permite o desabrochar das personalidades. A moral é obra da sociedade e varia conforme as sociedades. A autonomia consiste em compreender por que a sociedade impõe leis. Toda autoridade deriva da sociedade.

A formação moral das crianças e suas reações sociais são objeto de estudo de muitos teóricos. Para eles, as crianças atribuem aos pais as qualidades normais e intelectuais que designam sua noção de perfeição: onisciência, onipresença, justiça e bondade. Essas virtudes dão origem às regularidades da natureza e das leis da moral.

Baldwin (apud PIAGET, 1994) afirma ser necessário que a psicologia e a sociologia andem juntas, pois a consciência individual e a comum são interdependentes. Não há nada na consciência individual que não resulte de uma contínua elaboração coletiva.

A consciência moral surge quando o eu não está mais em harmonia e há oposição entre as diversas tendências internas que o constituem. Toda obrigação resulta da pressão do ambiente social. O sentimento moral existe na sociedade porque está em cada indivíduo, porque já estava na sociedade.

Piaget (1994) conclui sua pesquisa relatando que a moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é homogênea, uma vez que a própria sociedade não é uniforme. A sociedade é o conjunto das relações sociais de coação (imposição de um sistema de regras) e de cooperação (fazer nascer no próprio interior dos espíritos a consciência de normas). As relações de

coação representam a maioria dos estados de fato de cada sociedade (relações entre crianças e o ambiente adulto). As relações de cooperação constituem um equilíbrio-limite.

Para Piaget, a lógica é uma moral do pensamento e a moral uma lógica da ação. Ele acredita que a consciência da obrigação, ou percepção do caráter obrigatório e sagrado da regra, não existe desde o início. Esse caráter evolui: do respeito unilateral surge o respeito mútuo e, então, a regra torna-se racional. O respeito mútuo e as regras racionais estão presentes quando as crianças começam a compreender as regras e a praticá-las segundo a intensidade de sua cooperação. Com isso, o exercício das regras pode sugerir a necessidade, pelo entendimento e a vivência, de modificá-las. A criança entende, então, que a diferença entre coação (respeito unilateral) e cooperação (respeito mútuo) está na imposição de regras e a elaboração cooperativa das regras.

Existem dois tipos de regras: de constituição (cooperação) e constituídas (resultadas do exercício). A coação é substituída pela cooperação. O próprio agrupamento social impõe as regras para a existência e manutenção do grupo social. O respeito, muitas vezes, é colocado ao grupo que pressiona o indivíduo. Assim, gera-se o conformismo, o respeito aos mais velhos, ou as regras já estabelecidas por coação, sem questionamento.

Não é a obrigatoriedade da regra que faz com que os indivíduos se respeitem. É o respeito que os faz pensar na regra como obrigatória e necessária de heteronomia. O respeito à regra é uma forma de realidade objetiva.

Piaget (1994) afirma ser possível que o julgamento moral teórico esteja simplesmente atrasado em relação ao julgamento moral prático e representa um estágio atualmente ultrapassado no plano da própria ação. Os julgamentos verbais e teóricos da criança correspondem, em linhas gerais, aos julgamentos concretos e práticos possíveis de fazer.

O pensamento não acompanha a ação, obrigando o sujeito a utilizar um esquema ainda em construção nas soluções de problemas reais. Essa construção envolve o plano afetivo (experiência moral) que se dá na ação do dia a dia, por meio das interações e dos conflitos, e o pensamento teórico, que exige o julgamento moral dos atos dos outros e enuncia, princípios fundamentais para a construção da consciência moral. A tomada de consciência é uma reconstrução devido à ação.

A moral resultante da coação se formula em regras. Já a moral de cooperação é resultado da consciência construída no conjunto das atitudes sociais. A cooperação tem ligação com a justiça.

Há estágios na construção da moral pela criança. Na primeira fase, há indiferenciação das noções de justo e injusto, dever e obediência: para ela, o justo é o que está de acordo com as ordens dos adultos. Inclusive, nesse aspecto, as sanções são admitidas como legítimas. No segundo momento, com a reflexão e o julgamento em construção, começam a surgir a autonomia e a necessidade de igualdade. As sanções não são mais aceitas de forma unilateral. No último estágio, o sentimento de igualdade começa a se estabelecer. Não se aceitam mais as punições aplicadas a todos da mesma forma. É necessário avaliar as circunstâncias e as condições em que os fatos aconteceram (PIAGET, 1994).

A ideia de justiça não se constrói somente com a autoridade imposta pelos adultos ou mais fortes. É um desenvolvimento diário entre cooperação e reflexão/ação. A personalidade se desenvolve por meio das interações, discussões e trocas entre os participantes do grupo social, não somente pela imitação e obediência.

Para Piaget (1994), o desafio da construção de um sujeito ético passa por quatro estágios: pré-moralidade; moralidade heterônoma; semiautonomia e autonomia moral.

No início do estágio da *pré-moralidade* (que vai de 0 a 5 anos, aproximadamente), constata-se que não há noção de regra ou consciência moral. No final, conclui-se que a criança começa a imitar as regras dos adultos, sem compreender a essência da regra. Ela age automaticamente, mecanicamente.

Na *moralidade heterônoma* (de 5 a 8 anos), a criança tem uma noção rudimentar das regras e concorre com seus companheiros. Não conhece as regras e seus detalhes, mas elas são percebidas como algo sagrado e imutável. Piaget também chama esse período de realismo moral. As obrigações são percebidas como imposições de fora, e não como elaboração da consciência. O bem é definido de acordo com a obediência à regra.

A *semiautonomia* (de 8 a 13 anos) é um estágio intermediário entre a heteronomia moral e a autonomia plena. Nesse estágio, a criança já demonstra um conhecimento bastante sofisticado das regras que agora são interpretadas de acordo com a situação e a relatividade. Ela manifesta uma capacidade de generalização e diferenciação entre os deveres, as regras e suas origens, mas ainda percebe as regras como algo imposto de fora, e não como elaboração consciente.

Durante a fase da *autonomia moral* (depois dos 13 anos), a criança ou o adolescente passa a revelar um interesse especial pelas regras em si, conhecendo-as nos seus mínimos detalhes. Tem prazer em apresentá-las e discuti-las, admitindo a possibilidade de sua reformulação, desde que coletivamente elaborada, consensualmente aprovada e respeitada. A cooperação e a reciprocidade passam a ser compreendidas como pré-requisitos para a realização de qualquer regra (e comportamento social).

A dinâmica descrita anteriormente pelas pesquisas de Piaget demonstra como ocorre essa construção moral e Freitag (1984, p. 182) assim coloca:

A consciência moral da criança passa, portanto, de um primeiro estágio de a ou pré-moralidade (em que não há consciência e, portanto, respeito à regra, como não há noção de justiça), por um estágio de heteronomia moral (em que a consciência moral coincide com a obediência à norma e às ordens impostas de fora, via de regra pelos adultos e pela sociedade), até atingir a autonomia moral, um estágio da moralidade em que a consciência moral torna-se independente das normas prescritas pelos outros, reconhecendo a sua necessidade, mas também a importância de uma interpretação e aplicação flexíveis, em nome de um princípio de justiça igualitária relativa.

Araújo (1999), analisando a visão de Piaget sobre o desenvolvimento moral, afirma ser a visão desse pesquisador o resultado de um processo psicogenético de construção em que o sujeito não mais se obriga a obedecer às regras da sociedade por um dever que lhe é imposto, pela coação real ou simbólica, mas respeita essas regras quando as reconhece e as aceita como boas, passando pelo processo de reflexão.

Nessa teoria, Piaget afirma haver uma tentativa de romper com a visão de uma moralidade baseada somente no princípio do dever. Entretanto, o paradigma em que se baseia continua sendo de uma concepção formalista da moralidade, ligada ao conceito de moral, a regras e normas que os sujeitos devem aceitar e seguir.

O autor lembra que Piaget tentou também trabalhar a ideia de afetividade, cognição e moralidade, mas deixou essa discussão para um segundo plano.

Essas questões, além do problema da evolução do julgamento moral da heteronomia – autonomia, isto é, a passagem da criança de uma moral de autoridade para uma moral autônoma –, levaram os pesquisadores a aprofundarem os estudos dessa dinâmica.

Atividades

1. Como ocorre a internalização dos padrões morais em nossa sociedade?
2. Quais são as ideias mais importantes de Durkheim sobre a moral?
3. Como Piaget avalia a construção da moralidade pela criança?

Ampliando seus conhecimentos

Moral e ética no mundo contemporâneo

(TAILLE, 2016, p. 33-374)

[...] A moralidade tem sido estudada pela psicologia desde o início do século XX, sendo Jean Piaget um dos grandes pioneiros dessa área de investigação, cuja obra *Le jugement moral chez l'enfant* (publicado em 1932) ainda inspira muitas pesquisas. A ideia central de Piaget é que há um desenvolvimento moral, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do afetivo. Isso quer dizer que a moralidade passa por vários níveis identificáveis, e isso da infância até a idade adulta. Logo, não se pode dizer que haveria uma fase durante a qual a criança pequena carece de moral e, em seguida, apenas uma outra durante a qual ela já pensa e sente moralmente. Não: se é verdade que há uma fase pré-moral, também é verdade que, quando construída a moral, o indivíduo ainda se modificará a respeito de sua relação com ela.

Piaget havia se contentado com três níveis, limitando-se, por motivos metodológicos, ao desenvolvimento do juízo moral, portanto, à sua dimensão racional: o nível da anomia, pré-moral, portanto; o nível da heteronomia, no qual a moral é legitimada por intermédio da referência a alguma fonte exterior de autoridade (pode ser a religião, os pais, os amigos, o grupo, a sociedade, etc.); e, finalmente,

o nível da autonomia, no qual a moral é legitimada por intermédio de raciocínios pessoais que presidem a legitimação, ou não, de determinados valores, princípios e regras. Note-se que Piaget já afirmava que, na maioria dos seres humanos, costuma prevalecer a heteronomia, que convive com algumas “ilhas” de autonomia.

No meio do século passado, um psicólogo americano, Lawrence Kohlberg, retomou a teoria e os estudos de Piaget a respeito do desenvolvimento do juízo moral (Piaget passou o resto da vida dedicado ao que ele chamou de *epistemologia genética*), elegendo a virtude “justiça” como objeto privilegiado da moral, e identificando três níveis (pré-convencional, convencional e pós-convencional, cada qual subdividido em dois subníveis) entre a fase de radical heteronomia e aquela de franca (e rara) autonomia, na qual são legitimados, nas próprias palavras de Kohlberg (1981, p. 19), “princípios universais de justiça, de reciprocidade, de igualdade de direitos humanos e de respeito pela dignidade dos seres humanos enquanto indivíduos”.

As pesquisas realizadas por Kohlberg e equipe foram replicadas nos quatro cantos do mundo, e os dados coletados tendem a atestar a sua validade e universalidade. Porém, é claro, nem todos concordam com o eminente psicólogo americano – como sempre acontece nas ciências humanas –, notadamente os chamados culturalistas, que acreditam que a moral varia de forma e conteúdo dependendo da cultura na qual estão imersos os sujeitos. Não vou entrar aqui nessa discussão: limito-me a informar que ela existe (de minha parte, aceito a abordagem kohlberguiana).

Uma pergunta pode aqui ser formulada: aceita a descrição dos estágios acima apresentada, nos dias de hoje, verifica-se alguma mudança em relação aos dados coletados há mais de 50 anos? Houve uma regressão? Uma evolução?

[...]

Dica de estudo

Filme: Quem somos nós. Direção: Betsy Chasse, Mark Vicente, William Arntz. EUA: PlayArte, 2005, 108 min. Esse filme apresenta a construção neuropsicossocial do *self* e suas interações dentro da sociedade.

A evolução do juízo moral e agir adulto

📺 Vídeo



Biaggio (2002), escrevendo sobre o pensamento de Kohlberg, faz uma retomada da evolução dos estudos sobre a moral e ressalta que a psicologia apresenta várias teorias desde Freud. A maioria desses estudos trata a questão da moral como sentimento de culpa, oriundo da ansiedade em relação à possível perda do amor dos pais, ou o medo da punição pelos desejos não aceitos.

Bandura, Sears e Grinder (apud BIAGGIO, 2002), na mesma linha avaliada por Biaggio, sustentam que a consciência, ou moralidade, pode ser comparada ao fenômeno da resistência à extinção. Eles explicam que a criança ou o sujeito é punido inúmeras vezes pelo comportamento não aceito que ele acaba desaparecendo. A moral, para esses teóricos, é algo que vem de fora para dentro, que vai se internalizando e tornando-se próprio da pessoa.

Com o construtivismo, surgem ideias de uma construção da moral pelo indivíduo, o sujeito humano torna-se agente do seu processo moral. Nessa corrente, o julgamento moral faz com que o indivíduo saia da heteronomia e busque a autonomia.

Partindo do paradigma cognitivo, evolutivo e construtivista de Piaget, o psicólogo norte-americano Lawrence Kohlberg (1963) realizou pesquisas sobre juízo moral e desenvolvimento moral e confirmou que todas as pessoas, em todas as culturas, passam pelos estágios descritos por Jean Piaget. Para Kohlberg, o desenvolvimento cognitivo dá-se com a equilibrção dos estágios, mas a estruturação necessária para esse desenvolvimento é a noção de justiça. O autor chega a defender um paralelismo entre o desenvolvimento cognitivo e o moral. Com o resultado de suas pesquisas (BIAGGIO, 2002; ARAÚJO, 1999), postulou a existência de uma sequência hierárquica universal composta por seis estágios de desenvolvimento do juízo moral, reunidos de dois em dois, em três níveis, apresentados a seguir.

9.1 Nível pré-convencional

Neste nível é feita a orientação para a punição e a obediência. O bem se define em função da obediência literal às regras e às ordens concretas, pressupondo pressão e castigos.

- Estágio 1: moralidade heterônoma

Nesse estágio, o bem é definido como obediência às regras e à autoridade. O castigo ou os danos físicos às pessoas são evitados, a perspectiva social é egocêntrica e muitas vezes é confundida com a autoridade. A moralidade é definida em termos de suas consequências físicas para o agente: se a ação é punida, está moralmente errada; se não é, está moralmente correta. Para Kohlberg (apud BIAGGIO, 2002, p. 24), “A ordem sociomoral é definida em termos de *status* de poder e de posses em vez de o ser em termos de igualdade e reciprocidade”.

- Estágio 2: o estágio hedonista instrumental de trocas

O bem é a satisfação de necessidades e a manutenção de uma rígida igualdade de trocas concretas. A ação moralmente correta é definida em termos do prazer ou da satisfação das necessidades das pessoas (hedonismo). A igualdade e a reciprocidade emergem como olho por olho, dente por dente. Os sujeitos podem dizer que um marido deve roubar para salvar a vida da mulher porque ele precisa dela para cozinhar, ou porque ele poderia vir a precisar que ela salvasse sua vida. É um estágio nitidamente egoísta, em que a moral é relativa e o ato moral é visto como instrumento para satisfação do prazer pessoal. Se perguntarem para uma criança nessa fase se é correto roubar um doce, ela comumente responderá desta forma: “Está certo se o doce estiver gostoso; se for ruim, não”.

9.2 Nível convencional

O bem é definido em função da conformidade e manutenção das regras, dos papéis e das expectativas da sociedade ou de alguns grupos como a religião ou a dominação política.

- Estágio 3: o estágio de conformidade às expectativas e relações interpessoais

Um bom desempenho do papel social é o que define o bem nesse estágio. O comportamento moralmente certo é o que leva à aprovação dos outros. Trata-se da moralidade e do conformismo a estereótipos do tipo: “é dever de todo bom marido salvar a vida da mulher”. Há uma compreensão da regra: “faça aos outros aquilo que você gostaria que fizessem a você”, mas há dificuldade em colocar-se no lugar do outro. A visão é egocêntrica.

- Estágio 4: orientação para a lei e a ordem, o estágio do sistema social e da consciência

O bem é definido como o cumprimento do dever social em função da ordem e do bem-estar da sociedade. Nesse estágio, distingue-se claramente o ponto de vista social do acordo interpessoal e adota-se a perspectiva do sistema que define papéis e regras, julgando as relações interpessoais. Há, nessa fase, grande respeito pela autoridade, pelas regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever. A justiça está relacionada com a ordem social estabelecida, não é uma questão de escolha pessoal moral. O estágio 4 é o mais frequente entre os adultos. Nesse estágio, mesmo quando respondem que o marido agiria certo roubando o remédio para salvar a vida da mulher doente, as pessoas enfatizam o caráter de exceção dessa medida e a importância de se respeitar a lei, para que a sociedade não se torne um caos.

9.3 Nível pós-convencional

O bem se define em função dos direitos humanos universais, que são valores ou princípios que a sociedade e o indivíduo devem manter.

- Estágio 5: o estágio do contrato social, da utilidade e dos direitos do indivíduo

O bem, nesse estágio, é definido a partir dos direitos básicos, valores ou contratos legais de uma sociedade, é a perspectiva de um indivíduo racional que conhece valores e direitos prévios à sociedade. O ponto de vista moral e o legal são reconhecidos, mas integrados com dificuldade. Esse é o primeiro estágio que constitui o nível pós-convencional. As leis não são mais consideradas válidas pelo mero fato de serem leis. O indivíduo admite que as leis ou os costumes morais podem ser injustos e devem ser mudados.

- Estágio 6: o estágio dos princípios éticos universais

O bem se define em função de princípios éticos universais que toda a humanidade deveria manter. Além disso, o bem é a perspectiva do ponto de vista moral, no qual devem basear-se todos os acordos sociais, e é a perspectiva de um indivíduo racional, que reconhece a essência da moralidade: o respeito pela pessoa como um fim em si mesma, não como um meio. O pensamento atinge o seu mais alto nível. O indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem ser modificadas pelos canais democráticos legais, o indivíduo ainda assim resistirá a elas. É a moralidade da desobediência civil, dos mártires e revolucionários pacifistas e de todos aqueles que permanecem fiéis a seus princípios, em vez de se conformarem com o poder estabelecido e com a autoridade.

Podemos perceber que no nível pré-convencional (estágios 1 e 2) não há ainda uma internalização dos princípios morais, pois o indivíduo pertence a uma fase pré-moral. O nível convencional é aquele em que o processo de internalização inicia com os princípios morais. No nível pós-convencional, encontramos pela primeira vez o questionamento das leis estabelecidas e o reconhecimento de que elas podem ser injustas, devendo ser alteradas. Para Araújo (1999), o que define a sequência do desenvolvimento é o princípio da justiça.

Estudos têm demonstrado que não se atinge o estágio 6. Críticas ao modelo de Kohlberg revelam que não há garantias de que a pessoa que tenha alcançado um juízo moral mais autônomo vai se comportar de acordo com tais princípios.

Araújo (1999) questiona o fato de o juízo moral ser anterior à ação moral, orientando e direcionando a ação, sendo, portanto, uma condição necessária para a ação. Os aspectos sociais e afetivos inerentes aos conflitos interpessoais que solicitam juízos morais também foram criticados, pois priorizam o princípio de justiça e uma leitura cognitiva das respostas dos sujeitos. Essas críticas defendem que a justiça não é a única fonte de moralidade, já que o cuidado, a preocupação e a responsabilidade também compõem esse princípio.

Em suas pesquisas, Gilligan (apud BIAGGIO, 2002) observou respostas diferentes entre homens e mulheres e defendeu a existência de uma ética do cuidado (*care*), que funciona paralelamente à ética da justiça. Partindo das críticas recebidas, Kohlberg reformula sua teoria em coautoria com Levine e Hewer, nos seguintes pontos:

- ampliação do estudo psicológico do domínio moral; os estágios como integrações hierárquicas;
- a postulação de um sétimo estágio; o estudo da atmosfera sociomoral;
- as relações entre julgamento moral e ação moral.

Essas reformulações passaram a incluir a concepção de benevolência, aproximando-se dos pontos levantados pela ideia de cuidado de Gilligan.

Para Hoffman (apud CARMICHAEL, 1970, p. 151), parece claro que nenhuma teoria tem o monopólio de explicações da verdade. O desenvolvimento moral é um fenômeno complexo e multifacetado, para o qual parecem contribuir muitos processos diferentes. Várias outras correntes procuram compreender ainda hoje a complexidade do fenômeno moral.

Atividades

1. De acordo com o capítulo, como ocorre a internalização dos princípios morais de acordo com as teorias psicológicas?
2. Qual é o pensamento de Kohlberg sobre a construção moral?
3. Qual a relação entre Piaget e Kohlberg?

+ Ampliando seus conhecimentos**Valores humanos, ideologia ética e julgamento moral de dilemas éticos em negociação***(SOBRAL, 2008, p. 5-6)*

[...] A relação entre a ideologia ética, ou filosofia moral individual, e o julgamento moral tem sido objeto de pesquisa desde o início do século passado. Em 1898, Sharp, um psicólogo interessado no estudo do julgamento moral, descreve a falta de consenso entre os sujeitos sobre o que é moral e o que não é. Sharp (1898) relata que, apesar da aparente semelhança entre as pessoas, estas diferiam no seu julgamento sobre a moralidade de determinados comportamentos e ações morais. Sharp conclui então que as pessoas, ao fazerem a avaliação da moralidade de um fato, baseiam a sua decisão no seu sistema ético individual, pelo que as divergências relativas à moralidade podem ser explicadas devido à adoção de diferentes sistemas éticos individuais. Enquanto que o julgamento moral continua um fenômeno complexo e de difícil explicação para os psicólogos, alguns avanços têm sido feitos ao considerar esses sistemas éticos individuais como um fator explicativo no processo de tomada de decisão moral.

Forsyth (1980, 1992) interpreta as diferenças individuais na ideologia ética como função de duas dimensões: o relativismo e o idealismo. A primeira dimensão, o relativismo, diz respeito à forma como as pessoas interpretam a importância de regras morais universais na definição da conduta certa ou errada. Os indivíduos mais relativistas adotam uma filosofia moral céptica, rejeitando a existência de princípios morais universais, defendendo que as regras morais dependem do contexto temporal, espacial e cultural (TRETISE et al., 1994). Para os relativistas, a moralidade de uma ação depende da natureza da situação e das pessoas envolvidas. No outro extremo, os mais universalistas, argumentam que a moralidade obriga a uma conduta consistente com princípios, normas e leis morais universais (FORSYTH, 1980; SCHLENKER & FORSYTH, 1977). A segunda dimensão, o idealismo, revela a preocupação com o bem-estar dos outros. Os mais idealistas acreditam que as melhores consequências são sempre possíveis como resultado da “ação certa”, procurando sempre evitar prejudicar terceiros quando fazem julgamentos morais (TANSEY et al., 1994). Para estes, os fins nunca justificam os meios, pelo que a conduta moralmente correta é sempre consequência de ideais humanitários. Por outro lado, os menos idealistas, ou seja, os mais pragmáticos, acreditam que por vezes é necessário comprometer alguns ideais e princípios para fazer alcançar um bem maior. Para estes, são as consequências e os resultados de uma ação que determina a sua moralidade (FORSYTH, 1980; SCHLENKER & FORSYTH, 1977).

Estas duas dimensões, o relativismo e o idealismo, estabelecem um paralelismo entre a filosofia e psicologia. Hunt e Vitell (1986) propõem que a teleologia e a deontologia são as duas filosofias morais que influenciam os julgamentos individuais sobre a moralidade de uma determinada situação. Aqueles que defendem uma posição teleológica acreditam que a avaliação da moralidade de uma ação pode e deve ser baseada nas suas consequências. Por outro lado, aqueles que adotam uma perspectiva deontológica rejeitam a consideração das consequências de uma ação para julgar a sua pretensa moralidade, defendendo princípios ou regras morais universais para os quais existem poucas, ou nenhuma, exceções (BARNETT et al., 1994; HUNT & VITELL, 1986). O modelo de Forsyth propõe a interpretação destas duas perspectivas filosóficas em termos psicológicos, associando o idealismo à teleologia, e o relativismo à deontologia.

Diversas pesquisas empíricas têm procurado relacionar as diferenças no julgamento moral de diversas práticas empresariais e a ideologia ética. Num dos primeiros estudos que procurou estabelecer esta relação, Barnett et al. (1994) reporta que o idealismo dos gestores está fortemente relacionado com os seus julgamentos éticos em 21 das 26 vinhetas usadas na pesquisa, enquanto que o relativismo não apresentou relações com nenhuma das vinhetas utilizadas. Outras pesquisas empíricas têm procurado relacionar a ideologia ética com julgamentos éticos no contexto das relações de trabalho (BARNETT et al., 1996), da ética de consumo (STEENHAUT & VAN KENHOVE, 2006), da responsabilidade social (SINGHAPAKDI et al., 1995) e da negociação (BANAS & PARKS, 2002). Todas estas pesquisas permitem concluir que o efeito destes construtos nos julgamentos éticos é significativamente mais forte no caso do idealismo do que no caso do relativismo (BASS et al., 1999). Ainda assim, algumas pesquisas relatam uma correlação negativa entre o relativismo e o julgamento moral (SIVADAS et al., 2003).

[...]

Dica de estudo

Filme: Uma mente brilhante. Direção: Ron Howard. EUA: DreamWorks, 2001, 130 min. O filme apresenta as condições em que as pessoas parecem ter dificuldades de se adaptar às normas de grupos sociais e da sociedade e de que forma passam a conviver com as crises morais e éticas.

10

O fundamento social na moral e na ética

📺 Vídeo



Dentro da concepção da moralidade pró-social, Eisenberg (1986) define o altruísmo e o comportamento pró-social como um comportamento voluntário que intenciona o benefício de outros e não é motivado pela expectativa de recompensas externas, o interesse é o simples bem-estar dos outros. O comportamento pró-social estabelece uma ação educacional em que os sujeitos são solicitados a experimentar e conhecer situações reais que envolvem solidariedade com as pessoas ou grupos.

Para Araújo (1999), a partir de 1970 começaram a surgir ideias referentes ao que passou a se chamar *relativismo moral*. Surge, então, a ética das virtudes que está focada no indivíduo virtuoso e naqueles traços internos, disposições e motivos que o qualificam como um ser virtuoso.

Comte-Sponville (1995) descreve a virtude como uma força que age, ou que pode agir, humanamente. Esse autor lembra Montaigne, que afirma ser a virtude nossos valores morais encarnados, mas vividos em atos. O autor elenca como virtudes, em seu *Pequeno tratado das grandes virtudes*, a polidez, a fidelidade, a prudência, a temperança, a coragem, a justiça, a generosidade, a compaixão, a misericórdia, a gratidão, a humildade, a simplicidade, a tolerância, a pureza, a doçura, a boa-fé, o humor e o amor.

A ética das virtudes, portanto, busca a perspectiva de que a moralidade humana tem como base alcançar a virtuosidade da felicidade por meio de ações que objetivam o bem para os outros e do próprio sujeito (ARAÚJO, 1999).

Araújo (baseado em Campbell e Christopher) afirma que o desenvolvimento moral deve levar em consideração valores, objetivos, emoções, personalidades e hábitos de ação dos sujeitos e não os restringir a questões cognitivas. O autor busca uma abertura no domínio moral e, segundo ele, não é possível avançar sem compreender a relação entre o juízo e a ação moral.

Araújo (1999), Biaggio (2002), Hume (2001), Piaget (1994), Colby e Kohlberg (1987) e Freitag (1984) levantam a questão da dissociação entre o que os seres humanos pensam, o julgamento que fazem das situações dilemáticas cotidianas que defrontam e seu comportamento quando têm de intervir diretamente nessas situações. Sobre isso, Araújo lembra os seguintes ditados populares: “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço” e “na prática a teoria é outra”. Para o autor, não há cisão radical entre ação e juízo moral, pois está se referindo a um mesmo sujeito que raciocina e age sobre o mundo. Ele sugere que a saída para a questão seria a integração dos modelos teóricos que rompem com as dicotomias: mente *versus* corpo, razão *versus* emoção e juízo *versus* ação. As emoções e os sentimentos parecem exercer papel importante na investigação da moralidade.

Hume, em seu *Tratado da natureza humana*, revela que os homens são frequentemente governados por seus deveres, abstando-se de determinadas ações porque as julgam injustas, sendo impelidos a outras porque julgam tratar-se de uma obrigação.

A moral tem uma influência sobre as ações e os afetos, portanto não pode derivar da razão. A moral desperta paixões e produz ou impede ações. A razão por si só é inteiramente impotente quanto a esse aspecto. As regras da moral, portanto, não são conclusões de nossa razão. As distinções morais, então, não são frutos da razão. A razão é totalmente inativa e nunca poderia ser a fonte de um princípio ativo como a consciência ou o senso moral (HUME, 2001, p. 498).

Piaget (1994) relata que em todo comportamento do sujeito está presente um aspecto cognitivo e um afetivo (energia) e acredita que esses aspectos são indissociáveis. Entretanto, o afetivo não gera novas estruturas cognitivas.

Brown (apud ARAÚJO, 1999, p. 58) declara que a afetividade é uma forma de conhecimento específica que se organiza em estruturas e esquemas, compondo um sistema afetivo que exerce um papel decisivo no processo de equilíbrio.

Augusto Blasi (apud ARAÚJO, 1999) desenvolveu um modelo pessoal de comportamento moral no qual há maior probabilidade de a compreensão moral dar lugar à ação moral.

Para o autor, isso é possível se ela for traduzida como um juízo de responsabilidade pessoal. A responsabilidade moral é resultante da integração da moralidade na identidade (*self*) do próprio sujeito. Da identidade moral deriva a necessidade psicológica de agir de maneira coerente com os ideais do próprio sujeito. Blasi acredita que os valores estão integrados em sistemas motivacionais e emocionais que fornecem a base para a construção da identidade.

Araújo (1999, p. 63) afirma que é pela interação entre estruturas cognitivas e afetivas na construção da identidade e do sistema de valores de cada um que se pode compreender como o juízo e a ação podem integrar-se na personalidade do sujeito que age conforme sua consciência moral.

Há pelo menos três modelos básicos que estão em discussão no que concerne à moralidade: teorias morais formalistas, teorias morais altruístas e teorias morais de virtudes/de construção/de desenvolvimento da personalidade moral. Os limites das teorias mais rígidas do campo moral, aquelas que defendem a fonte única para a moralidade, são: justiça, regras e cuidado. A moralidade não deve ser prescritiva, rígida e universal, valendo para qualquer pessoa ou cultura, em qualquer situação.

Maturana (1998, p. 73) afirma que a “ética não tem um fundamento racional, mas sim emocional”. O autor sustenta que a argumentação racional não funciona na ética e é exatamente por isso que é preciso criar sistemas legais que definam as relações entre sistemas humanos diferentes fundados na configuração de um pensar social capaz de abarcar todos os seres humanos.

Para Maturana (1998, p. 75), as relações humanas acontecem sempre a partir de uma base emocional que define o âmbito da convivência. Essas relações de convivência estão fundadas no respeito que reconhece a legitimidade do outro em um projeto comum, na realização da qual a pobreza e o abuso são erros que podem e devem ser corrigidos.

Para Gilligan (1982), as relações sociais e a preocupação com o outro levam à “ética da atenção”, em que nossas ações são motivadas pelo desejo de cuidar e acompanhar os outros e estabelecer interações. A autora sustenta que essa relação é muito comum entre as mulheres, mas não exclusiva.

O fundamento social tem profundos efeitos sobre os indivíduos e suas interações, transformando coisas sociais em culturais, habilidades e representações humanas em aprendizagem cultural e social. Esse processo de sociogênese é o responsável pelas construções morais e éticas dos grupos em uma sociedade. Essas instituições e convenções são criadas e mantidas pelas formas de interagir e pensar entre os grupos humanos.

Atividades

1. O que é moralidade pró-social?
2. Qual é o papel das atividades sociais para a construção da moral?
3. O que podemos entender por ética da virtude?

+ Ampliando seus conhecimentos**Política e ética: a formação política das normas morais**

(DIAS, 2017, p. 61-63)

[...] Estamos acostumados a conviver na sociedade com normas, portarias, leis diversas e com a Constituição. Percebemos assim que normas legais possuem um caráter formal, são positivadas em leis, códigos, na jurisprudência etc. Normas legais são comandos que, em regra, dizem o que os homens podem ou não fazer, e seu descumprimento traz consigo como consequências punições, normalmente pré-estabelecidas. Em nossa sociedade, a criação de normas legais se dá por intermédio do chamado legislador, aquele representante investido de autoridade para legislar. Em outros tempos e locais, os legisladores agiram por imposição, como exemplo dos imperadores, chefes de tribos, ditadores etc.

As normas morais, por outro lado, estão presentes de diversas formas ao longo da história das sociedades, como veremos mais adiante. São transmitidas por meio da comunicação, seja falada, escrita e até mesmo gestual. Com um simples sorriso pode-se dizer ao outro que determinada conduta é moralmente correta ou, pelo contrário, um simples olhar pode dizer ao outro sobre a reprovação de determinada conduta.

Outro ponto é saber qual (ou quais) moral deve ser cumprida ou escolhida. Sobre essa escolha da qual estamos falando, Durkheim destacou uma característica que ele chama de desejabilidade. Para o filósofo, além da obrigação, uma das primeiras características da norma moral, é preciso levar em consideração o conteúdo de um ato. Ou seja, a obrigação ou dever exprime um dos traços da moral, sendo certo que o desejo é o outro traço importante. Assim, Durkheim entende que “para que possamos tornar seu agente, é preciso que ele interesse em alguma medida a nossa sensibilidade, que ele nos pareça sob algum aspecto desejável. É a esse desejável *sui generis* que damos usualmente o nome de bem.”

Para prosseguir, dependemos do conceito de vida boa. Esse conceito é de difícil formação, dado a complexidade de fatores que permeiam a temática, tais como os históricos, culturais, religiosos, o grau de desenvolvimento tecnológico, dentre outros. Para Charles Taylor, “a vida boa é o que cada indivíduo busca, à sua própria maneira, e o governo precisaria de imparcialidade, bem como no que diz respeito a todos cidadãos, caso tomasse partido nessa questão”.

[...] Finalmente, podemos nos perguntar como identificar se uma regra de conduta é realmente uma norma moral? Para responder essa pergunta, aproveitaremos do raciocínio de Durkheim. Em sua investigação, o filósofo e sociólogo sugere a observação das consequências quando uma norma é descumprida. No momento da violação da norma é produzida uma consequência penosa. Sendo assim, quando um indivíduo viola, por exemplo, uma norma de higiene que ordena a preservação do contato com suspeito, a consequência pode ser a doença. Neste caso, “o ato consumado origina a partir dele mesmo a consequência que dele resulta e, ao analisar o ato, podemos por antecipação saber a consequência que aí está analiticamente implicada”. A esse tipo de regras, Durkheim dá o nome de normas técnicas. Por outro lado, quando o indivíduo viola uma ordem de não matar, este será sancionado pelo fato do ato não estar em conformidade com a regra que o regula, e não devido ao ato ser este ou aquele. Sendo assim, normas morais são aquelas que possuem um caráter obrigatório, pois existe uma regra anteriormente estabelecida e seu descumprimento acarreta uma sanção.

[...]

Dica de estudo

Filme: O silêncio dos inocentes. Direção: Jonathan Demme. EUA: Orion Pictures Corporation, 1991, 144 min. O filme apresenta as dificuldades de pessoas interagirem em uma sociedade em que a competitividade e o individualismo são fortes.

11

Aprendizado da moral e da ética

📺 Vídeo



A ética deve articular mundo, razão, emoção, religião e espiritualidade. Ela só existe quando dois indivíduos estão frente a frente. A ética é do amor, pois o amor é a fonte dos valores. A ética do cuidar é terapêutica e libertadora. Assim, passa a existir ética da responsabilidade, da solidariedade, da compaixão, da integração.

Os humanos se caracterizam por terem de aprender seu comportamento socialmente, pois não nascem com um programa preestabelecido. O comportamento humano não está baseado somente em estímulos, reações e recompensas. Para ser membro de uma sociedade, o indivíduo tem de aprender as regras que lá vigoram, tem de conectar as regras sociais com seus próprios desejos, já que não são feitos de “arame rígido”. As regras, nesse sentido, são regras de ação. Isso quer dizer que as normas exigem ações. O indivíduo tem a possibilidade de não atuar como as normas exigem, pois ele precisa ter razões para respeitar as normas.

Moraes (2003, p. 56) analisa sobre o fluxo e a aprendizagem da vida e afirma que

a interatividade e a interdependência dos processos vitais traduzem a ideia de que os sistemas abertos trocam, constantemente, matéria, energia e informação com o meio ambiente, mantendo, assim, um fluxo dinâmico infindável entre o organismo e o meio onde estão inseridos [...] Os processos vitais são, por exemplo, sentir, pensar, criar, andar, escrever etc.

Esse fluxo (PRIGOGINE; STENGERS, 1991) permite que o organismo vivo, como estrutura dissipativa, mantenha sua organização em equilíbrio, mediante processos de auto-organização e mudanças recorrentes. Seria possível criar ambientes de aprendizagem que nos permitisse desfrutar desse fluxo ou espaços nos quais se possa vivenciar e experimentar a dinâmica criativa?

Puig (1998) acredita ser necessária a construção de uma educação moral, isto é, formar uma realidade humana complexa, a que ele denomina *personalidade moral*, que implica trabalhar ao mesmo tempo a formação da consciência moral autônoma no exercício da reflexão e ação, constituindo, assim, a identidade moral individual.

Dessa forma, a educação moral não se torna um meio de adaptação social de aquisição de bons hábitos, mas uma ação construtora e consciente. A educação moral, para Puig, é uma atitude que se efetiva com a ajuda de companheiros para construir estruturas de personalidade que permitirão integrar-se de uma maneira crítica ao seu meio sociocultural, definindo, assim, formas de vida, maneira de ser construída pela cooperação e coparticipação. Essa aprendizagem ocorre por meio de experiências, interações com os seus semelhantes em situações diversas e inusitadas, e seus contextos, que possuem conteúdos diferentes, envolvem ações com objetivos determinados – às vezes, conflituosos. A capacidade de o indivíduo modificar o comportamento em presença de outros e nas interações constitui sua personalidade moral.

A construção da personalidade dá-se mediante experiências morais, isto é, situações e contextos que apresentam atos valorativos. Puig (1998) considera meios de experiência moral a família, a escola, o trabalho. A participação do indivíduo nesses meios sociais definirá os problemas morais e éticos que serão enfrentados no decorrer de sua vida. Só se atinge a autonomia moral quando se é submetido a conflitos que a realidade apresenta. Só se inicia uma mudança quando se interrompe a adaptação ao meio social anterior.

Para tanto, as experiências morais envolvem conhecimentos (autoconhecimento e conhecimento dos outros), pensamentos, sentimentos, atuação e ação criativa. A capacidade de transcender e experimentar funções diferentes leva o indivíduo a avaliar valores e, por meio da compreensão crítica partilhada, constituir a consciência, a reflexão e a formação de juízos. Deve haver uma busca constante pelo diálogo que possibilita chegar à educação moral por meio da sensibilidade (PUIG, 1998).

A consciência vivida, experienciada, começa a se transformar em procedimentos da consciência moral, que é resultado do novo comportamento moral. A ação moral surge como uma emergência da reflexão e, portanto, da ética.

Para Vygotsky (1991), o domínio dos procedimentos morais no âmbito da consciência pressupõe uma aprendizagem coletiva, que logo se transfere para cada um dos sujeitos

participantes. O resultado dessa ação consciente, autônoma, moral e de reflexão pessoal, cultural e partilhada se dá mediante atividades cognitivas, comportamentais e emocionais que os indivíduos realizam.

Em Puig (1998), a consciência moral dos procedimentos envolve: conceitualizar ou conhecer os processos cognitivos, comportamentais e emocionais; regular ou dirigir intencionalmente seus impulsos e desejos; dar valor e sentido à sua atividade.

Csikszentmihalyi (apud MORAES, 2003, p. 58) vem desenvolvendo uma pesquisa com o que ele chama de *estado de experiência ótima*, momento em que o indivíduo sente uma profunda sensação de prazer e bem-estar, de concentração ativa e de absorção daquilo que faz, ou seja, é uma espécie de harmonia entre as necessidades internas e os acontecimentos externos, entre o eu devo e o eu quero, uma harmonia entre corpo, mente e espírito. Csikszentmihalyi (apud MORAES, 2003) afirma que o estado de experiência ótima não é um momento de relaxamento, pois envolve esforços grandiosos. Para esse autor, é um momento em que estamos por inteiro naquilo que estamos fazendo e nos sentimos em estado de fluxo. Moraes diz ser um momento de escuta do *sentipensar*, expressão que procura captar o fenômeno de reflexão sobre as sensações antes de qualquer reação mecânica ou sem vínculo com a situação vivenciada pelo ser humano.

Com base nessa situação de vivência e experiência, Puig (1998) pensa na possibilidade de construir ambientes e situações educacionais nos quais seja possível resgatar e cultivar os valores, as vivências éticas, os processos reflexivos, emocionais e criativos.

Csikszentmihalyi (1999) afirma que é a consciência que nos conduz ao controle da qualidade das experiências e vivências ótimas. Essa consciência não envolve somente cognição, mas também emoções. O autor também revela que a vivência desses processos melhora a qualidade de vida, que não depende dos outros, mas somente de si mesmo.

Moraes, baseando-se na obra de Csikszentmihalyi (1999), relata as condições necessárias para a mudança de experiências:

- a atividade deve ser desafiante e requerer o desenvolvimento de habilidades físicas e mentais;
- as experiências devem envolver a integração entre ação e consciência;
- as atividades devem envolver metas claras;
- as atividades devem prover retroalimentação imediata;
- as atividades devem envolver um elevado grau de concentração;
- as atividades devem exigir controle do processo;
- os participantes devem se sentir totalmente absorvidos pela realização das atividades;
- o envolvimento e a profundidade da concentração fazem as pessoas transformarem suas concepções.

Hannah Arendt (apud BÁRCENA; MÉLICH, 2000) explica que a essência da educação é a natalidade, a capacidade da ação criadora – criadora de uma novidade radical. A ação em estreita relação com o discurso (com o poder da palavra e da linguagem) é a forma pela

qual o ser humano é inserido no mundo. Essa inserção é um segundo nascimento, cujo impulso é a capacidade de iniciar, de pôr algo em movimento. A capacidade da ação não existe em isolamento, ela necessita da presença do outro – ou outros –, que é visto, percebido. Essa presença é fundamental para atuar. Para que a ação seja criadora de uma novidade que impulse um novo começo duradouro e comunicável a outros, a ação deve ser objeto de aprendizagem.

A autora afirma que a educação, como uma nova possibilidade de começo, constitui-se radicalmente como uma ação ética, que não se reduz ao comportamento, ao gesto repetido. Como ação ética, a educação é libertadora porque evoca a criação de um mundo novo de possibilidades, de um novo começo de natalidade.

Para Maturana (1998), é no processo de transformação na convivência que o ser humano se conserva, ou não, em sua humanidade. Logo, a educação é o processo de transformação na convivência na qual o ser aprendente se conserva em sua humanidade no viver com o outro. O autor diz que é importante priorizar a formação do ser a partir do fazer. Quando essa orientação não é seguida, o outro é negado, destruindo a aceitação de si mesmo.

Maturana (1999) sugere que não devemos ensinar valores, mas vivenciá-los, cultivá-los em nossa ação. Para esse autor, na base do modo de vida do homem está o amor, compreendido como emoção que permite aceitar o outro como um legítimo outro na convivência. O amor só se constitui a partir da aceitação do outro, do respeito, da tolerância e da confiança.

Segundo Maturana (1998), os seres humanos existem no cruzamento das conversações que ocorrem a partir do entrelaçamento da linguagem com as emoções que surgem no próprio linguajar e que o viver/conviver emerge no fluir do *com-viver*, no co-emocionar, no co-operar dos membros de uma determinada comunidade.

Sobre isso, Puig (1998) compreende que a dinâmica da construção do sujeito ético depende das experiências morais vividas em contextos educativos formais (escola, clube), informais (vida profissional, família) e virtuais (experiências de pensamento), em que a participação, a cooperação e a reflexão constante gerem a percepção de que valores geram valores. O respeito à pluralidade torna os indivíduos autoconscientes dos valores e das emergências de novos fazeres morais.

Para Morin (2005, p. 19), a origem da ética está “numa fonte interior ao indivíduo que sente no espírito como a injunção de um dever”. Há também, para o mesmo autor, uma fonte externa: a cultura. Morin (2005) também considera a origem transmitida geneticamente. Para esse pensador, indivíduo, sociedade e espécie formam um todo inseparável, carrega a herança genética, o *imprinting* (estampagem cultural) e a norma de uma cultura. O ser caracteriza-se por ser biológico, individual e social. Nessa relação ocorre a construção do ser sujeito que busca se constituir no mundo, na sociedade, nos grupos sociais.

Dessa forma, Morin (2005, p. 21) conclui que “todo olhar sobre a ética deve perceber que o ato moral é um ato individual de religação; religação com o outro, religação com uma comunidade, religação com uma sociedade e, no limite, religação com a espécie humana”.

Na ética, podemos observar uma atividade individual e, ao mesmo tempo, social, com normas e regras que impõem aos indivíduos determinados comportamentos solidários, altruístas.

A moral também é natural ao homem, pois está inserida na relação indivíduo-sociedade. Assim, o indivíduo está inserido em um mundo egocêntrico, com seus interesses e desejos egoístas que estimulam a competição, a rivalidade, a luta pela destruição do obstáculo: o outro. E, por outro lado, precisa controlar esse fato mediante a comunidade e a sociedade, estabelecendo normas e regras para evitar sua própria destruição. Logo, o senso de comunidade é fundamental para estabelecer a solidariedade e a responsabilidade pela manutenção da espécie, do indivíduo e da sociedade. Isso comporta soluções éticas. As sociedades modernas “produziram deslocamentos e rupturas éticas na relação trinitária indivíduo/sociedade/espécie” (MORIN, 2005, p. 24).

Com a saída do imperativo religioso, o mundo individual, egocêntrico, ganha espaço. Os novos tempos enfatizam um comércio, uma política, economia e ciência autônomos e uma separação entre o valor e a sociedade. Desaparecem os valores comunitários: solidariedade, verdade, bondade, equidade. O desenvolvimento técnico e científico levou a uma racionalidade instrumental, utilitária.

Battista (apud MORIN, 2005, p. 25) revela que: “toda conexão profunda entre o indivíduo e a coletividade, com o objetivo de aperfeiçoamento moral, individual ou coletivo, está definitivamente rompida”. Para Tugendhat, “a consciência moral fracassa diante da realidade fragmentada do capitalismo, da burocracia e dos Estados” (apud MORIN, 2005, p. 25). Com o desenvolvimento do individualismo, amplia-se o egocentrismo, ofuscando as ações altruístas, solidárias e de respeito à alteridade. Esse fenômeno estimula o prazer em detrimento do dever, a busca da felicidade pessoal a qualquer preço e coloca em crise os fundamentos da ética.

Para Morin (2005, p. 27), “a crise dos fundamentos da ética situa-se numa crise geral dos fundamentos da certeza: crise dos fundamentos do conhecimento filosófico, crise dos fundamentos do conhecimento científico”. O autor também afirma que esses campos do saber precisam ter um mínimo de ética profissional, mas só excepcionalmente carregam uma perspectiva moral.

Atividades

1. Como podemos articular emoção e razão na construção moral?
2. Qual é o papel das experiências na construção moral?
3. Como podemos educar para a ética?

+ Ampliando seus conhecimentos**Ética: a aprendizagem da arte de viver**

(HERMANN, 2008, p. 18-19)

Para uma arte de viver, que envolve a autocriação de si numa transformação do mundo interior de desejos e crenças, merece atenção o papel que as emoções ocupam na construção da moralidade. Para tanto, deve-se esclarecer que emoções – como o medo, a ira, a aflição e o amor – não são “ondas cegas de afeto” que nos impulsionam e nos projetam para fora de nós mesmos, sem “intervenção de raciocínio e de crenças”, mas são, em realidade, “elementos inteligentes e perceptivos da personalidade que estão muito estreitamente vinculados às crenças e se modificam quando estas se modificam” (NUSSBAUM, 2003, p. 63).

As emoções têm uma dimensão cognitiva, vinculada a certas crenças éticas. Aquilo que nos provoca medo, por exemplo, está ligado com o que acreditamos que possa causar dano em nossas vidas. Assim, as emoções não correspondem às visões estereotipadas de que seriam irracionais, não aprendidas, reações corporais; antes disso, seriam “‘irracionais’ no sentido de que as crenças em que se apoiam podem ser falsas ou injustificadas ou ambas as coisas. Não são irracionais no sentido de não ter nada a ver com o argumento e o raciocínio” (idem, *ibid.*).

A concepção aristotélica das emoções tem um sentido para o bem viver, que se opõe radicalmente à concepção helenística de extirpação das paixões. Nussbaum faz um detalhado levantamento das emoções, conforme é apresentado na *Retórica*, para mostrar que elas contribuem para a vida virtuosa. Emoções, como o medo, contêm “uma intensa consciência intencional de seu objeto, apoiada em crenças e juízos” e a angústia e o sofrimento que provocam “não são independentes do juízo, mas resultam dele” (idem, *ibid.*, p. 120-121). A crença é, assim, constitutiva da emoção, de tal modo que, se mudam as crenças e o juízo, pode-se esperar que mude o sentimento.

A emoção atua para que ocorra a “percepção” e se efetive o reconhecimento da verdade. Por isso, a pessoa que age de forma moralmente correta não é impávida, insensível, mas tem que ajustar suas emoções apropriadamente. Na tradição aristotélica, prossegue Nussbaum, as emoções

(...) não são sempre corretas, da mesma maneira que tampouco o são sempre as crenças ou as ações. [As emoções] serão educadas e harmonizadas com uma visão correta da boa vida humana. Mas, uma vez

educadas, não são essenciais simplesmente como forças impulsoras da ação virtuosa: são também (...) exercícios de reconhecimento da verdade e do valor. (Idem, *ibid.*, p. 130)

Este aspecto tem relevância para a relação entre princípios morais universais e a atenção aos casos particulares, pois sem o papel das emoções e da sensibilidade poderíamos não nos afetar pelos casos concretos de desrespeito ao ser humano, caso tivéssemos apenas o conhecimento racional do princípio que ordena tal respeito.

As emoções se articulam com aquilo que Aristóteles chamou de *phronesis* ou sabedoria prática, a deliberação prudente. O saber moral deve compreender aquilo que é exigido em cada situação concreta, à luz dos princípios gerais, e nesse reconhecimento atua a *aisthesis*, a percepção sensível e as emoções exercem aqui papel decisivo. A pessoa que se utiliza da *phronesis* enfrentará cada situação concreta “de maneira emocionalmente apropriada” (idem, *ibid.*, p. 32). Assim, a recordação das emoções (aquilo que amamos, o que nos provoca medo etc.) atua na deliberação e refina nossas emoções, ao mesmo tempo que refina e educa nossa razão prática para as novas situações que enfrentaremos.

[...]

Dica de estudo

Filme: O óleo de Lorenzo. Direção: George Miller. EUA: Universal Pictures, 1992, 135 min. O filme retrata questões morais e dificuldades de agir de acordo com a ética em uma sociedade na qual regras e normas são pensadas como burocracia.

A universalidade da ética e os conflitos morais

📺 Vídeo



No decurso da evolução, a seleção natural trabalhou sobre a variabilidade aleatória do genoma, estabilizando disposições que talvez retomem as nossas opções normativas (CHANGEAUX; RICOEUR, 1998). A seleção natural, segundo os autores, tornou-se sinônimo de uma competição cega e brutal: o homem é um lobo para o homem e a vida na natureza é um combate de gladiadores.

A moral revelada por Deus no Sinai foi dada aos homens, como disse Calvino, para domar a sua natureza intrinsecamente má. Caso digamos essas fases, teremos dificuldade em compreender como uma moral da benevolência e da amizade, ou mesmo do amor, pode derivar tanto da seleção natural como de uma evolução “neutra”, em que prevalece o acaso (CHANGEAUX; RICOEUR, 1998, p. 186-187).

Darwin (2000) encontrava o sentido da moral nas origens do animal sob certas condições: por exemplo, pela simpatia; a memória: “se o animal conserva no cérebro a imagem de todas as ações passadas”, e “os motivos que o levam a agir como agiu” e se “experimenta um sentimento de pena quando se apercebe de que o instinto social deu lugar a qualquer outro instinto”. A faculdade de linguagem é igualmente uma condição de existência do sentido moral: por fim, também são necessários hábitos, pois a simpatia e o instinto social fortificam-se consideravelmente com o hábito.

Para Darwin (apud CHANGEAUX; RICOEUR, 1998, p. 189),

o desenvolvimento das normas morais produziu-se a partir dos “instintos do homem num estado muito grosseiro”. À medida que o autodomínio, os sentimentos de afeto e de simpatia se tornam mais lúcidos, à medida que o poder do raciocínio se torna mais lúcido e permite apreciar de forma mais saudável a justiça, o julgamento dos seus semelhantes, o homem sente-se levado a adotar certas regras de conduta, independentemente do prazer ou da pena que sente no momento. Rejeitando as filosofias morais que assentam no egoísmo, como as de Hobbes ou Spencer, bem como as baseadas no princípio da felicidade suprema (Mill), Darwin propõe uma teoria segundo a qual o homem está sujeito a uma “força impulsiva absolutamente independente da procura do prazer ou da felicidade, que parece ser o instinto social de que está profundamente impregnado”. Em vez de procurar a “felicidade geral”, o homem tem em vista o bem geral, ou a prosperidade da comunidade a que pertence.

Changeaux e Ricoeur (1998, p. 189) continuam:

À medida que o homem entra em civilização e que as pequenas tribos se reúnem em comunidades mais numerosas [...] a simples razão indica a qualquer um que ele deve alargar os seus instintos sociais e a sua simpatia a todos os membros da mesma nação, embora não os conheça pessoalmente. À medida que se foi tornando capaz de compreender todas as consequências das suas ações, e de exprimi-las pela faculdade da linguagem, o homem desenvolveu as suas simpatias a ponto de estendê-las aos homens de todas as raças, aos enfermos, aos idiotas, aos outros membros inúteis da sociedade, enfim, aos próprios animais; o nível da moralidade desenvolveu-se cada vez mais. O que, naturalmente, o conduziu à regra: “Faz aos homens o que gostarias que fizessem a ti”.

Os trabalhos de Wilson e Sober, citados por Changeaux e Ricoeur (1998), apresentam um mecanismo alternativo, ou pelo menos complementar, da seleção que incide sobre o indivíduo, reintroduzindo uma seleção de grupo, que favorece à cooperação no seio do grupo social mais elevado nível de organização. A ideia foi seguida por Bohm, que mostrou que é possível desenvolver comportamentos altruístas, benéficos para o grupo, a despeito do fato de diminuir a aptidão relativa dos indivíduos altruístas no grupo.

A evolução, para Changeaux e Ricoeur (1998, p. 189), oferece um homem que possui não só o sentido moral, mas todas as predisposições da avaliação moral necessária para que possa tomar suas decisões de ética. Essas predisposições envolvem a capacidade de

representação, a função de atribuição respeitante ao outro e a si mesmo, ou para empregar os seus termos ao outro como a si mesmo, ou ainda a função de avaliação.

Para Changeaux e Ricoeur (1998), um dos problemas novos da ética contemporânea em relação à ética antiga é colocar em sinergia as predisposições favoráveis e as normas. Existe também a necessidade de introduzir o normativo e de colocá-lo em sinergia com a ordem do desejo. As normas orientam as condutas humanas e facilitam de algum modo a vida do grupo social e servem de utensílios de conduta de uso rápido.

Os autores falam também sobre a sobrevivência, a luta contra o sofrimento e a procura do prazer. Para Epicuro, atingir a felicidade pelo prazer é o bem principal e inato, o princípio e o fim da vida humana. Mas nem todo prazer deve ser procurado. Epicuro estabelece uma hierarquia dos desejos: os naturais e os necessários. “O prazer caracteriza-se pela ausência de sofrimento do corpo e de perturbações da alma” (CHANGEAUX; RICOEUR, 1998).

O projeto último da vida moral com o qual, segundo Kant, confunde-se a religião, consiste em liberar o que pode ser chamado de *fundo de bondade*, que se encontra obscurecido, encoberto, renegado pelo que Kant chama de *propensão ou tendência para o mal*. A bondade tem de ser libertada, ela é mantida cativa por uma decisão livre.

Changeaux e Ricoeur (1998) afirmam que a espécie humana é igualmente uma espécie social, e mencionam entre as predisposições para o elo social atribuição, inibição de violência, empatia, simpatia – o que, no plano evolutivo, singulariza a espécie humana e muito precisamente a disposição para a cooperação.

Kropotkin (apud CHANGEAUX; RICOEUR, 1998) afirma que, quanto mais os indivíduos se unem, mais se apoiam mutuamente e maiores são, para a espécie, as hipóteses de sobrevivência e de progresso no desenvolvimento intelectual. Para ele, os animais, mesmo as feras, nunca matam uns aos outros. As práticas instintivas de simpatia mútua servem de ponto de partida de todos os sentimentos superiores de justiça, de equidade e de igualdade, de abnegação e conduzem ao progresso moral. Esse sentimento de obrigação moral de que o homem tem consciência não é de origem divina, mas encontra-se na natureza, com a imitação do que o homem primitivo observa nela.

Todavia, o conhecimento do sofrimento do outro, dos seus desejos, mesmo havendo simpatia, não provoca sistematicamente uma ação com o fim de avaliá-lo. A crueldade intencional é, de fato, possível. A violência pode instalar-se, desestabilizando progressivamente o grupo social e colocando em perigo a sobrevivência dos indivíduos e o seu equilíbrio afetivo.

De um modo geral, Atlan (apud CHANGEAUX; RICOEUR, 1998) afirma que a procura imediata do prazer ou a eliminação rápida do sofrimento pode gerar violência, e importa adiá-las em benefício de um bem comum. A elaboração das normas de vida coletiva torna-se, então, indispensável.

Changeaux e Ricoeur (1998, p. 233) sustentam que “é preciso completar aquilo que chamo, como Aristóteles, o desejo de *viver bem* com o desejo de viver com os outros e, apresso-me a acrescentar em instituições justas”. No nível da humanidade, Changeaux e Ricoeur (1998, p. 234) afirmam que

assistimos a uma espécie de universalização da comunicação, a despeito de diferenças culturais capitais, diferenças culturais cujos sistemas simbólicos que mencionamos e que, como reconhece, são transmitidos de forma epigenética, mas fiel, de geração em geração num grupo social definido.

Changeaux e Ricoeur (1998) escrevem o que chamam de *minha pequena ética* em três capítulos: um nível aristotélico, do querer viver, da vida boa; um nível kantiano, o das normas de alcance universal, e, por fim, o da sabedoria prática, no qual a deliberação e a decisão têm de responder a situações inéditas.

Concluindo a reflexão sobre a ética universal, Changeaux e Ricoeur (1998, p. 308) assim revelam:

Os conflitos que o nosso planeta sofre não têm com certeza uma causa única: rivalidades econômicas, relações de forças entre poderes políticos, sujeição a mercados cada vez mais mundializados. Mas estes choques entre culturas, a impenetrabilidade e a aparente incompatibilidade das doutrinas morais, filosóficas e religiosas parecem pôr constantemente em causa a própria existência e a perpetuação de uma sociedade justa e estável, constituída por cidadãos livres e iguais. A não ser que! A não ser que, em vez de se confrontarem fisicamente, os parceiros em presença aceitem ter em conta o ensino de todas as sabedorias humanas a fim de construir um projeto comum – projeto de paz, projeto de civilização universal, livre, justa, e sobre a ordem da alegria.

Tendo em vista as reflexões feitas até aqui, é possível pensar em éticas, no plural, pois também pensamos em sociedades. É necessário articular, então, as pessoas ao mesmo tempo iguais e diferentes. Os seres humanos podem ser individualistas, cooperativos e solidários ao mesmo tempo.

Para atingir a autonomia e a sociedade igualitária, é preciso, como diz Demo (2005, p. 60), “superar o capitalismo, não o capital”. Toda a sociedade, segundo o mesmo autor, possui capital (recursos físicos, intelectuais, culturais, terra, produtos), porém o problema é o capitalismo, a lógica abstrata da mercadoria, a mais-valia, que alienam o trabalho humano, tornando o trabalhador valor de troca.

Assim como os seres humanos são incompletos, estão sempre em processo de vir a ser, de tornar-se, as culturas também são incompletas. Essa incompletude está relacionada com a ideia de se impor para satisfazer sua pretensão como sujeito e, ao mesmo tempo, conviver, para satisfazer a vida possível (DEMO, 2005). O autor coloca, então, que é preciso aceitar que a ética é plural.

Atividades

1. O que é universalidade da ética?
2. Qual é a relação entre seleção natural e conflito na ética?
3. O que é um comportamento altruísta? Você observa esse comportamento em seu meio?

+ Ampliando seus conhecimentos

As faces da ética: entre a determinação e a escolha

(PEREIRA, 2010, p. 227-228)

Nossa condição humana, racional e emocional, até onde a conhecemos, nos permite a escolha entre um modo de pensar que instrumentaliza todo aquele que é outro, e uma outra perspectiva, dentre muitas que ainda podem surgir, a qual possibilita o respeito ao outro, por reconhecer neste certa igualdade formal em dignidade, ou mesmo por haver certo reconhecimento em um nível mais profundo, que ultrapassa as barreiras da igualdade formal em dignidade, e atinge o nível da afinidade material, ou mesmo pessoal.

Tal pressuposição, de que todos os seres humanos possuem em si um valor intrínseco, representado pela dignidade, nada foge de nossa tradicional maneira metafísica, e mesmo ontológica, de conceber a realidade, o que indica, de certa forma, uma essência. Tal herança provém, por certo, da antiguidade, e mais propriamente da teoria das formas inaugurada por Platão. É difícil, considerando o estágio de desenvolvimento científico no qual nos vemos hoje, manter esta ideia no sentido de buscar, através dela, uma fundamentação de sistemas éticos a serem seguidos, e isto porque, principalmente o darwinismo nos mostrou não existirem espécies imutáveis e estanques, com essências perpétuas, mas um evolucionismo das mesmas, nas quais nos incluímos enquanto seres humanos. Como então justificar uma ética com base na ideia de dignidade humana? Isto sem adentrarmos na discussão que envolve os demais seres, pois o presente artigo limita-se a investigar uma posição ética recíproca entre seres humanos, o que não significa que não consideremos de extrema relevância a deliberação acerca da elaboração de uma ética de seres humanos dirigida aos demais entes de nossa natureza, apenas não adentraremos neste mérito no presente artigo por questões didáticas, postergando tal discussão para momento oportuno.

Deste modo, nossa proposta é de tentar justificar um sistema ético, com pretensões de universalidade, com base no que podemos chamar de “utilitarismo autointeressado”, conceito que iremos desenvolver no decorrer do texto.

Importante frisar que, ao mencionarmos sobre um conceito de igualdade formal entre os seres humanos em dignidade, não estamos de todo o modo recorrendo à teoria das formas estanques de Platão, mas de certa maneira flexibilizando-a, no sentido de que, mesmo ao admitirmos que não possuímos uma

essência imutável, é possível atribuímos um valor a nós mesmos, enquanto viventes em nosso momento de transição enquanto espécie, isto é, não é porque não possuímos uma essência perpétua que não possa haver um valor intrínseco em nossa atual fase evolutiva, neste sentido nos aproximando também do que poderíamos chamar do devir do universo de Heráclito. Se assumirmos pois, a ideia de uma ontologia “fraca”, no sentido de que não contemple o atributo da imutabilidade, podemos extrair daí a ideia de um ritmo ontológico, ainda nos ditames do modelo de Heráclito, no qual alguns momentos de repouso corresponderiam à essência das espécies, enquanto que os movimentos corresponderiam à mutabilidade dos entes. Deste modo, haveria, além de um equilíbrio rítmico entre movimento e repouso, um equilíbrio rítmico entre ordem e caos, sem ferir o princípio aristotélico da não contradição, o qual reza, grosso modo, que não há como algo ser e não, ao mesmo tempo, e sob o mesmo aspecto. Tal inferência decorre de nossa própria capacidade de autorreflexibilidade, ou seja, de nos percebermos a nós mesmos, bem como de sermos capazes de nos atribuir um “valor”, decorrente de nosso reconhecimento como seres humanos. Entendemos assim não haver falta de ética quando postulamos nossas ações embasados em nossos próprios interesses, restando ser tarefa da ética estabelecer os limites, e os fundamentos de tais limites, a este interesse.

[...]

Dica de estudo

Filmes:

Patch Adams. Direção: Tom Shadyac. EUA: Universal Pictures, 1998, 114 min.

Sociedade dos poetas mortos. Direção: Peter Weir. EUA: Touchstone Pictures, 1989, 129 min.

Os dois filmes apresentam a construção do sujeito biográfico, ou seja, sua história, seu eu.

13

Práticas sociais, morais, éticas e o cidadão

▣ Vídeo



13.1 Contextos de educação e formação moral e ética

A construção da personalidade moral do indivíduo depende das vivências e experiências morais em contextos educativos formais, informais, profissionais e familiares. A atuação profissional e suas circunstâncias se apresentam como momentos importantes de experiências morais que contribuem para a construção do cidadão. Essas situações não formais de aprendizagem são consideradas por Puig (1996, p. 241) um *practicum* moral, ou seja, “um tipo de experiência educativa que pretende contribuir conscientemente para a construção da personalidade moral”. Puig (1996, p. 241-242) afirma que:

Em um *practicum* moral realiza-se algum tipo de atividade social (profissional, familiar, de lazer), mas ao mesmo tempo com intenção e preocupação educativas. Trata-se, pois, de um meio excelente para iniciar-se na forma habitual de enfrentar os problemas morais que tem o grupo social ao qual se pertence e, além disso, é um meio para transmitir de modo muito contextualizado os guias culturais de valor e para treinar cada sujeito no uso dos procedimentos da consciência moral.

13.2 O conceito de *prática*

Giddens (apud PUIG, 2004) enfatiza as formas ou conduta social, atividades sociais cotidianas dos seres humanos em momentos distintos da realidade social.

A sociedade, logo, é o resultado de inúmeras ações e interações entre os sujeitos, as práticas sociais – ou seja, o conjunto de procedimentos, métodos ou técnicas que apropriadamente realizam os agentes sociais. Para Giddens (1995), as práticas sociais consideram-se situadas na raiz da constituição tanto do sujeito como do objeto social. Para o mesmo autor, todos nós participamos na construção e na reconstrução da estrutura social no itinerário de nossas atividades cotidianas.

Bourdieu (apud PUIG, 2004) utiliza, para se referir às práticas sociais – as relações entre as estruturas e os agentes –, os conceitos de *campo* e de *habitus*. Puig (2004, p. 25), interpretando o pensamento de Bourdieu, coloca que a sociedade:

Não é uma totalidade indiferenciada, mas uma entidade composta por um conjunto de campos relativamente autônomos. A escola, as universidades, a economia formam campos distintos e sobrepostos – campos que prescrevem valores que lhes são próprios: que têm princípios reguladores; que possuem um tipo de capital que, em seu interior, dá poder, que definem um conjunto de relações entre agentes, instituições.

Para o autor, os campos representam a face objetiva das estruturas da sociedade e o *habitus* representa a face interna ou corporal das estruturas sociais: as estruturas incorporadas com programas de compreensão e comportamento do agente. O autor cita Bourdieu ao explicar sobre o fato de o mundo social estar no corpo.

O *habitus*, segundo Bourdieu (1992, p. 24-25), “é o princípio gerador das estratégias que permitem aos agentes defrontarem-se com situações sociais muito diversas”. Além disso, o *habitus* é um conjunto de disposições preparadas para a ação, que concorda com as estruturas sociais e permite falar do sentido prático.

Para MacIntyre (apud PUIG, 2004), a reconstrução moral necessita da recuperação do conceito de *telos* (finalidade), possibilitando, assim, a construção de uma vida moral em circunstâncias sociais, históricas e culturais. Os papéis sociais que as pessoas desempenham estão vinculados à finalidade de realizar a natureza humana do ser humano. MacIntyre (apud PUIG, 2004, p. 33) afirma que:

[...] Entendemos por “prática” qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, estabelecida socialmente, mediante a qual se realizam os bens inerentes à mesma, enquanto se tenta realizar os modelos de excelência que são apropriados a essa forma de atividade e que a definem parcialmente, resultando que a capacidade humana de conseguir a excelência e os conceitos humanos dos fins e bens que ela comporta se propagam sistematicamente.

13.3 Prática moral

Puig (2004, p. 56) revela que as práticas admitem uma dupla abordagem teórica:

[...] a primeira, que tem a ver com suas manifestações diretamente observáveis e com o saber que requer sua utilização por parte dos sujeitos mais ou menos socializados; a segunda, que se refere a qualquer uma das elaborações conceituais que uma prática permite, e que buscam alcançar um nível de conhecimento não acessível de modo espontâneo ou quase espontâneo, não acessível nem mesmo para os membros com melhor nível de socialização na cultura na qual surgiram as práticas estudadas.

Para ele, a prática é

um curso de acontecimentos humanos, mais ou menos estabelecidos de antemão, do qual participam várias pessoas, em regime de coimplicação. Com a expressão “curso de acontecimentos” queremos sugerir um duplo significado: primeiro, como rota ou caminho já traçado de passos que entrelaçam as ações dos diferentes participantes: uma senda trilhada de antemão que nos convida a percorrê-la novamente; segundo, como um sulco que não apenas estabelece a direção, mas também encaminha as ações para que não saiam facilmente do roteiro previsto: uma via que impede os descarrilamentos. Uma prática é um caminho que traça uma direção e um sulco que nos predispõe a segui-la de forma constante. (PUIG, 2004, p. 58)

Percebemos,, dessa forma, que as práticas possuem uma organização e uma rotinização. Elas criam um cenário para a inovação e a criatividade no seio da vida social. As práticas como contextos formais ou informais exercem uma ação educativa sobre seus participantes. Uma prática moral é um curso de acontecimentos culturalmente estabelecido que permite enfrentar situações significativas, complexas ou conflitantes do ponto de vista moral (PUIG, 2004).

Para Puig (2004, p. 63),

os problemas pessoais ou sociais que enfrentamos ao longo de nossa biografia podem ser de dois tipos: problemas recorrentes e problemas novos [...] diante dos problemas recorrentes, o normal é que cada tradição cultural tenha concebido determinadas práticas que estabelecem modos eficazes de resolvê-los. Já com relação aos problemas novos, concebemos e ritualizamos um método para resolver do melhor modo possível as situações de novidade.

As práticas são meio e sujeito criando-se um ao outro (PUIG, 2004, p. 66). O meio cultural influencia o sujeito, à medida que é atualizado pela ação do próprio sujeito, e o sujeito dá vida ao meio cultural e o transforma, conforme se deixa orientar e adota seus padrões culturais. Assim, as práticas são as ações humanas e a cultura da comunidade, ou a ação dentro de uma comunidade culturalmente construída. As práticas existem na ação humana.

Ser ação humana implica em dizer que ela existe partindo de um sujeito, sua personalidade, sua estrutura, sua constituição, um sujeito sistêmico. A ação humana busca fins estabelecidos, utiliza instrumentos, estratégias, comunicações. Ela é, assim, mediada por instrumentos socioculturais, conceitos, linguagens, princípios morais.

O caráter cultural e histórico das práticas implica que elas podem ser modificadas, alteradas de acordo com a reflexão e o seu tempo histórico. Isso acontece porque elas são ações tecidas junto com seus participantes, isto é, são coletivas. As práticas seguem objetivos, expressam valores e exigem o domínio de virtudes e, dessa maneira, formam a personalidade moral.

No decorrer de uma prática, aprende-se como se comportar de acordo com os valores da comunidade e a dar sentido ao valor. Esse ato auxilia a compreender, a dar sentido, a ser capaz de generalizar, a evocar, imaginar, desejar, avaliar e dar valor moral à realidade. A prática faz com que o indivíduo se sinta parte da comunidade.

Em resumo, as práticas morais levam o ser humano ao desenvolvimento de valores, virtudes, conceitos de valor, sentido de coletividade, identidade pessoal e ética.

13.3.1 Tipos de práticas morais

As práticas, segundo Puig (2004), podem ser divididas em procedimentais e substantivas. As práticas procedimentais podem ser:

- de reflexividade – são aquelas que proporcionam meios para o autoconhecimento, a autoavaliação e a autoconstrução pessoal;
- de deliberação – são aquelas situações que convidam ao diálogo, à compreensão e ao intercâmbio construtivo de razões.

As substantivas podem ser:

- de virtude – englobam os acontecimentos que cristalizam valores em uma forma social estabelecida, ou seja, os modos de conduzir-se, os rituais e as rotinas que entrelaçam comportamentos que uma determinada tradição cultural considera desejável;
- normativas – têm relação com as ações levadas a efeito com o objetivo de transmitir normas, regimentos e funcionamentos.

13.3.1.1 Práticas de reflexividade

A prática de reflexividade busca a consciência de si mesmo, colocar-se diante de si mesmo, tomar a si mesmo como interlocutor, buscar o autoconceito, elaborar uma descrição de si, mostrar-se diante dos demais membros da comunidade, buscar uma identidade, construir uma personalidade. Essa prática pode ter várias formas: autoavaliação, entrevistas pessoais, análise de ações.

As práticas de reflexividade fazem com que os indivíduos olhem para dentro de si mesmos, pensando em suas ações e nos resultados de seu modo de agir.

O objetivo dessa prática é tomar consciência da posição pessoal e do respeito ao coletivo. Os valores na prática da reflexividade são relacionados com autenticidade, autorrealização, coerência e busca da excelência.

13.3.1.2 Práticas de deliberação

Essas práticas refletem na teoria ética os problemas relativos à melhor forma de viver com justiça e responsabilidade. Elas envolvem julgar, compreender a realidade, dialogar e deliberar.

Puig (2004) sustenta que essas práticas se relacionam com a vontade de enfrentar questões morais racionalmente, com imparcialidade do juízo, por meio do diálogo e da compreensão. A forma dessas práticas envolvem sempre a resolução de conflitos pela discussão, avaliação, assembleia, reuniões, atividades coletivas em que a participação deve ocorrer.

O objetivo dessas práticas é compreender melhor os problemas. Para tanto, necessitamos desenvolver as capacidades de escutar, de reconhecer os argumentos alheios, de compará-los com os seus, de elaborar mensagens claras, construtivas e valorizar o diálogo.

A deliberação enfatiza os valores de autorrenúncia aos próprios interesses e convicções, reconhecimentos dos pontos de vista dos demais participantes da prática, busca da verdade e de acordo e compreensão mútua para a deliberação.

13.3.1.3 Práticas de virtude

Essas práticas favorecem a reflexão sobre as virtudes. A virtude se refere à força ou às qualidades de um ser ou de uma coisa. Ela é uma capacidade que permite a cada um atuar de acordo com a sua função no momento adequado, conforme a sua finalidade.

As práticas de virtude exigem uma tarefa cooperativa realizada entre diversos indivíduos, ou seja, coletivamente. Elas envolvem fazer e falar.

13.3.1.4 Práticas normativas

As normas podem ser seguidas sem reflexão prévia ou podem ser construções coletivas conscientes. A reflexão moral nos fala de normas no sentido normativo, prescritivo. A ética acaba se colocando no papel de formuladora e aplicadora de normas. O sentido de norma pode ser avaliado levando em consideração o imperativo, o apreciativo e o descritivo. O imperativo nos coloca o que deve ser feito ou evitado, em nível prescritivo. No apreciativo, as normas definem o que se considera correto ou incorreto, bom ou mau, são prescrições valorativas. No nível descritivo, elas refletem as regularidades dos comportamentos de um grupo social.

Puig (2004, p. 171) sintetiza, assim, as práticas normativas: “as normas são prescrições que servem para regular a conduta humana; prescrições que expressam valores ou que permitem um juízo avaliativo; e, por último, as normas são prescrições avaliáveis, que costumam angariar amplo respeito social, ou, pelo menos, aspiram a isso”.

As normas são aprendidas quando são usadas (PUIG, 2004, p. 174). O autor também escreve que conhecer uma norma não garante saber usá-la, e saber usá-la exige ampliar a quantidade de informação que ela transmite, para poder adequá-la a cada situação particular.

As normas são aprendidas por imersão em espaços em que elas são usadas de modo implícito, quando se toma parte nas diversas atividades próprias de cada meio, e pela experiência – uma experiência que permite interpretar e compreender pouco a pouco cada um dos elementos normativos (PUIG, 2004, p. 176).

O próprio autor procura explicitar melhor a questão da aprendizagem das normas e assim se expressa:

Aprender normas é estar imerso em um contexto que acolhe e informa sem cessar; é participar em atividades e práticas próprias desse contexto – práticas que convidam a conduzir-se de certa maneira e que transmitem essa forma de se conduzir; é encontrar-se inúmeras vezes com seus iguais e com adultos, e receber em cada encontro alguma informação que deverá ser interpretada e encaixada no conjunto de coisas já conhecidas; finalmente, é também estabelecer uma relação calorosa com seus iguais e com os adultos, de maneira a ter motivos afetivos para esforçar-se no sentido de assimilar as normas da nova situação. [...] Contextos, práticas, encontros e afeto propiciam experiências que devem ser interpretadas para dar sentido a cada um dos elementos normativos de uma situação. (PUIG, 2004, p. 177)

É possível compreender, dessa forma, que as normas também podem ser aprendidas por meio da deliberação e da reflexividade.

Atividades

1. Quais são os contextos de educação e formação moral e ética?
2. Quais são os conceitos de práticas?
3. O que é prática moral?

Ampliando seus conhecimentos

Ética prática contemporânea. Uma abordagem crítica

(FELIPE, 2004, p. 191-192)

[...] já não se pode estudar Ética Prática, e certas questões morais com as quais se defronta essa disciplina filosófica, sem levar-se em conta as críticas à filosofia moral tradicional levantadas por Peter Singer e os desafios que sua proposta deixa em aberto para que sejam enfrentados pelas novas gerações de filósofos da ética e da política. A tarefa da teoria crítica da sociedade, e especialmente

da ética prática crítica, de desnaturalizar os costumes e de buscar fundamentos para validar tão somente os que são dignos de preservação, desmonta, necessariamente, a teia moral em que se sustentam muitos desses costumes, cuja validade sequer resistiria a uma análise mais acurada.

Ao buscar um princípio universalmente válido para nortear as relações humanas, Singer redefine a essência do critério da igualdade e o aplica a todas as relações humanas que possam afetar, negativa ou positivamente, os interesses de seres vulneráveis à liberdade de ação e expressão de outros, especialmente quando aqueles não podem expressar-se de um certo modo, considerado tradicionalmente pela filosofia moral como o único e o mais adequado para revelar quem é membro da comunidade moral humana: pela linguagem verbal, ordenada logicamente num discurso pronto a ser compreendido e cooptado pelos interesses de sujeitos racionais egoístas.

Animais, humanos recém-nascidos, adultos senis, portadores de lesões neurológicas degenerativas da consciência e os deficientes mentais constituem um só e mesmo grupo de sujeitos, vulneráveis aos atos de sujeitos egoístas, e impotentes para se expressarem do único modo que sujeitos egoístas reconhecem ser válido para a expressão: o da linguagem racional. Mas, o mesmo sujeito egoísta que estabelece como princípio moral o princípio da não maleficiência, e o impõe aos demais para que regulem suas ações, de modo a não prejudicá-lo quando seus interesses pessoais estão em jogo, é o primeiro a esquivar-se de obedecer quando joga com seus interesses particulares em âmbitos que afetam negativamente os interesses de seres incapazes de se defender de suas investidas.

O sujeito moral tradicional admite regular suas ações pelo princípio da igualdade apenas até o ponto em que seus interesses prevalecem. Tão logo interesses de seres indefesos se antepõem aos seus, o princípio moral da igualdade na consideração é deixado de lado, sob pretexto de que tais seres não são seus iguais. Desse modo conservador, tem sido fácil convencer-se da própria lisura ética. O racismo, o machismo, o elitismo e o especismo são formas de discriminação que evidenciam a duplicidade de critérios morais.

[...]

Dica de estudo

Filme: O drama burguês/A ética das aparências. Série Ética. Cultura Marcas, 2005, 94 min. Com uma abordagem filosófica, literária, histórica, política e psicanalítica, a série *Ética* é o resultado de um diálogo lúcido, transparente e fascinante. Marilena Chauí e Gerd Bornheim falam em *O drama burguês*; José Miguel Wisnik e Nelson Bressac apresentam *A ética das aparências*.

A ética e a ação profissional

▣ Vídeo



O ser humano é por natureza um ser ético, uma vez que é capaz de distinguir o bem do mal e optar por fazer o bem em detrimento do mal. Logo, ele é responsável pela moralidade de seus atos.

Entretanto, sabemos também que por vezes o ser humano acaba não fazendo o bem, gerando o que conhecemos por fraqueza humana, isto é, não faz o que sabe ser o melhor e não evita que o mal se estabeleça. Muitos especialistas afirmam que esse fenômeno acontece e que, para melhorar essa situação, seria preciso estabelecer na educação ambientes que favoreçam ao cidadão um melhor discernimento.

Durante a formação profissional, é indicado que se tenha educação moral e ética para que seja possível ao indivíduo agir de maneira adequada aos princípios e às regras estabelecidas pela sociedade. Dessa forma, as empresas podem ser consideradas agentes morais, pois têm a obrigatoriedade de manter valores que estimulam a ética profissional e suas relações empresariais. Se as empresas só estabelecerem interesses de lucratividade, vantagens e competitividade entre os colaboradores, não estarão auxiliando na formação de profissionais éticos.

Uma formação educativa em ética, portanto, pode trazer muitos benefícios para as empresas e para os profissionais. Entre esses benefícios, encontramos: o reforço dos padrões de conduta profissional, a construção de princípios e valores éticos na tomada de decisões, o incentivo à prática ética, segurança profissional quanto às ações e o comportamento dos profissionais.

As ações que os profissionais realizam durante sua atuação profissional e humana devem estar permeadas de valores éticos e morais, pois todas as decisões profissionais – e, portanto, humanas – são éticas, não podem ser neutras. Toda decisão é pessoal, livre e responsável. Além disso, toda decisão afeta ou envolve outros seres: empregadores, clientes, sócios, consumidores, cidadãos em geral que, por sua vez, têm direitos e são seres éticos também.

14.1 A formação profissional

A busca por uma profissão já envolve a reflexão sobre como se deve proceder dentro do grupo profissional escolhido, isto é, todo corpo profissional deve seguir um conjunto de deveres, normas e regras inerentes à conduta profissional.

Durante a formação, cada indivíduo desenvolve competências, habilidades e atitudes que o capacitam a realizar atividades em uma determinada área. A prática é conduzida pelo profissional, que exige a reflexão sobre os princípios e deveres em relação à sociedade.

14.2 A capacitação e a atuação profissional

Aos poucos, o profissional vai completando sua capacitação, aderindo às regras de conduta de sua profissão ou ocupação. Isso ocorre quando ele começa a utilizar e seguir o conjunto de regras que os profissionais dessa comunidade aprovam e consideram adequadas para a função exercida. No entanto, nem todas as atitudes adequadas necessitam estar presentes no código de regras ou ética de uma comunidade profissional.

A cooperação e a solidariedade fazem parte de um conjunto maior de atitudes que caracterizam o bem-estar humano. Uma atitude que visa a realizar o bem para a melhoria do sujeito e do grupo de pessoas é fundamental para o progresso de uma determinada profissão. Toda atividade realizada pelo ser humano, em qualquer que seja sua função, deve ser orientada pela reflexão e pelo compromisso moral.

A ética, então, pode ser vista como um conjunto de princípios que rege e orienta a ação das pessoas e das sociedades. Também pode ser considerada um conjunto de normas que determina a conduta das pessoas engajadas em atividades profissionais.

A empresa é uma sociedade construída pelo ser humano. Ela é indispensável para a realização humana e profissional e está constituída sobre o trabalho. Por isso, é a conjunção do trabalho dos colaboradores e seus objetivos que organizam a empresa. Ela possui, então, muitas pessoas que trabalham com o esforço de atingir determinadas metas. Assim, as

atividades dos colaboradores e dos responsáveis pela empresa têm de seguir determinados princípios e regras.

As empresas precisam manter a cultura da ética nas ações, condutas e procedimentos, desenvolvendo programas de aprendizagem contínua com o objetivo de melhorar as ações de seus profissionais. Dessa forma, tendem a crescer de maneira virtuosa e enriquecedora.

Muitas empresas atualmente estão oportunizando aos seus colaboradores treinamento em valores, princípios e regras, objetivando atingir a moralidade e a ética nas relações profissionais. Entre esses programas, podemos destacar os Programas de Integração, do Programa de Desenvolvimento Moral e Ético e dos cursos em universidades.

As relações que as empresas estabelecem no mercado colocam seus profissionais em situações dilemáticas, pois, às vezes, a decisão tomada pode causar danos para os envolvidos, gerando ações não éticas ou não lícitas, exigindo do profissional uma posição moral (ALONSO; LÓPEZ; CASTRUCCI, 2006).

Portanto, nossos atos dependem de decisões que fazemos baseadas em valores, princípios e regras, que são o núcleo fundamental do agir humano, do ser humano, de existir como humanos em uma sociedade. A tomada de decisão envolve, assim, a tomada de consciência, que, por sua vez, envolve aspectos morais, afetivos e cognitivos.

A decisão exige o domínio de uma série de conhecimentos. Entre eles está o contexto, o conjunto de fatos e fatores sobre os quais deveremos nos basear para a tomada de decisão. É preciso ter conhecimentos dos fatos, fontes para se manter a virtude e a prudência. Outro elemento importante e essencial é tomar decisões de maneira individual. Todas as ações profissionais devem seguir os valores e as regras que tenham por princípios a justiça e a boa-fé. A justiça, segundo Alonso, López e Castrucci (2006), deve considerar as dimensões distributiva, comutativa e legal. Os autores citam Tomás de Aquino, que afirma: “justiça é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas diferenças” (ALONSO; LÓPEZ; CASTRUCCI, 2006, p. 206).

A conduta profissional moral e ética depende de uma formação moral da pessoa, e isso vem de uma boa orientação ou educação moral, ou do desenvolvimento moral.

14.3 Os códigos de ética

A ética tem um fundo social, pois refere-se ao grupo social, ao agrupamento humano como um todo. Os códigos de ética são um conjunto de normas, princípios e valores que regem as condutas das pessoas em uma sociedade. Eles estabelecem, então, as condutas adequadas e também especificam as infrações e sanções correspondentes aos casos de condutas que não se coadunam com os princípios.

Os códigos de ética estabelecem a jurisdição administrativo-disciplinar interna, a tolerância e o respeito da conduta do profissional em determinados contextos. Eles orientam e fiscalizam as ações dos profissionais, estabelecem padrões de conduta adequados e aceitos pela sociedade nas relações entre clientes e profissionais.

Além disso, os códigos de ética são sempre avaliados e reformulados tendo sua época como orientação e desenvolvimento. Portanto, devem ser atualizados conforme o desenvolvimento da ciência, dos valores, da tecnologia e da profissão.

Assim, a concepção ética da profissão tem relação com as ações realizadas pelos profissionais e pela sociedade – ou seja, a sociedade que utiliza os serviços de determinada profissão. O ser ético é uma busca do indivíduo mediante seu desenvolvimento, sua formação e construção profissional com contextos sociais, realizando práticas sociais, morais e éticas. É, portanto, compreensível que a ética não pode ser instituída por coação ou totalitarismo, pois o comportamento do ser humano e do profissional é resultado dos vários aspectos estudados.

As profissões, no Brasil, estão organizadas por meio de Conselhos Regionais Profissionais que estabelecem seus próprios códigos. Os profissionais que trabalham como empregados têm de seguir códigos de ética em no mínimo duas instâncias: no Conselho Regional de sua profissão e na empresa em que atuam.

Uma empresa existe quando as atividades realizadas por várias pessoas conjuntamente têm um objetivo comum. Alonso, López e Castrucci (2006, p. 80) afirmam que em um ambiente de trabalho “as pessoas se complementam, não competem entre si, colaboram, partilham resultados”. De acordo com esses autores,

os códigos de ética contêm normas éticas positivas, porque são escritas e divulgadas. Muitas são normas naturais, outras são apenas positivas e, excepcionalmente, outras são até mesmo normas positivas contrárias às normas naturais. [...] a obrigação de se obedecer às normas naturais é muito maior que a de obedecer às normas apenas positivas. Todavia, todas elas devem ser obedecidas porque emanam de autoridades e, em princípio, devem ser éticas”. (ALONSO; LÓPEZ; CASTRUCCI, 2006, p. 74)

14.4 Os componentes do código de ética

Todos os códigos de ética avaliados seguem a seguinte estrutura:

- Preâmbulo – ponto mais forte do código. Começa definindo a ciência ética como “a explicitação teórica do fundamento último do agir humano na busca do bem comum e a realização individual” (ALONSO; LÓPEZ; CASTRUCCI, 2006, p. 215).
- Princípios fundamentais – fundamentos em que se baseiam as ações, os atos éticos.
- Direitos – vantagens ou prerrogativas que se obtêm com os direitos de agir de acordo com os preceitos da profissão.
- Deveres – expectativas que a sociedade deposita no profissional e que ele deve buscar realizar, sem causar danos aos cidadãos.
- Responsabilidade profissional – elementos fundamentais que habilitam um determinado profissional a agir em determinadas situações de acordo com o que se espera em termos de justiça e responsabilidade social.

- Infrações – punições a que o profissional deve ser submetido em caso de não cumprir as regras estabelecidas dentro dos códigos de ética profissional. As infrações ou sanções podem ser: advertência, censura, suspensão do exercício da profissão por 90 dias ou mais e cassação do registro profissional.
- Aprovação – momento em que o código passa a ser aceito por todos os profissionais e a ter seu exercício ou prática nas ações diárias.
- Homologação – momento em que os conselhos responsáveis submetem à categoria com o fim de normatizá-la.

A ética, portanto, é um elemento fundamental nas empresas e nas relações com o mercado. Ela não é um componente íntimo da racionalidade, da afetividade ou da emoção, ultrapassa esses limites e conduz o ser humano ao objetivo maior da contemporaneidade: religar o humano à sua humanidade, ou seja, fazer com que o ser humano tenha atitudes humanas em sua sociedade.

As empresas precisam educar e ensinar comportamentos adequados ao agir profissional e moral. Essas ações devem ocorrer em ambientes nos quais os colaboradores possam exercer sua condição humana e inspirar suas atividades.

Atividades

1. De acordo com o capítulo, o que é formação profissional?
2. Qual a diferença entre capacitação e formação profissional?
3. Qual é a estrutura de um código de ética?

Ampliando seus conhecimentos

Ética, cidadania e constituição: o direito à dignidade e à condição humana

(BITTAR, 2006, p. 127-129)

[...] Quando se está a falar em ética, necessariamente se pensa na relação entre comportamento e intenção do indivíduo, já que *éthos* é a revelação de seu hábito de ação. Toda ação comporta, necessariamente, o seu aspecto subjetivo (possibilidade de eleição de meios e fins pelo indivíduo) e seu aspecto objetivo (determinação do comportamento pela conjuntura dos dados externos que condicionam o agir). A função do Direito, dentro da lógica da construção de relações sócio-humanas condizentes com o espírito do convívio pacífico e racional, é dispensar elementos que favoreçam a independência ética dos indivíduos e

reequilibrem as desarmonias comportamentais decorrentes do entrechoque de arbítrios (KANT).

Também o direito a ter liberdade de decidir eticamente passa por esta questão do equilíbrio entre propensões internas do indivíduo e assédios advindos dos estímulos externos. São os desafios existenciais condições para a tomada de decisão ética, motivo pelo qual as condições existenciais de produção de decisões eticamente engajadas não podem ser desprezadas no momento em que os conflitos e os imperativos de ação começam a ferver, demandando uma tomada de posição.

As aflições do humano são a estampa característica da dimensão ético-reflexiva, portanto, de pouca relevância são as tradicionais ideias de uma dimensão ética desencaixada da perspectiva vivencial de indivíduos dimensionados em condições históricas de produção de decisões éticas. Por isso é que se deve perguntar, quando se discute o estado atual da ética, como vai o ser humano?

[...] Se uma Constituição é, acima de tudo, documento do povo de um Estado, e é nesta medida que ela não somente retrata os valores assentados como valores-norte, como também se torna a meta axiológica instituída como referência-guia para a atuação das instituições sociopolíticas e jurídicas em operação numa sociedade, seu compromisso é de fato conduzir a distribuição de justiça produzindo caminhos para o desenvolvimento sócio-humano.

Isto significa dizer que uma Constituição representa um documento de fundamental valia para a criação de uma cultura da cidadania. O compromisso primeiro de uma Constituição, neste sentido, é o de permitir que a ética viceje, no convívio social, estruturando condições de justiça distributiva impeditivas da excessiva desigualdade social, fator de forte desarranjo social.

[...]

Dica de estudo

Filmes:

Um grito de liberdade. Direção: Richard Attenborough. Inglaterra: Universal Pictures, 1987, 157 min.

Fahrenheit 11 de setembro. Direção: Michael Moore. EUA: Lions Gate Films, 2004, 116 min.

Esses filmes estabelecem uma relação entre a liberdade e as obrigações quanto ao ser humano e suas condutas.

15

Ética e responsabilidade profissional

📺 Vídeo



15.1 A responsabilidade profissional e seus atos

Para Glock e Goldim (2005, s.p.), “a escolha por uma profissão é optativa, mas ao escolhê-la, o conjunto de deveres profissionais passa a ser obrigatório”. Para esses autores,

[...] ao completar a formação em nível superior, a pessoa faz um juramento, que significa sua adesão e comprometimento com a categoria profissional onde formalmente ingressa. Isso caracteriza o aspecto moral da chamada ética profissional, esta adesão voluntária a um conjunto de regras estabelecidas como sendo as mais adequadas para o seu exercício (GLOCK; GOLDIM, 2005, p. 2).

O conjunto de leis que regem uma determinada profissão é elaborado com objetivo de proteger os profissionais, a categoria como um todo e as pessoas que dependem daquele profissional.

F. Engels (ÉTICA, 1986) afirma que não somente cada classe, mas também cada profissão tem sua própria moral. A existência na sociedade de uma moral (ética) profissional é uma das consequências da divisão profissional do trabalho. Os que fazem algo que outros não sabem fazer acabam tendo certas obrigações com aqueles que utilizam seus serviços. Normalmente, há um juramento, uma espécie de código especial que estabelece o prestígio moral desses profissionais em uma sociedade, e assim desenvolve-se confiança entre as pessoas e os usuários dos serviços.

O surgimento e o desenvolvimento dos códigos profissionais podem ser considerados um dos componentes do progresso moral, uma vez que eles refletem o crescimento do valor da personalidade e estabelecem os princípios humanos nas relações entre as pessoas e os profissionais e vice-versa.

Não se pode considerar uma casualidade o fato de que um dos primeiros juramentos de fidelidade à sua profissão surgiu entre as pessoas chamadas a prestar serviços humanos ao homem. A promessa-juramento, feita na Grécia Antiga por médicos que se formavam na chamada escola de asclepiadeus, incluía o seguinte trecho: “ Na medida das minhas forças e razão, irei organizar o modo de vida dos doentes de acordo com o seu benefício, irei preservá-los contra toda a sorte de prejuízo e de vício [...] Seja o que for que eu veja ou ouça no processo de exercício da minha profissão de médico, irei guardar silêncio a este respeito e considerar segredo aquilo que não deve tornar-se público”. Os princípios elaborados pela escola de asclepiadeus faziam eco ao famoso juramento de Hipócrates que não perdeu a sua importância até hoje. (ÉTICA, 1986, p. 278)

Segundo a mesma obra, os grupos profissionais também procuraram elaborar e consagrar normas morais que regularam as relações dos seus membros entre si.

15.2 Os deveres e os códigos profissionais

Em nossa sociedade atual, há inúmeros códigos profissionais, por exemplo: dos médicos, dos juristas, dos jornalistas, dos arquitetos, dos engenheiros, dos cientistas, dos funcionários públicos, dos parlamentares, entre outros. O desenvolvimento da história fez com que fossem criados códigos éticos nas realizações de muitas atividades, como no serviço militar, no comércio, nos serviços, nos desportos, nos Jogos Olímpicos.

Podemos falar, dessa forma, em moral profissional na medida em que ocorrem relações entre os dirigentes e subalternos, entre as pessoas de escalões diferentes ou de mesmas hierarquias. Logo, essas relações serão regidas pela ética profissional. É comum empresas elaborarem códigos de ética de gestão, do trabalho administrativo.

Os conceitos, valores e as normas da moral profissional são elementos essenciais na regulamentação da conduta de especialistas. A má distribuição do desenvolvimento econômico, da ciência e da cultura, gerada pela revolução técnico-científica, resultou na massificação de todas as profissões e na busca de lucros mais rápidos. Isso fez com que o caráter das relações entre as pessoas mudasse e, em consequência, as relações sociais tornaram-se comerciais.

15.3 A ética profissional e a influência do mercado

O elevado nível técnico e o rigor das funções pressupõem competências e qualificações maiores e melhores, gerando o esvaziamento do humano. Faz-se necessária a integração do elevado nível de profissionalismo com a aptidão de produzir a consciência da responsabilidade, do dever profissional.

O profissional na ação de suas funções profissionais exige competência e qualificação. É necessário aliar profissionalismo e aptidão profunda em realizar sua responsabilidade, pois a violação das normas da moral profissional e o menosprezo sobre a qualidade de trabalho do especialista, como sobre o *status* do seu grupo profissional, podem gerar prejuízo à sociedade (ÉTICA, 1986).

Com essa complexidade social, cultural, intelectual e profissional, a violação de normas da moral profissional e o menosprezo dos seus valores exercem uma influência negativa tanto sobre a qualidade do trabalho do especialista como sobre o *status* do seu grupo profissional. O menosprezo ou o não cumprimento dos princípios gera conflitos que deverão ser resolvidos com base em fundamentos morais e éticos.

O desenvolvimento econômico, científico, cultural e a exigência de maior nível de qualificação e de competência de trabalhadores levaram a formar uma consciência profissional – um profissionalismo – como critério para as categorias de trabalhadores. Esse novo conceito, embora importante, acabou limitado a um conjunto de hábitos e comportamentos puramente técnicos. Logo, na formação e no desenvolvimento profissional, há claramente um componente moral que se realiza na ação consciente desse sujeito na realização de seu dever profissional, na atitude escrupulosa em relação à honra profissional e na responsabilidade profissional.

Cohen e Segre (2005, p. 4) afirmam que:

Frequentemente, as pessoas encarregadas da elaboração dos códigos são extremamente moralistas, podendo, ainda, os códigos passarem a ser utilizados apenas para o exercício do poder institucional. Por outro lado, não é a punição normalmente prevista para os infratores desses códigos que modificará o indivíduo e o transformará em um ser ético: provavelmente ele não voltará a infringir o código por temor, não se tratando de experiência de um aprendizado ético. A nosso ver, o que mais se aproxima de um “Código de Ética” é a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Os autores concluem que o princípio fundamental da ética deve passar basicamente pelo respeito ao ser humano como sujeito atuante e autônomo.

15.4 O que é um código de ética

As profissões se caracterizam por ter um corpo de práticas que buscam atender às necessidades sociais. Essas práticas devem seguir padrões técnicos e de respeito ao ser humano.

Para que se realizem, essas práticas definem normas éticas que garantam adequada relação do profissional com seus clientes, dos profissionais entre si e com a sociedade.

Dessa forma, o código de ética busca enfatizar a reflexão contínua de cada indivíduo sobre sua atuação como profissional e suas responsabilidades no exercício de sua profissão. A função fundamental do código de ética é definir um padrão de conduta que seja reconhecido pela sociedade, ele deve expressar uma concepção de homem, de sociedade de relações entre os seres humanos em um determinado grupo e espaço social. Essas concepções tornam-se princípios, normas que têm como objetivo o respeito ao ser humano e seus direitos fundamentais.

Por estabelecer as condutas entre profissionais e os componentes de uma sociedade, em um determinado tempo-espaço, o código de ética não pode ser estagnado, ele deve acompanhar o tempo, a sociedade e suas mudanças.

Atividades

1. O que você entendeu por ética profissional?
2. Como e por que surgiram os primeiros códigos profissionais?
3. Existe a necessidade de regulamentação para os profissionais? Por quê?

Ampliando seus conhecimentos

Ética e sigilo profissional

(SAMPAIO; RODRIGUES, 2014, p. 85, 88-89)

O sigilo profissional trata de uma informação a ser protegida, impõe uma relação entre privacidade e publicidade, cujo dever profissional se estabelece desde a se ater ao estritamente necessário ao cumprimento de seu trabalho, a não informar a matéria sigilosa.

Partindo da hipótese que a esfera privada da vida de alguns indivíduos tende a ser confiscada em maior medida que a da vida de outros, pode-se dizer que o lugar de tensão entre o respeito à vida privada, sem discriminação, e as escolhas da sociedade estão desaparecendo; é como se todos os meios fossem válidos desde que justificados.

A vida das pessoas pobres sofre maior interferência e intervenção do poder público e da mídia sob alegação de segurança e proteção. Na ordem atual em que a mídia explora largamente a exposição da vida dos indivíduos pobres, a banalização da questão social e o tratamento sensacionalista dispensados

pela mídia fortalecem a despolitização e a naturalização dessas existências, reforçando um espaço público espetacular que se faz como exposição vazia da vida privada.

[...] Como se sabe, o sigilo profissional – a guarda de informações obtidas em razão do exercício profissional, de tudo aquilo que lhe foi confiado como sigilo, ou o que veio a ser conhecido devido seu estatuto profissional – está previsto em muitos dispositivos legais (a Constituição Federal brasileira, o Código Penal, o Código Civil, o Código de Processo Penal, a Lei das Contravenções Penais e o Código de Processo Civil).

Constitucionalmente, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude da lei, e que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Esse entendimento norteia os dispositivos legais que se referem ao sigilo profissional, em particular o sigilo médico.

A referência a esses dispositivos legais nos é útil nessa reflexão para chamar a atenção que o direito à confidencialidade é tanto um direito da pessoa, como também uma responsabilidade profissional. Em outros termos, a existência do sigilo profissional interessa a toda sociedade, pois é condição indispensável para o trabalho do profissional, na medida em que essas ações encarnam um interesse da sociedade, definido historicamente.

[...]

Dica de estudo

Filme: O primeiro milhão. Direção: Ben Younger. EUA: New Line Cinema, 2000, 119 min. Esse filme aborda a ética no ambiente profissional. O protagonista pretende enriquecer trabalhando em uma corretora de ações, mas começa a perceber que essa empresa não é tão séria quanto ele imaginava.

Referências

- ALONSO, F. R.; LÓPEZ, F. G.; CASTRUCCI, P. L. **Curso de ética em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARAÚJO, U. F. **Conto de escola**: a vergonha como um regulador moral. São Paulo: Unicamp/Moderna, 1999.
- BÁRCENA, F.; MÉLICH, J. **La educación como acontecimiento ético**. Barcelona: Paidós, 2000.
- BIAGGIO, Â. M. B. **Lawrence Kohlberg**: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução de responsabilidade da Editora Vozes. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BITTAR, E. C. B. Ética, cidadania e constituição: o direito à dignidade e à condição humana. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 8 – São Paulo, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-08/RBDC-08-125-Eduardo_Bittar.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- BOFF, L. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.
- CARMICHAEL, L. **Manual of child psychology**. Nueva York: John Wiley and Sons, 1970.

Referências

- CARVALHO, J. C. B.; ALMEIDA, S. F. C. Desenvolvimento moral no ensino médio: Concepções de professores e autonomia dos alunos. **Psicol. Argum.**, v. 29, n. 65, Curitiba, abr./jun. 2011, p. 187-199. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=4598&dd99=pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- CHANGEAUX, J. P.; RICOEUR, P. **O que nos faz pensar**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- COHEN, C.; SEGRE, M. **Breve discurso sobre valores, eticidade e ética**. Disponível em: <<http://www1.fct.unesp.br/Home/Administracao/TecnicaAcademica/Comite%20de%20Etica%20-%20conceito%20de%20etica.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- COLBY, A.; KOHLBERG, L. Invariant sequence and internal consistency in moral judgement stages. In: KURINES, W.; GEWIRTS, J. (eds). **Morality, moral behavior, and moral development**. New York: Wiley, 1987.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CORDI, Cassiano et al. **Para filosofar**. São Paulo: Scipione, 1995.
- CORTINA, A. **O fazer ético: guia para a educação moral**. São Paulo: Moderna, 2003.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. **A descoberta do fluxo: psicologia do envolvimento com a vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- DARWIN, C. **A expressão das emoções no homem e nos animais (1871)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos direitos do homem. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- DEMO, P. **Éticas multiculturais: sobrevivência humana possível**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DIAS, M. O. Ética, organização e valores ético-morais em contexto organizacional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 22, 2014, p. 89-113. Disponível em: <http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22_89.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- DIAS, S. T. F. Política e ética: a formação política das normas morais. **Pensar – Revista Eletrônica da FAJE**, v. 8, n. 1, 2017, p. 57-69.
- DURKHEIM, E. **La educación moral**. Buenos Aires: Losada, 1947.
- EISENBERG, N. **Altruistic emotion, cognition and behavior**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.
- ÉTICA. Coleção Acadêmica. s.l. Edições Progresso Moscovo, 1986.
- FELIPE, S. T. Ética prática contemporânea. Uma abordagem crítica. **ethic@**, v. 3, n. 3, Florianópolis, dez. 2004, p. 189-205. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/14904/13575>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- FREITAG, B. **Itinerários de Antígona: a moralidade em questão**. São Paulo: Papirus, 1984.
- _____. **Itinerários de Antígona: a moralidade em questão**. São Paulo: Papirus, 1992.
- GIDDENS, a. **A contemporary critique of historical materialism**. vol 1. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GLOCK, R. S.; GOLDIM, J. R. **Ética profissional é compromisso social**. Disponível em: <www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HEIDEGGER, M. **El ser y el tiempo**. México: Fondo de Cultura, 1984.
- HERMANN, N. Ética: a aprendizagem da arte de viver. **Educ. Soc.**, v. 29, n. 102, Campinas, jan./abr. 2008, p. 15-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0229102.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- HOFFMAN, M. L. Desenvolvimento moral. In: MUSSEN, P. H. **Psicologia da criança (Carmichael)**. Socialização II. São Paulo: EPU, 1978.
- HUME, D. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2001.
- JOHANN, J. R. **Educação e ética: em busca de uma aproximação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- KOHLBERG, L. Moral development and identification. In: STEVENSON, H. **Child psychology**. 62nd yearbook of the National Society for the Study of Education, Part I. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, 1962.
- _____. **O caminho desde a estrutura**. São Paulo: Unesp, 2006.
- LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2005.
- MACHADO, N. J. M. **Conhecimento e valor**. São Paulo: Moderna, 2004.
- MATTOS, A. P. **Configuração paradigmática à concepção de conhecimento de professores de 1º grau**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- _____. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UNB, 1999.
- MORAES, M. C. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 1994.
- _____. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- OLIVEIRA, A. R. **Ética profissional**. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.
- PEDRO, A. P. Ética, moral axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito em comum. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 55, n. 130. Belo Horizonte, dez. 2014, versão *on-line*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200002>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- PEREIRA, L. A. R. T. As faces da ética: entre a determinação e a escolha. **Kínesis**, v. 2, n. 4, Marília, dez. 2010, p. 226-247. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Asfacesdaetica.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- PEREIRA, O. **O que é moral**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- PRIGOGINE, I; STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: UNB, 1991.
- PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. **Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral**. São Paulo: Moderna, 2004.

Referências

- SANTOS, A. **Didática sob a ótica do pensamento sistêmico**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- REGO, S.; PALÁCIOS, M. Ética e democracia em tempos de crise. **Saúde em debate**, v. 40, n. spe. Rio de Janeiro, dez., 2016, versão *on-line*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500063&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- REZENDE, F. P.; CASTRO, J. M. P. Ética na empresa: o indivíduo e suas relações no trabalho. **VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/30514556.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- SAMPAIO, S. S.; RODRIGUES, F. W. Ética e sigilo profissional. **Serv. Soc. Soc.**, n. 117, São Paulo, jan./mar. 2014, p. 84-93. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/06.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- SOBRAL, F. Valores humanos, ideologia ética e julgamento moral de dilemas éticos em negociação. **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 6-10 set., 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B1282.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- TAILLE, Y. Moral e ética no mundo contemporâneo. **Revista USP**, n. 110, São Paulo, julho/agosto/setembro, 2016, p. 29-42. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/125319/122350>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- VALLS, Á. L. M. **O que é ética**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes 1991.
- ZILLES, U. Valores no mundo de hoje. In: ENRICONE, D. et al. **Valores no processo educativo**. Porto Alegre: Edipucrs, 1992.



Código Logístico



57349



Fundação Biblioteca Nacional
ISBN 978-85-387-6432-8



9 788538 764328